

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MENSAGEM

— Do Chefe do Governo Provisório, lida perante a Assembléa Nacional Constituinte, no ato da sua instalação, em 15 de Novembro de 1933 —



RIO DE JANEIRO — IMPRENSA NACIONAL — 1933

SENHORES
MEMBROS DA ASSEMBLÉIA
NACIONAL CONSTITUINTE

Comparecendo à solene instalação da Assembléia Nacional Constituinte e em presença dos legítimos representantes do povo brasileiro, aproveito tão excepcional oportunidade para dirigir-me à Nação e prestar-lhe contas dos meus atos, como Chefe do Govêrno Provisório, instituído pela revolução triunfante em outubro de 1930.

Convocados para dar ao país novas instituições, tereis bem avaliado a soma de responsabilidades impostas pela magna tarefa que vos cabe realizar. Para levá-la a bom termo, contaís certamente com abundantes reservas de patriotismo e auscultareis, atentos, as exigências do momento nacional, sem esquecer as lições da nossa experiência política.

A alta significação do acontecimento de que participais ressalta, de modo evidente, ao lembrarmos ser esta, no decurso de mais de um século, a terceira Constituinte chamada a assentar os fundamentos legais para a vida e o Govêrno da Nação Brasileira.

O exame do nosso passado político, feito com serena imparcialidade, oferece ensinamentos preciosos que não devemos desprezar.

A LIÇÃO DO PASSADO

Os povos, como os indivíduos, jamais conseguem realizar integralmente as suas aspirações. Na ânsia por atingir o melhor e o mais perfeito, consagram-se a experiências em que o ideal só é alcançado aproximativamente, através de lutas repetidas e ingentes.

Estudando o processo da formação política do Brasil, duas tendências se apresentam, persistentes e definidas, emergindo da época colonial para as pugnas emancipadoras: a federação e o govêrno representativo.

As condições em que se iniciou e desenvolveu a nossa colonização esboçaram desde logo essas tendências. Num vastíssimo território de litoral também vastíssimo, disseminaram-se núcleos de povoadores, quasi isolados entre si e da metrópole. Para se organizarem e desenvolverem, num meio desconhecido e hostil, precisavam prover as próprias necessidades de economia e defesa. Esses núcleos evoluíram espontâneamente para a autonomia e acabaram criando para si um govêrno de certo modo original, cuja forma definida e precisa vamos encontrar no funcionamento das câmaras municipais, que adminis-

travam, ditavam leis, proviam a justiça e chegaram, com o tempo, a entender-se umas com as outras e, às vezes, diretamente com a metrópole, sôbre assuntos de interêsse público local ou da colônia.

Não admira, portanto, que, proclamada a Independência, consolidando uma situação de fato, viessem refletir-se no seio da nossa primeira Constituinte anseios declarados e persistentes pela implantação de um govêrno de forma democrática e federativa.

O ato político da nossa emancipação colocou, por fatalidade histórica, nas mãos de um príncipe estrangeiro, os destinos do Brasil, operando-se uma espécie de enxertia dinástica, cujos interêsses haviam, fatalmente, de colidir com as aspirações nativistas, já orientadas no sentido liberal e de franca descentralização.

O conflito verificou-se logo de início, quando a Constituinte delineou, dentro daquela orientação, a estrutura institucional do país. Dissolvida intempestiva e violentamente num ato de inequívoca reação às suas tendências, a constituição outorgada impôs a forma unitária e retirou da Câmara, pela criação do Poder Moderador, o controle do Govêrno, enfeixando-o nas mãos do Imperador.

Estava aberto o dissídio, cujo desfêcho foi o movimento reivindicador de 7 de abril de 1831, verdadeiramente admirável como demonstração da vitalidade de uma consciência nacional e que deveria,

ter produzido, com a abdicação, todas as conseqüências políticas que a Independência frustrara.

Estabelecida a Regência, reacenderam-se as agitações em prol do ideal federativo, refletindo a crise da formação política do país. O Ato Adicional, que modificou o regime unitário da Constituição de 1824, não foi mais do que uma concessão ao federalismo, criando as Assembléias e aumentando as atribuições dos presidentes das províncias, extinguindo o Conselho de Estado e retirando da Regência a faculdade de dissolver a Câmara.

Dentro da lógica dos acontecimentos e de acôrdo com o nosso passado histórico, o movimento de 7 de abril, com antecedentes claramente orientados, deveria ter realizado, no mínimo de efeito, o império federativo; o Ato Adicional condescendeu, apenas, com os pendores de descentralização, burlando-os com disposições temporizadoras. Sob o aspecto político, pode êle ser considerado, por isso, como um segundo desvio do movimento emancipador, que nos teria dado a República, se não ocorresse a transplantação da dinastia bragantina, com a qual fizemos a Independência.

As lutas desencadeadas durante o período regencial não tiveram o caráter generalizado de simples motins; contrariamente, além de revelarem espírito cívico vigilante e combativo, traduziram, quasi todas, o impulso de um movimento de idéias, expressando aspirações populares, que não haviam

conseguido enquadrar-se na organização política dada ao país.

Com a sua formação eletiva e temporária, a Regência, tão agitada e discutida nos seus atos, mais se aproximava de um Governo de molde republicano que propriamente monárquico. Explica-se, assim, em grande parte, a crise da sua estabilidade: contra ela investiam, mais do que as correntes extremistas em rebelião, para assimilá-la, os interesses da dinastia incipiente, procurando empolgá-la para manter e garantir o estado de coisas, criado em 1822. O golpe da maioria, antecipada, caracterizando um expediente político, foi a solução encontrada para evitar o prolongamento do dissídio que, ameaçando em primeiro plano o regime monárquico, parecia capaz de quebrar a unidade nacional.

Vista à distância e apesar da mediania das realizações, a década regencial constitue admirável afirmação de vitalidade cívica, marcando distintamente uma época da história política do Brasil.

É corrente afirmar-se que a consolidação das instituições monárquicas, resultante da Maioridade, obstou o desmembramento da nação e o advento do "caudilhismo". Evidentemente, a vitória do Centro e, portanto, do poder monárquico muito concorreu para manter e fortalecer a unidade nacional. Contudo, não é de rigorosa lógica concluir que, generalizado e triunfante algum dos movimentos de caráter regional e de tendências federalistas e até republicanas, fôsse

o país, inevitavelmente, arrastado, como consequência imperiosa, à desagregação. Tornados nacionais e unânimes poderiam garantir da mesma maneira a integridade da Pátria, sacrificando, embora, a continuidade do Império.

Saindo da maioria, vencida a revolução liberal de 1842, encerrado o decênio farroupilha e sufocada a insurreição praieira, o Império estabilizou-se num longo período de apaziguamento interior e de prestígio internacional.

Esse período foi absorvido pela experiência do regime parlamentar, que nunca se praticou realmente, pela falta de uma opinião pública organizada e preponderante, capaz de exercer a representação com consciência e vontade livre. Supria-a artificialmente a interferência do Poder Moderador nas mãos do Imperante, provocando as crises políticas a seu alvedrio, a queda dos ministérios e, conseqüentemente, a substituição dos partidos no poder.

O progresso da nação, nesses cinquenta anos de tranqüilidade, não foi fruto exclusivo do regime, como procuraram fazer crer alguns historiadores do tempo. Avançamos no terreno das realizações materiais, porque as forças criadoras da nação nos impeliam para a frente, e por ser condição de vitalidade inerente aos povos jovens, ricos em recursos naturais inexplorados, progredir, ainda quando mal governados ou dirigidos.

Enquanto a vida política do país se ajus-

tava, desajeitadamente, a um modelo copiado, marchando e contramarchando ao ritmo do rotativismo fictício dos partidos desavindos em torno da corôa, continuaram a agitar-se subterraneamente as aspirações recalçadas da nacionalidade. A ação pessoal do Imperador, temperamento patriarcal e comedido no uso do poder, influiu, sobremaneira, no prolongamento do regime, subtraindo-o aos choques violentos com a opinião e condicionando-lhe a duração à da existência do Imperante. A decadência das instituições monárquicas era tão evidente, nos últimos anos, que generalizara a convicção de que não sobreviveriam à pessoa do monarca, impossibilitando, natural e fatalmente, o advento do terceiro reinado.

Apesar de meio século de paz interna e das adaptações políticas experimentadas, o país não recebera ainda uma organização completa e eficiente, capaz de dar rumo definitivo e propício à expansão das energias nacionais. A administração pública desenvolvia-se no sentido burocrático, baseada no processo simplista de arrecadar para gastar, por vezes, improdutivamente. A economia da nação, desenvolvida à margem da influência do Estado, tinha com êle apenas o contacto da aparelhagem fiscal, mais ou menos absorvente, conforme as exigências das suas finanças, quasi sempre deficitárias. Socialmente, não se cogitara de valorizar o homem, nem como entidade política, nem como

fator econômico. Oferecíamos o espetáculo de uma minoria embebida de cultura humanista, fazendo política à européia, vivendo reflexamente a vida dos grandes centros de civilização, em contraste com a massa ignorante das populações rurais e urbanas.

O problema da escravatura, encerrando o da organização do trabalho, fundamental para o nosso desenvolvimento econômico, não teve a solução que mais convinha. Retardada, procrastinada, erigida em ponto nevrálgico da existência do regime, atuou até como fator de perturbação pela forma brusca e pelo ambiente de exaltação política em que se operou a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre.

A campanha abolicionista foi, indiscutivelmente, um dos nossos grandes movimentos de opinião. Empolgou totalmente o país numa solidariedade admirável de todas as suas forças espirituais. Vitoriosa, os resultados surpreenderam, entretanto, aos seus próprios paladinos. Os centros produtores, principalmente os da exploração agrícola, caíram em colapso, ante a desordem e o êxodo das massas trabalhadoras, entregues repentinamente à inexperiência da liberdade. Dominados pela idéia generosa, os pro-homens do abolicionismo não haviam cogitado sequer do que convinha e cumpria fazer dos escravos libertados.

Se o problema do trabalho escravo teve solução, ainda que defeituosa e tardia, o mesmo

não aconteceu com o da educação popular, quasi completamente esquecida, até no seu aspecto mais elementar, o ensino primário. No projeto da Constituição de 1823, fôra êle encarado de frente e praticamente, estabelecendo-se a criação obrigatória de aulas públicas nos termos, e liceus nas sedes de todas as comarcas. A Constituição outorgada eliminou, porém, essa sábia disposição, que, adotada e cumprida, teria, pelo menos, evitado os males do analfabetismo.

Em resumo, o Império encerrou a sua atividade, deixando insolúveis os dois maiores problemas nacionais: o da organização do trabalho livre e o da educação.

Por outro lado, a centralização imposta pelo regime, tanto no sentido político como no administrativo, agira sôbre as províncias, refreando-lhes o desenvolvimento e criando uma espécie de heliotropismo que as retinha voltadas para a corôa, dependentes do seu arbítrio e dela tudo providencialmente esperando. Os efeitos de semelhante centralização atuavam como entorpecentes sôbre as iniciativas e energias locais, presas à rotina e ao favor oficial.

Tal era, a largos traços, o panorama da situação do país em 1889. Para determinar-lhe os contornos com mais precisão, acentuemos ainda: aos abalos econômicos produzidos pela abolição applicaram-se remédios de emergência, visando principalmente

reanimar a exploração agrícola desorganizada; definira-se a política protecionista, destinada a estimular os primeiros surtos de industrialização, e que deveria, mais tarde, expandir-se até ao abuso; enveredou-se pelo caminho tentador do inflacionismo monetário com as suas abundâncias fictícias, que, refletidas no campo dos negócios, geraram o espírito de aventura, de especulação e caça ao lucro fácil, culminando, afinal, na derrocada do “encilhamento”.

ADVENTO DO REGIME REPUBLICANO

Foi nesse ambiente de inquietude generalizada que a propaganda republicana começou a ganhar terreno, aproveitando-se dos efeitos perturbadores da abolição e recolhendo os desgastes dos partidos monárquicos deliquêscntes. Não constituíra, ainda assim, o que se poderia chamar uma fôrça de opinião organizada, com poder suficiente para atuar por si e provocar a quêda do trono vacilante.

O ideal republicano tinha raízes profundas na vida política do país. Definira-se em movimentos cívicos memoráveis, embora fracassados, e, até certo ponto, compendiava as aspirações nacionalistas desatendidas desde a Independência. Basta recordar a exortação de José Clemente no apêlo feito ao príncipe D. Pedro para ficar no Brasil: “Vossa A. R. não ignora que o partido republicano

aí está e fará por si a Independência, se não a empolgarmos”.

A proclamação da República, apreciada rigorosamente como fato histórico, foi, entretanto, uma antecipação dos acontecimentos, precipitada pelas questões militares. Tais circunstâncias não lhe tiram, contudo, o caráter de ato nitidamente revolucionário. Como tal, deveria importar numa mutação obrigatória de valores e influir também no sentido de profundidade na vida política do país, para não se transformar em mera substituição de normas teóricas de govêrno.

Precipitada pelos acontecimentos ou obra de uma minoria resoluta, como quer que seja, a revolução se fizera. A falta de uma corrente de opinião, fortemente organizada e dirigida por um núcleo de homens ideologicamente identificados, viria, porém, desvirtuar-lhe a finalidade. Acresce, ainda, que, vitoriosa sem luta, não provocou reação capaz de determinar uma indispensável seleção de valores, suscitando, ao contrário, o adesismo oportunista em grau tão absorvente que a quarta presidência da República já foi exercida por uma mentalidade formada na política monárquica.

O movimento de 1893, de feição reacionária, produziu-se três anos depois da proclamação, quando o conformismo adesista se consolidara, galgando posições. Ainda assim, verificou-se em tôrno do Govêrno constituído uma homogeneização de ele-

mentos moços e idealistas que, embora consagrados à resistência oferecida, não conseguiram predominar na direção da vida pública do país. Faltou-lhes a atuação de um mentor providencial, com visão de estadista e espírito agremiador, qualidades que não possuía o depositário legal do poder, grande figura histórica, pelo caráter e energia inflexível, mas que, acima de tudo, soldado e chefe militar, somente desejava ser, consolidando as instituições, garantia da ordem e do prestígio da autoridade, cuja suprema magistratura lhe cumpria manter e fazer respeitada.

Esses e outros fatores influíram para o desvirtuamento do regime republicano, constituído sobre ruínas precoces, esboços abandonados e interrompidos do passado.

Muitos problemas pertinentes à organização nacional, que se impunham pela mudança radical da forma de govêrno, ficaram intactos ou foram resolvidos de modo incompleto. Administrativa e financeiramente, reatámos a tradição do Império. A nova distribuição de rendas, resultante da descentralização, foi péssima, refletindo-se desastrosamente na vida dos Estados, para deixar uns na opulência e outros na miséria. Proveiu daí, em parte, o estabelecimento das oligarquias locais, tornadas endêmicas e voltadas para o centro, como no tempo da monarquia, e dêle pedindo ordens e mendigando favores.

Criou-se, mercê dêsse estado de coisas, uma espécie de casta governamental, instalada no poder, com o privilégio de aproveitar e distribuir os seus proventos.

Os orçamentos, de pura estimativa, transformaram-se numa liquidação final de ajustes, estourando à pressão das despesas não catalogadas e dos créditos extraordinários. Adotou-se, como norma regular de administração, o expediente de passar de um exercício para outro avultados *deficits* e de contrair empréstimos para solvê-los, enfraquecendo o crédito do país, sobrecarregando de ônus as gerações futuras e agravando, contra nós, o desequilíbrio da balança de pagamentos no intercâmbio internacional.

Com a absorvente predominância do Executivo sôbre os demais poderes, falseou-se o equilíbrio inerente à estrutura do regime. O Congresso era produto de um processo eleitoral profundamente viciado, e os seus membros, com raras exceções, não representavam a opinião nacional, mas a vontade dos oligarcas, todos criados pela mesma máquina de puro artifício, montada pela fraude, e coligados na defesa de uma política de favoritismos pessoais que se exercia, às vezes, escusamente e sempre à revelia dos interêsses nacionais.

Fechado num círculo de interêsses restritos que se confundiam com os da pequena minoria instalada nas posições governamentais, o poder

público tornou-se, aos poucos, alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas da Nação. Adveiu-lhe, em consequência, uma situação de desprestígio e de isolamento. Espessa atmosfera de indiferença separava da política profissional as forças vivas do país.

Renovara-se, afinal, o dissídio clássico entre as aspirações vitais da nacionalidade e a organização do Estado, aberto desde a Independência, e que poderia ter encontrado solução no advento da República.

A reação tinha de vir, inevitavelmente. Foram-lhe primeiras manifestações as revoltas de 22 e 24. Daí por diante, o mal-estar e a hostilidade do país a semelhante estado de coisas revelaram-se crescentes e indisfarçáveis. A última sucessão presidencial, trazendo o desentendimento entre as classes governamentais, já foi reflexo desse descontentamento generalizado. A luta eleitoral, ao deturpar mais uma vez a vontade soberana do povo, deu-lhe pretexto para reagir pelas armas, porque, nas consciências e nos ânimos, a revolução estava feita. Explica-se, assim, que o movimento de outubro de 1930 perdesse o caráter de simples pronunciamento partidário para desencadear-se como força de ação social, assumindo o aspecto de verdadeira insurreição nacional e impondo, conseqüentemente, conquistas amplas e profundas no terreno econômico e político.

REVOLUÇÃO DE 1930

O movimento revolucionário de 1930, pela sua amplitude e profundidade, não teve similar em nossa história política. Não há exagero em afirmar-se que a Nação mobilizou-se de Norte a Sul, levantando em armas legiões de combatentes dispostos a intervir entusiástica e ardorosamente na luta. As forças armadas, reproduzindo atitudes tradicionais, em momentos de crise semelhante, colocaram-se, patrioticamente, ao lado do povo, solidárias com a causa nacional. A vitória deu ao país uma sensação de alívio e desafogo. Na realidade, êle se libertara pelo próprio esforço, anulando a pressão da atmosfera de insinceridade e ludíbrio que lhe entorpecia os movimentos e lhe asfixiava as aspirações.

O Governo instituído pela revolução, apesar de instaurado pela força, baniu da sua atuação a prepotência e o arbítrio. O seu primeiro ato foi uma espontânea limitação de poderes e a obra de reconstrução, a que se consagrara, realizou-a, respeitando as normas jurídicas estabelecidas e sem agravos a direitos legitimamente adquiridos. Governo nascido do choque brusco das velhas tendências libertadoras da nacionalidade com o egoísmo da grei organizada durante decênios para dominar o país, cabia-lhe, antes de tudo, destruir um estado de coisas inveterado, conjunto de hábitos e interêsses contrários à sua finalidade. Era natural que os donatários da

situação derrocada procurassem reagir pela passividade e falsa compreensão das idéias em marcha contra o predomínio avassalador da revolução. O benigno tratamento dispensado aos principais responsáveis pelo descalabro nacional muito concorreu para isso. Afastados do país, usufruindo amplas garantias, deixaram dispersos pelo ambiente ainda conturbado os remanescentes da sua política, os quais procuraram infiltrar-se e exercer derrotismo, por intermédio de elementos perturbadores, levados, alguns, mais por motivos pessoais que por divergências de idéias, outros, por incompreensão do momento que atravessávamos, e quasi todos mais ou menos com pretensões a mentores do movimento que não lhes satisfizera a ambição e a vaidade.

A revolução não fôra obra de um partido, mas, sim, um movimento geral de opinião; não possuía, para guiar-lhe a ação reconstrutora, princípios orientadores, nem postulados ideológicos definidos e propagados. Dela participaram e surgiram várias correntes de difícil aglutinação. O Govêno Provisório procurou colocar-se acima das competições partidárias ou facciosas, para não trair os compromissos assumidos com a Nação. Em movimento de tal envergadura, a autoridade constituída pela vitória não pode transformar-se em simples executora do programa de um partido; deve ser, apenas, uma expressão nacional. O mais que se lhe pode conceder, nesse terreno, é a função de còordenar as

aspirações gerais, com o fim de estabelecer o equilíbrio das correntes que as representam. Essa função desempenhou-a o Governo Provisório com inteira serenidade, em constante esforço de acomodação das direitas e esquerdas revolucionárias. O desassossego dos extremados e a afoiteza dos ambiciosos foram fatores de perturbações e desentendimento, explorados para atemorizar o Governo e impôr-lhe rumos exclusivistas.

REORGANIZAÇÃO POLÍTICA

O problema da reorganização política do país, prevista e iniciada logo após a instalação do Governo Provisório, com o preparo da reforma eleitoral, foi o pretexto mais utilizado para agitar o ambiente e para rotular a obra reacionária dos despeitados. Sobre os propósitos de restabelecer a ordem constitucional não era lícito alimentar dúvidas, diante dos compromissos espontânea e solenemente assumidos pelo Governo. Decretado o Código Eleitoral, seguiram-se todos os atos indispensáveis à execução rápida do alistamento, marcando-se até o dia para a eleição dos constituintes. Comprova a sinceridade das deliberações e providências tomadas o fato de se ter realizado o pleito na data previamente estabelecida, apesar de perturbada a tranquilidade do país, durante três longos meses. Ao assinalarmos esta circunstância, não nos

anima a intenção de recriminar fatos que devem ser esquecidos. O Govêrno tem o dever de utilizar medi das excepcionais, enquanto necessárias à manutenção da ordem e na defesa dos ideais que representa. Aplicando-as, não pode, porém, abrigar ódios nem intuitos de vingança, sentimentos negativos e contrários à sua finalidade construtora. A função de governar é, por natureza, impessoal e isenta de paixões. Cumpre exercê-la sobrepondo-se às lutas e dissídios, quasi sempre estéreis, para só ter presente os superiores interêsses da Pátria, que está a exigir a cooperação e os esforços sinceros dos seus filhos para que se ultime, num ambiente de tranqüilidade e confiança, a grande obra de reconstrução nacional. Dentro de tão elevado espírito de tolerância e leal entendimento, todos os brasileiros encontrarão abertas as fronteiras do país e, igualmente, francas garantias para o livre exercício das suas atividades pacíficas.

REFORMA ELEITORAL

A composição do Estado, como aparelho político e administrativo, pressupõe, nos regimes democráticos, a legitimidade da representação popular. Conhece-se, sobejamente, em que consistia essa representação, antes do movimento revolucionário: alistamento inidôneo, eleições falsas e reconhecimentos fraudulentos. Ora, o que legitima o poder é o consentimento dos governados; logo, onde a representação

do povo falha, êste poder será tudo, menos órgão legal da soberania da Nação.

O Govêno revolucionário, responsável pelo saneamento dos costumes políticos contra os quais a Nação se rebelou, não poderia cogitar de reorganizá-la constitucionalmente, antes de aparelhá-la para manifestar, de modo seguro e inequívoco, a sua vontade soberana. A reforma eleitoral que era, para mim, compromisso de candidato, quando concorri à sucessão presidencial, tornou-se imposição inadiável ao assumir a Chefia do Govêno revolucionário. De como cumpri êsse compromisso de honra, resistindo e sobrepondo-me à pressão dos acontecimentos, atesta-o o Código Eleitoral, já qualificado "carta de alforria do povo brasileiro", e o pleito de 3 de maio, do qual se disse, unânimemente, ser a eleição mais livre e honesta, realizada até hoje no Brasil.

A reforma foi radical. Começou pela organização de novo alistamento, anulando completamente o existente e criando corpo eleitoral selecionado, pela inclusão obrigatória dos elementos idôneos, ativos e capazes da sociedade. Como vigas mestras de todo o aparelho, instituiu o voto secreto e a representação proporcional. Todo o processo, desde a inscrição do eleitor até à apuração e ao reconhecimento, foi entregue à magistratura nacional, através dos diversos institutos em que ficou organizada a Justiça Eleitoral. O que a reforma significa para o saneamento político da nação revelaram os pri-

meiros resultados obtidos no pleito que elegeu a Assembléia Constituinte. A adoção do voto secreto foi conquista de tal magnitude que, a ela se referindo, notável professor da Escola de Direito de São Paulo chegou a dizer: "se mais não fizesse, valeria a pena ter-se feito a revolução, para implantar o voto secreto".

O ESTADO MODERNO

O momento em que vamos reformar o arcabouço institucional da Nação é de perspectivas inquietantes e excepcionais, diante das perturbações políticas e econômicas que o singularizam. Abalados na sua autoridade, os governos procuram reagir, adaptando-se às contingências sociais. Aponta-se como fator precípua da perturbação alarmante o desequilíbrio econômico mundial, definido com tanta precisão nas palavras recentemente pronunciadas por Cordell Hull, Secretário do Govêmo Norte-Americano, perante a Conferência Econômica de Londres: « É opinião universal que o flagelo econômico do presente, com o séquito de prejuízos, sofrimentos e sacrifícios, sem paralelo em nosso tempo, aflige, há três anos e meio, toda a Nação e o mundo em geral. Tesouros exaustos, queda de preços, quebra das finanças e do comércio internacional, baixa considerável na produção e no consumo nacionais, trinta milhões de operários sem trabalho, uma agri-

cultura anêmica, instabilidade universal de moedas e de câmbios, acúmulo de dívidas e excessos de impostos, constituem algumas das experiências do tremendo pânico dos últimos anos ».

País moço, na plenitude de suas forças em expansão, felizmente não nos atingem com a mesma intensidade os males que assoberbam outras nações. Seja-nos proveitosa, entretanto, a observação, para precavermo-nos, a tempo de evitá-los ou minorar-lhes os efeitos.

O Estado, qualquer que seja o seu conceito segundo as teorias, nada mais é, na realidade, do que o coordenador e disciplinador dos interesses coletivos ou a sociedade organizada como poder, para dirigir e assegurar o seu progresso. Toda estrutura constitucional implica, por isso, na estrutura das funções do Estado. Ao empreender tão transcendente tarefa, devemos estar atentos às nossas realidades políticas e econômicas e sobrepôr os ensinamentos das nossas experiências à sedução das idéias em voga entre outros povos, expressão, quasi sempre, de fenômenos sociais especialíssimos, que se modificam de país para país, em intensidade e efeitos.

Revelando a sua constante preocupação de reconduzir o país à ordem constitucional, o Governo revolucionário cogitou, ao mesmo tempo, da elaboração de uma lei eleitoral capaz de assegurar a verdade do sufrágio popular e de um ante-projeto de Constituição, destinado a servir de subsídio e

facilitar os trabalhos da Assembléia Constituinte. Semelhante iniciativa tinha antecedentes, não só no Brasil, como em outros países. Entre os processos mais comumente adotados, preferiu-se o da colaboração de elementos representativos dos diversos setores da atividade social. Assim, a comissão nomeada para organizar o ante-projeto reuniu em seu seio personalidades de alto saber jurídico e delegados dos órgãos das classes diretamente ligadas ao progresso do país.

O ato de instituição do Govêno Provisório preceituou que "a nova Constituição Federal manterá a forma republicana federativa e não poderá restringir os direitos dos municípios e dos cidadãos brasileiros e as garantias individuais constantes da Constituição de 24 de fevereiro de 1891". Esta disposição consagra, em essência, as tendências históricas da formação política brasileira, e o ante-projeto orienta-se nesse sentido.

A comissão incumbida de elaborá-lo, composta de homens eminentes, desempenhou-se da tarefa com grande zêlo e patriotismo, apresentando trabalho digno do maior aprêço. Trata-se de uma contribuição valiosa, útil, como base de discussão, ao desempenho da relevante missão que vos cumpre realizar.

O ante-projeto foi ultimado poucos dias antes da instalação dos vossos trabalhos e remeto-o, sem alterações, abstendo-me de opinar a respeito. Cabe

à Assembléia Nacional Constituinte manifestar-se livremente sôbre êle, usando dos altos poderes que lhe outorgou o povo brasileiro para elaborar o pacto fundamental da Nação.

JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

A atividade do Govêrno Provisório em matéria legislativa e de política interna exerceu-se largamente através do Ministério da Justiça. Afora a absorvente tarefa administrativa, grandemente acrescida pela instituição das Interventorias, por seu intermédio organizaram-se diversas leis e regulamentos, diretamente intervindo na elaboração e aplicação do Código Eleitoral. Entre as iniciativas de maior importância, destacam-se o Código dos Interventores, as Leis sôbre ações preferenciais, a de extinção dos impostos interestaduais, de redução progressiva do imposto de exportação e várias outras, além da reforma do Supremo Tribunal e da Justiça local do Distrito Federal e o decreto instituindo a representação de classes na Assembléia Nacional Constituinte.

As modificações introduzidas no aparelhamento da nossa mais alta Côrte de Justiça e na Justiça local se impunham, com caráter de urgência, para melhorar-lhes os serviços e abreviar os julgamentos. Não foi, entretanto, reforma definitiva. A que deverá ter êste caráter, remodelando a Justiça Na-

cional, está consubstanciada num ante-projeto em estudos e dependendo, até certo ponto, da remodelação institucional do país.

REPRESENTAÇÃO DE CLASSES

Assunto de viva actualidade, em matéria de organização do poder público, a representação de classes ou grupos sociais foi agitada, entre nós, ao cogitar-se de dar nova Constituição ao país.

O momento era oportuno para tentar a experiência, e o Governo Provisório, atendendo aos reclamos da opinião, previu, primeiro, no Código Eleitoral, e, logo depois, instituiu esta modalidade de representação para colaborar com a própria política nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Não foram poucas as dificuldades encontradas para assegurar a forma prática dessa inovação, que, embora com sólidos fundamentos nas transformações sociais dos últimos tempos, tem sido diversamente estatuída, ora sob aspecto mixto, técnico e deliberativo, ora simplesmente técnico e consultivo, em conselhos autónomos ou em cooperação com as Câmaras políticas.

Justifica-se, assim, a solução adoptada, em carácter de ensaio, pelo decreto que regulou o processo de distribuição dos grupos sociais para escolher os seus representantes, nesta Assembléia, que resolverá

definitivamente sôbre o assunto, atenta à sua importância e oportunidade.

ORDEM PÚBLICA

As convulsões políticas de forte e profunda repercussão costumam provocar perturbações graves e prolongadas, alterando a ordem pública e exigindo medidas de repressão mais ou menos violenta. Felizmente, a revolução de 1930, havendo empolgado totalmente o país, não produziu êsses lamentáveis efeitos. Após a instituição do Govêrno revolucionário, a tranqüilidade restabeleceu-se normalmente, dispensando providências excepcionais de caráter permanente.

Merece consignar-se êsse fato, que não testemunha sômente a orientação tolerante mantida pelo Govêrno, mas também a índole ordeira do nosso povo.

Na Capital da República, onde em períodos menos agitados a atividade policial costumava exceder-se, foi assegurada a tranqüilidade da população com um serviço normal de vigilância e de simples prevenção. Contribuiu muito para isso a reforma realizada na Polícia Civil, que, afastando-a das velhas práticas de compressão e prepotência, modernizou completamente o seu aparelhamento e métodos de ação.

Há trinta anos, a Polícia Civil do Distrito Federal não experimentava qualquer transformação capaz de adaptá-la ao meio em que estava obrigada a atuar. Sem orientação segura e eficiente, os seus serviços falhavam a cada momento, pela incapacidade da maioria do pessoal e, principalmente, pelos precários recursos utilizados.

Em vez de apresentar-se com a estrutura de uma organização tècnicamente aparelhada e inteligentemente conduzida, parecia antes o reflexo da mentalidade dos que a dirigiam. Como consequência do desmantêlo dos serviços, firmara-se no espírito público a certeza de que a ação policial só produzia resultados, quando lançava mão da violência, deprimindo o prestígio da autoridade. Com tais métodos, a polícia deixava de ser preventiva, transformando-se quasi exclusivamente num terrível aparelho de coação.

A renovação que se operou, com o decreto n. 22.332, de 10 de janeiro do corrente ano, antes de constituir medida destinada a enquadrar a Polícia na sua missão, era necessidade reclamada pela cultura e pelo progresso da Capital da República.

Entre os melhoramentos introduzidos podem destacar-se, como principais: a Escola Policial, base de qualquer organização policial; a criação de Comissariados; a delimitação de funções entre a polícia política e a polícia criminal, tomando esta de car-

reira; a organização da Diretoria Geral de Investigações, como departamento técnico de largas finalidades, e da Inspetoria Geral de Polícia, para centralizar os serviços de tráfego e policiamento da cidade. À Delegacia Especial de Segurança Política e Social confiou-se a proteção dos interesses políticos e sociais e a responsabilidade da manutenção da ordem pública, dentro desse setor de atividades, onde a vigilância deve se fazer sentir até nas grandes medidas de exceção, desdobrando-se, conseqüentemente, na esfera administrativa, em polícia educativa e de costumes e envolvendo-se, em matéria de ordem pública, na regulamentação do trabalho, na fiscalização das indústrias e nas relações do comércio, em íntima ligação com o Ministério do Trabalho.

Com as modificações operadas, coordenaram-se as atividades policiais de diversas organizações, submetendo-as a uma chefia central. Ficaram, assim, subordinadas à Inspetoria Geral de Polícia, órgão técnico por excelência: a Guarda Civil, a Inspetoria de Veículos, a Polícia Marítima, a Polícia Especial, a do Cais do Pôrto e a Inspetoria Geral de Vigilância Noturna, num total de 2.834 homens.

Dentre as secções que hoje formam a Diretoria Geral de Investigações, cumpre destacar, como iniciativa das mais felizes e das mais oportunas, a organização do Instituto de Pesquisas Científicas, perfeitamente aparelhado para satisfazer às suas finalidades.

O serviço geral de rádio, centralizado na Polícia, por uma poderosa estação receptora e transmissora, foi desenvolvido com o de "rádio-patrolha", feito por motocicletas e autos e destinado a facilitar os trabalhos de vigilância policial.

E' êste, em linhas gerais, o aparelhamento atual da Polícia do Distrito Federal, colocada em condições de garantir, estavelmente e sem inúteis demasias, a ordem social.

ECONOMIA E FINANÇAS

Ao dirigir-me ao país, em 3 de outubro de 1931, assim resumi a situação econômica e financeira encontrada pela Revolução :

A HERANÇA RECEBIDA

«As contas do quadriênio passado encerraram-se com um *deficit* de 1.323.000:000\$, agravado pelo indesculpável deslize moral da afirmação, por parte do Governo, de constantes saldos orçamentários.

Para êste total concorreram :

O exercício de 1927, com o <i>deficit</i> verificado de.....	155.517 :532\$183
O exercício de 1928, com o <i>deficit</i> verificado de.....	145.774 :513\$999
O exercício de 1929, com o <i>deficit</i> verificado de.....	189.876 :537\$159
O exercício de 1930, com o <i>deficit</i> verificado de.....	832.590 :506\$196
	<hr/>
	1.323.759 :089\$537

Para atender a este *deficit* realizaram-se as seguintes operações extraordinárias:

1927 — Empréstimos de £ 8.750.000 e £ 41.500.000..	702.241:456\$603
Emissão de apólices (líquido),....	44.123:486\$674
1928 — Emissão de apólices,....	75:000\$000
1930 — Encampação da emissão do Banco do Brasil, creditada em conta do Tesouro.....	592.000:000\$000
	<hr/>
	1.338.430:943\$277

O Governo passado, portanto, aumentou a dívida interna e externa do país em 1.338.430:943\$277. A circulação do papel moeda teve um aumento de 170.000:000\$, parte da emissão de 300.000:000\$, autorizada ao Banco do Brasil, e a responsabilidade do Tesouro, na circulação total, aumentou de 592.000:000\$, pela encampação das notas do Banco do Brasil.

Convém não esquecer que, apesar dos recursos obtidos por essa encampação, então recente, o Governo passado legou ao atual cerca de 130.000:000\$ de dívidas a pagar.

Quanto ao câmbio, cuja estabilização constituía a preocupação constante daquela administração, as taxas puderam ser mantidas, graças, principalmente, à entrada de ouro obtido por empréstimos externos da União, dos Estados e de diversas Prefeituras, na importância de £ 43.678.500 e \$ 142.780.000. Nos últimos tempos, porém, a despeito desta enorme afluência de ouro, e de remessas, igualmente vultosas de empresas particulares, a situação tornara-se precária, e foi necessário passar ao recurso dos expedientes. Fizeram-se, então, consignações de café, por intermédio de duas firmas, uma de Santos, outra do Rio, não estando ainda apurado o prejuízo total de tais operações. Remeteram-se em ouro amoeado ou em barras £ 26.448.662. A esta soma é, aliás, preciso juntar as remessas de ouro que o Governo Provisório foi obrigado a fazer em con-

seqüência de compromissos do Tesouro ou do Banco do Brasil, assumidos pelo Governo anterior, inadiáveis, e que não poderiam ser cumpridos de outra maneira. Tais remessas foram:

Do Governo Federal (Caixa de Estabilização).....	£ 3.164.258.0-2
Do Banco do Brasil.....	£ 4.376.980
	<hr/>
	£ 7.541.238.0-2

A soma total de ouro remetido para sustentação do câmbio foi, pois, de £ 33.989.900.

Não bastou, porém, êsse duplo sacrifício. O Banco do Brasil tinha créditos, no exterior, somando cêrca de £ 5.000.000 e não só os esgotou como ainda largamente os excedeu. Em determinado período, mais precisamente, em 5 de abril de 1930, o débito externo do Banco chegou mesmo a atingir a soma inverosímel de £ 18.211.000. Quando o Governo Provisório assumiu o poder, o descoberto era de £ 7.324.086. Compradas no mercado cambial cêrca de £ 800.000, restavam, ainda, £ 6.500.000, e para saldar êste débito teve o Banco que contrair às pressas, sob a responsabilidade do Governo Federal, um empréstimo de £ 6.550.000 com os seus correspondentes de Londres — N. M. Rothschild & Sons.

Êste empréstimo, que deveria começar a ser amortizado em junho, teve as suas prestações prorrogadas por mais de seis meses cada uma, e é, hoje, a única responsabilidade, das que resultaram da política de estabilização, do Governo passado, que resta liquidar — a única, não falando nas operações do café acima mencionadas e cujo prejuízo não está apurado.

Desta forma, a estabilização tinha de fracassar, como fracassou, principalmente, pela sua má execução. Nos últimos tempos do Governo decaído, isso se tornara evidente. Mas, a mentira oficial porfiava em mascarar a realidade, sempre fugidia e imperceptível, nas mensagens e relatórios. A Nação

continuaría iludida, até 15 de novembro de 1930, se a revolução não explodisse. Nem tudo pôde ser esclarecido ao iniciar-se o Governo Provisório, e, ainda, hoje, restam ocorrências e compromissos obscuros. »

A dívida pública externa, convertidas as várias moedas a dinheiro inglês, pela paridade da época, somava £ 237.262.553, exigindo o seu serviço anual mais de £ 20.000.000. A dívida interna consolidada, da União e dos Estados, atingia a 3.419.862 :300\$ e a flutuante, também da União e dos Estados, a 1.982.867:333\$000.

Além desses totais em moeda nacional, aumentara nossa dívida externa, em francos, pela decisão de Haia, e surgiram várias reclamações, apresentadas ao Tesouro, de contas não escrituradas, como a seguir se discriminam :

Em contos de réis, ouro.....	65.642:331\$000
Em libras esterlinas.....	£ 2.013.304-19-3
Em dollars.....	\$ 297.593,18
Em francos franceses.....	Fs. 755.427,98
Em francos belgas.....	Fs. 2.516,80
Em francos suíços.....	Fs. 338.663,20
Em pesos argentinos.....	11.518,28
e mais, em papel.....	387.033 :466\$000

As rendas públicas, a exportação, a importação, o comércio interno e a produção sofreram verdadeiro colapso, acusando reduções desconhecidas nos nossos anais financeiros. O momento era alarmante

para os capitais, de miséria para a produção, de angústia para o comércio, de embaraços de toda sorte para as atividades em geral.

O Governo deposto havia cometido numerosos erros, os mais graves e incríveis, na porfia de defender o programa de estabilização, que lançara com possibilidades inicialmente exeqüíveis, e, culminando nos desacertos, arrastara o país ao extremo de verdadeira ruína econômica e financeira.

No afã de salvar o plano monetário, praticou atos tão desencontrados e criou tal confusão, que, ao chegar a Revolução ao poder, era de balbúrdia, de anarquia, de quasi bancarrota a situação do Brasil.

O ouro emigrara, deixando o ônus dos empréstimos; o café caíra, deixando o *stock*, o sub-consumo e a super-produção; as indústrias estavam paralisadas; a lavoura em crise franca; o capital em pânico e o trabalho sem emprêgo; o mil réis sem valor e a vida por preço elevadíssimo. Fizera-se inflação, deflação e reinflação, tudo no curto período de três anos.

OS OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO

A resistência do país revelou energias poderosas, que vieram facilitar a ação construtora da Revolução.

Enfrentando resolutamente as dificuldades encontradas, reduzimos as despesas públicas de

423.114.989\$, no ano de 1931, na União, e de 221.990.000\$, nos Estados, e adotámos as providências consideradas inadiáveis para restabelecer o ritmo da vida nacional.

A prestação de contas feita em uma publicação de alto interesse, correspondente ao período de sua gestão, pelo Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Whitaker, mostra a ação fecunda e os largos benefícios trazidos para a economia brasileira pela orientação do Govêrno revolucionário, definindo-lhe os objetivos essenciais de ordem financeira:

«Restituir ao país a liberdade econômica, comprando, primeiramente, o *stock* de café, então retido, e suprimindo, em seguida, gradativamente, as medidas perturbadoras ou compressivas que desorganizavam, no mundo inteiro, o comércio do principal artigo da nossa produção; atingir e assegurar a normalização financeira, realizando e mantendo o equilíbrio dos orçamentos; estabelecer uma organização bancária, criando o Banco Central de Reservas e efetuando, em seguida, a reforma do nosso sistema monetário; instituir, afinal, o crédito agrícola, fundando o Banco Hipotecário Nacional.

Tendo encontrado exaustos o País, o Tesouro Nacional e, até mesmo, o Banco do Brasil, todas as medidas que tomei para resolver as quotidianas dificuldades de uma situação de constantes aperturas ficaram, entretanto, contidas naquela orientação geral, ou, pelo menos, nunca a contrariaram de maneira irreparável.

Pouco importa que circunstâncias inevitáveis, agitações políticas incessantemente renovadas e depressão econômica profunda e universal, tornassem impossível a realização integral dos objetivos visados: o certo é que o Govêrno a que pertenci

fez o que lhe cumpria fazer, e que, com exceção do projeto de instituição do crédito agrícola, que dependia da instalação prévia do Banco Central de Reservas, todas as medidas foram a tempo tomadas para assegurar, normalmente, um sucesso completo. »

Em manifesto que dirigi à Nação em 3 de outubro de 1931, tracei-me e ao Govêrno da revolução um programa claro, que já havia esboçado na campanha da Aliança Liberal:

« Como mais de uma vez tive ensêjo de acentuar, o problema que a todos os outros se sobreleva, na tarefa de reconstrução a que nos dedicamos, é o econômico-financeiro.

Em grave momento da vida nacional, semelhante ao que atravessamos, o eminente homem de Estado, que foi Campos Salles, expressou, com outras palavras, idêntico pensamento. Defendendo a patriótica orientação que se traçara em face das tremendas dificuldades a vencer, confessava: “Entendi dever consagrar o meu govêrno a uma obra puramente de administração, separando-a dos interêsses e das paixões partidárias, para só cuidar da solução dos complicados problemas que constituíam o oneroso legado de um longo passado. Compreendi que não seria através da vivacidade incandescente das lutas políticas, que eu chegaria a salvar os créditos da Nação, comprometidos em uma concordata com os credores externos”.

Corroborando na mesma ordem de idéias, notável economista já acentuara: “As questões financeiras dominam todas as outras e são o ponto de partida dos grandes melhoramentos econômicos e administrativos”.

Estamos sinceramente empenhados na reorganização econômico-financeira de todo o país, isto é, da União, dos Estados e dos Municípios, simultâneamente. Começemos, pois, pela regularização dos nossos compromissos externos federais,

estaduais e municipais. O meio mais prático para atingirmos resultado satisfatório, no melindroso assunto, seria a União assumir a responsabilidade desses compromissos, retendo, como garantia, determinadas rendas dos Estados e dos Municípios, suficientes ao cumprimento dos encargos assumidos. A contribuição em penhor poderia constituir-se com o produto do imposto de exportação, que, de qualquer maneira, deve ser progressivamente reduzido até sua total extinção. Imposto êsse anti-econômico por excelência, além de gravar prejudicialmente a nossa produção, colocando-a em situação de desigualdade, na concorrência aos mercados consumidores, tem ainda o inconveniente de variar no limite de sua taxaço segundo o lugar e as necessidades dos orçamentos locais.

Tão complexo problema já se acha confiado ao estudo de uma comissão, especialmente instituída, para procurar-lhe a solução mais adequada e examinar a possibilidade da criação de outras fontes de renda, capazes de suprir, ao menos em parte, a arrecadação condenada a desaparecer.

O aparelhamento administrativo-social, nos moldes em que o possuímos, não corresponde às necessidades e exigências da vida do país.

Em matéria pròpriamente financeira, o que existia era confusão e desperdício. Não se tinha mão nas despesas, e, para cobrí-las, todos os expedientes se justificavam. Tornara-se inveterado o hábito, que deve ser abolido, irrevogavelmente, de recorrer a empréstimos externos, para execução de obras suntuárias ou para cobrir *deficits* orçamentários. Recurso excepcional, por natureza, transformara-se em meio ordinário de ocorrer aos gastos públicos, sempre exagerados.

Para evitar os ruinosos efeitos daí resultantes, não só é preciso refundir, sistematicamente, dentro de um critério geral, o plano das leis de meios dos Estados, como instituir ainda, em norma inflexível, o equilíbrio entre a receita e a

despesa e o controle rigoroso da arrecadação das rendas e do seu emprêgo.

O complemento dessa medida deve consistir no trabalho de revisão do nosso sistema tributário. Existem anomalias fiscais flagrantes, originadas na falta de discriminação uniforme e clara das rendas. O mal maiormente se reflete nas nossas tabelas tarifárias. No terreno da tributação aduaneira, enveredámos por um caminho de franco e desatinado proteccionismo. Temos certamente numerosas indústrias nacionais, que merecem amparo, mas temos também numerosas indústrias artificiais, sem condições de resistência própria. O proteccionismo, tal como se o praticava, favorecia a todas indistintamente. O aproveitamento industrial de matérias primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico. É justo, por isso, que se o estimule, mediante política tarifária, conduzida sem excessos. As tabelas das alfândegas devem refletir êsse critério. Sem prejuízo da nossa economia, cumpre torná-las mais flexíveis, supri-lhes as deficiências, expurgá-las das velharias, enfim, atualizá-las. >

A AÇÃO DO GOVERNO PROVISÓRIO

Tenho procurado, em meio dos acidentes políticos inerentes a todo período de adaptação revolucionária, manter êste programa e realizá-lo sem transigências.

Os nossos orçamentos eram fictícios, assentando sôbre hipóteses ou sôbre dados imprecisos. A reforma de que careciam, envolvendo a decepção de um regime consolidado nas práticas burocráticas, não poderia ser improvisada nem imediatamente exigível.

O ano de 1931 teve duas leis orçamentárias. A primeira, publicada em 26 de janeiro de 1931, estabelecia grande redução nas despesas, mais metódica previsão da receita, e adotava regras salutaras, em forma de instruções, para a respectiva execução.

No decurso do primeiro trimestre do exercício, verificou-se que a receita prevista não correspondia à realidade da arrecadação e, igualmente, que os cortes efetuados na despesa eram insuficientes para assegurar o equilíbrio procurado.

Já, então, Sir Otto Niemeyer iniciara seus estudos, compendiados, após, em substancioso trabalho sobre os nossos problemas financeiros, e chegava à mesma conclusão do Governo, isto é, da necessidade de efetuar-se a revisão do orçamento, afim de aumentar as rendas e reduzir, ainda mais, as despesas.

Elaborou-se o novo orçamento, publicado em 8 de maio de 1931, com a redução de... 423.114:989\$707, na despesa, e uma previsão de 376.570:000\$, para mais, nas rendas.

Os resultados foram os mais promissores, apurando-se, findo o exercício, uma diminuição de 37.980:541\$, ouro, e 538.513:330\$, papel, sobre a despesa do orçamento anterior. O mesmo não iria suceder com a receita, que ficou aquém da previsão, visto não ter a arrecadação correspondido ao acréscimo calculado para alguns impostos.

O exercício encerrou-se, graças aos recursos de 28.116:992\$, ouro, da Caixa de Estabilização e com a emissão de 133.384:000\$, papel, em obrigações do Tesouro.

Em 16 de novembro de 1931, o Ministro José Maria Whitaker resolveu deixar a pasta, depois de ter prestado relevantes serviços ao país.

Substituiu-o o atual Ministro, que procurou executar a mesma política econômica e financeira que, desde o início, se traçara o Governo Provisório.

Na gestão do novo titular, esforçamo-nos por manter idênticas normas de saneamento orçamentário, ultimar as combinações do *Funding*, pagar o *Conit*, consolidando a ação governamental através de outras medidas e providências adequadas.

O exercício financeiro de 1931 escoara-se, quasi todo, absorvido pela tarefa árdua de recompôr a administração fazendária, de repôr o crédito externo pelos acordos para liquidação dos vultosos atrasados bancários, de fazer remessas para cobrir as prestações das dívidas e de coordenar a vida interna, ameaçada em todos os campos da sua atividade.

O café exigia medidas que não poderiam ser proteladas, sob pena de afundar-se com a ruína dêsse produto a economia paulista e, talvez, a do país.

A situação da lavoura, da indústria e do comércio eram efetivamente angustiosas.

Em seu Relatório, dizia o Ministro Whitaker:

« Formara-se, então, em São Paulo, um grande *stock* de café, que impedia, como uma muralha de barragem, a livre saída da produção desse Estado. Atrás dessa muralha debatia-se a lavoura na situação terrível de não poder nem vender o seu produto, que só chegaria a Santos depois de dois anos e meio de retenção, nem levantar sobre ele qualquer quantia, que os particulares lhe negavam e os institutos oficiais já lhe não podiam fornecer. Em consequência desta situação cessaram de ser pagos regularmente os próprios colonos, e, como, com isso, não recebessem os comerciantes do interior o que já lhes tinham adiantado, deixaram, por seu turno, de pagar aos atacadistas e importadores, refletindo-se, naturalmente, tais dificuldades nas indústrias, que ficaram inteiramente paralisadas.

Resolvida, pelo Govêrno, a demolição daquela barragem, iniciada, por outras palavras, a compra do *stock*, a produção pôde escoar-se normalmente, restabelecendo-se, assim, o ritmo interrompido da vida econômica em todo o país. »

Não bastaria, entretanto, a aquisição pura e simples do *stock* existente. Outras providências tornaram-se necessárias e foram adotadas, como medidas complementares, cumprindo mencionar, entre elas, a operação com Hard Rand & Cia., de adiantamento sobre café, e com *The Grain Stabilisation Corporation*, de troca de café por trigo, a lei sobre conhecimentos comerciais, a criação do Conselho Nacional do Café e a instituição de uma taxa ouro para as exportações.

O câmbio exigiu, igualmente, ação vigilante.

O Govêrno tentou revogar o seu controle, estabelecido pela Junta Governativa, mas, teve que a êle voltar por motivos imperiosos.

A par disso, o Banco do Brasil e o crédito interno reclamavam atenção especial. O Banco do Brasil tivera seu encaixe, superior a 500 mil contos, reduzido a 132 mil, sendo que, em curto período, emitira 170 mil contos. Assegurada a posição da nossa maior instituição bancária, cujos encaixes dobraram um ano após, cabia restituir-lhe a função de centro propulsor do crédito nacional, através de uma Carteira de Redesconto, restabelecida e ampliada em suas benéficas finalidades.

O ano de 1931 fôra, como ficou demonstrado, de reajuste com o passado, cuja pesada herança havíamos recebido a benefício de inventário, e de preparo para realizarmos os propósitos econômicos e financeiros da Revolução.

O EXERCÍCIO DE 1932

O exercício de 1932 começara sob os melhores auspícios. Assinado o 3º *Funding*, iniciados os pagamentos do descoberto bancário, em franca e animadora execução a política de compra do *stock* de café e de normalização dos seus negócios, dentro de um plano estudado e aprovado por técnicos, restabelecida a atividade das indústrias, da agricultura e do comércio em geral, tudo era de esperar do Govêrno e de sua atuação reconstrutora.

O orçamento de 1932 reduzira ainda mais as despesas e, refletindo a experiência do exercício anterior, a receita.

A aplicação dos recursos orçamentários transcorria segundo as mais severas regras de boa gestão, quando surgiram as necessidades da sêca do Nordeste, impondo gastos extraordinários, e, por fim, a rebelião paulista, exigindo despesas avultadíssimas.

Agravando os efeitos dêsses acontecimentos inesperados, sobreveiu, como consequência, o decréscimo em massa das rendas.

Os Ministérios militares gastaram, a mais,

a Guerra.....	418.401:769\$000
a Marinha.....	60.523:111\$000
e o da Viação.....	176.696:349\$000
registando-se um decréscimo na arrecadação de.....	476.705:608\$000
	<hr/> 1.132.326:837\$000

O exercício de 1932 acusou um *deficit* de 1.108.877:991\$400 que não se verificaria, como evidentemente demonstram os algarismos, se não surdissem estas quatro parcelas, índices de perturbações imprevistas, que alteraram por completo o ritmo, já normalizado, da ascensão financeira do país.

Para cancelar tão vultosos e inadiáveis compromissos, emitiu 400 mil contos, que automaticamente irão desaparecendo, na medida da colocação dos títulos correspondentes da dívida pública, aos juros de 7 %, prazo de 10 anos, já havendo sido in-

cinerados 50 mil contos, e emitiu mais três letras de 200 mil contos contra o Banco do Brasil, das quais já resgatou, por pagamento, a primeira, na data do vencimento.

Em meio de acontecimentos de tão profunda repercussão na vida nacional, pôde o Govêrno, contra a expectativa geral, manter o crédito externo e interno e até prosseguir na execução de seu plano de restabelecimento da nossa economia e das nossas finanças.

Firme na orientação adotada, continuou a compra dos cafés, invertendo nas respectivas operações a importância de 2.359.957:648\$060, pela forma a seguir discriminada:

CAFÉS COMPRADOS

Por força do decreto número 19.688.....	17.982.693	1.019.169:759\$800
Em Santos.....	13.002.896	898.168:601\$100
Em São Paulo.....	3.862.944	241.624:465\$600
No Rio de Janeiro....	1.914.117	141.216:594\$070
Em Vitória.....	682.093	39.610:440\$190
Em Paranaguá.....	125.182	9.970:175\$400
Na Baía.....	2.000	146:000\$000
Em Recife.....	789	51:611\$900
Total.....	37.572.714	2.359.957:648\$060

No terreno financeiro, cumprimos integralmente os encargos assumidos: realizámos os depósitos em mil réis, obrigação do *Funding*, tendo no Banco do

Brasil a importância de 731.965:093\$; mantivemos o serviço da dívida externa em dia, na parte do *Funding*, bem como na dos atrasados de Haia e dos empréstimos do café, empenhando nêles e em outras necessidades a soma de £ 12.561.804; pagámos todas as prestações dos descobertos do Banco do Brasil.

A economia particular, que deveria sofrer as graves conseqüências dessas comoções políticas e econômicas, sem precedentes na nossa história, ficou resguardada, acusando todos os índices — os da indústria, da lavoura, do comércio e do custo da vida — franca melhoria. Não surgissem os dois poderosos fatores da perturbação acima indicados — a sêca do Nordeste e a rebelião de São Paulo — e, como resultante, a quêda das rendas públicas, e, por certo, o ano de 1932 teria sido o da iniciação da política financeira de saldos efetivos e o do restabelecimento da prosperidade da nação.

O EXERCÍCIO DE 1933

O ano de 1933, começado em uma atmosfera de paz e de reconstitucionalização do país, está a prometer uma era de consolidação financeira e de reerguimento econômico.

O orçamento foi elaborado sob bases mais seguras e com redução ainda maior nas despesas e até na previsão das rendas.

ORÇAMENTO DE 1933, COMPARADO COM OS DE 1931 E 1932

EM CONTOS DE RÉIS

Anos	RECEITA		DESPESA	
	Ouro	Papel	Ouro	Papel
1931.....	94.000	1.497.269	114.222	1.357.016
1932.....	109.536	1.392.752	34.406	1.894.285
1933.....	87.756	1.502.678	34.265	1.861.975

O primeiro semestre do exercício acusa aumento da receita:

RECEITA ARRECADADA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1933

Rendas	Ouro	Papel
Rendas dos impostos.....	60.186 :443\$000	1.393 :192\$000
Imposto de consumo.....	—	247.839 :852\$000
Imposto sobre circulação.....	8 :775\$000	142.281 :739\$000
Imposto sobre a renda.....	5 :020\$000	44.316 :098\$000
Imposto sobre loterias.....	—	9.252 :622\$000
Diversas rendas.....	1.143 :596\$000	2.026 :751\$000
Rendas Patrimoniais.....	—	4.483 :085\$000
Rendas Industriais.....	352 :800\$000	116.534 :507\$000
Renda extraordinária.....	375 :930\$000	96.846 :262\$000
Renda a classificar.....	77 :210\$000	85.831 :938\$000
Total.....	62.149 :774\$000	750.806 :046\$000

Comparada essa arrecadação com a de igual período de 1932, verificam-se os aumentos de réis 21.878:127\$, na parte ouro, e 100.394:352\$, na parte papel, ou sejam, respectivamente, 35 e 13 % de aumento. Ainda no mesmo semestre, apura-se uma real compressão nos gastos.

DESPESA EFETUADA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1933

	Ouro	Papel
Justiça.....	—	51.137 :204\$000
Exterior.....	1.590 :210\$000	6.438 :873\$000
Marinha.....	874 :906\$000	78.795 :051\$000
Guerra.....	27 :740\$000	170.876 :021\$000
Agricultura.....	39 :792\$000	13.834 :425\$000
Viação.....	1.049 :514\$000	159.144 :383\$000

	Ouro	Papel
Educação.....	2.007 :847\$000	41.211 :746\$000
Trabalho.....	32 :427\$000	7.091 :383\$000
Fazenda.....	12.310 :605\$000	306.901 :817\$000
Agentes pagadores.....	48 :253\$000	181.176 :826\$000
	17.981 :294\$000	1.016.607 :765\$000

Confrontados êsses números com os da despesa, ouro e papel, em igual período de 1932, apresentam diferenças, para menos, em 1933, de 782:382\$, ouro, e 196.280:395\$, papel.

Os coeficientes do custo da vida são auspiciosos, como comprovam os dados estatísticos referentes à Capital do país:

ÍNDICES DE PREÇOS DE ATACADO, PREÇOS DE VAREJO E CUSTO DE VIDA NO RIO DE JANEIRO

1930-1933

Base: 1914 = 100

Anos	Preço de atacado	Preço de varejo	CUSTO DE VIDA	
			Classe média	Classe proletária
1930.....	296	271	267	223
1931.....	327	294	266	210
1932.....	360	325	256	210
1933: Janeiro.....	355	312	253	206
Fevereiro....	349	308	252	204
Março.....	350	306	252	204
Abril.....	342	296	248	201
Maio.....	345	297	250	202
Junho.....	343	293	251	200

ATRASADOS COMERCIAIS

Os atrasados comerciais formaram-se em consequência da necessidade de retirar cambiais para o pagamento do "Consolidation Credit", num total de £ 6.500.000 e da queda da exportação durante a rebelião paulista, computada em £ 7.000.000.

Já em fins de 1931, o Banco do Brasil calculava êsses atrasados em 250 mil contos, aumentados, em fins de 1932, para 550 mil.

Era necessário regularizar tal situação, prejudicial ao crédito público e aos negócios em geral.

Graças à interferência de Sir Otto Niemeyer, da ação de Sir Henry Linch e, nos Estados Unidos, da missão enviada à Conferência de Washington, foi possível realizar os acordos americano e europeu. Êsses acordos, que foram oficialmente divulgados em todos os seus detalhes, permitem ao Banco do Brasil efetuar a liquidação ajustada no prazo de seis anos, juros de 4 %, e a taxas cambiais grandemente favoráveis.

Importaram as adesões acordadas em 194 mil contos, para os americanos, e 281 mil, para os europeus, ou seja um total de 445 mil contos.

Com a operação realizada libertou-se o país das exigências prementes dos atrasados comerciais, salvo pequena parcela, que os franceses não quiseram incluir na combinação européia, feita através de nossos banqueiros, em Londres. Ficou, igualmente, desafogada a pressão cambial sofrida pelo comércio, cujos negócios não tardarão em normalizar-se.

DESCOBERTO DO BANCO DO BRASIL

Entre os desacertos de que é responsável o Governo deposto figurava, como tive ensêjo de dizer, o descoberto do Banco do Brasil, na importância

de £ 6.500.000, do qual se pagou a última prestação, poupando-se ao nosso principal estabelecimento de crédito graves e, talvez, irreparáveis prejuízos.

É oportuno sublinhar que as £ 6.500.000 tomadas em 1930, produziram, a 40\$ a libra, pelo câmbio da época, muito menos do que seria necessário, agora, em mil réis, para pagá-las. Devido, entretanto, à orientação cambial do Govêrno, a liquidação processou-se sem o menor ônus para o Tesouro, uma vez que a diferença, tendo sido apenas de 29 mil contos, foi compensada pelos juros. Não fôra essa orientação e o cancelamento da "Consolidation Credit" custaria, como aconteceu com a de consignações de café Hard Rand & Comp. e Murray & Simonsen, feitas no Govêrno de depósito, mais de 70 mil contos, a liquidar.

OUTRAS OPERAÇÕES E PROVIDÊNCIAS

Afora as operações citadas, financiou-se o recolhimento dos bonus paulistas, antecipando ao govêrno estadual, sob promessa de pagamento em títulos através do Banco do Brasil, a importância de 180 mil contos. Tratava-se de providência necessária e inadiável, uma vez que a emissão, realizada durante o movimento rebelde, viria criar situação de maiores sacrifícios às populações, já provadas na luta, e desorganizar a economia estadual, com funda repercussão na do país.

Executaram-se, ainda, por intermédio do Mi-

nistério da Fazenda, medidas de alto alcance, entre as quais a reforma das leis fiscais, a das Loterias, a revisão das tarifas, a da lei de seguros, a do Domínio da União, a da Casa da Moeda, a do Imposto da Renda, a da Recebedoria de São Paulo, a de Isenções, a de Vendas Mercantis, a do Imposto de Consumo e outras. Procedeu-se ao relacionamento da chamada dívida passiva, cuja liquidação foi autorizada pelo decreto n. 23.298, de 27 de outubro do corrente ano, satisfazendo-se, assim, um reclamo constante dos credores do Tesouro Nacional, por vários títulos, e expediu-se o decreto n. 23.150, de 15 de setembro de 1933, estabelecendo novas regras de elaboração e execução orçamentária, grande e fecunda iniciativa de prometedores resultados para a ordem e segurança das finanças nacionais.

Iniciou-se, finalmente, a reforma do Tesouro sob bases racionais, capazes de renovar esse arcaico órgão central de administração, ajustando-o às suas crescentes atribuições de direção e controle dos serviços da fazenda pública.

COMPROMISSOS EXTERNOS

A ordenação financeira não seria possível sem a regularização das dívidas externas. O *Funding*, a que foi coagido o Governo na liquidação do acervo recebido, é mero expediente financeiro, que posterga os pagamentos, aprovando as dívidas. Não se poderia considerá-lo solução definitiva. Pretender

prorrogá-lo seria de efeitos desastrosos, material e moralmente, para o país.

Estudou-se, por conseguinte, a retomada dos pagamentos, envolvendo em sua proposição a dos Estados.

As combinações feitas, sob a direta autoridade de Sir Otto Niemeyer, podem ser consideradas como aceitas e resolvidas, decorrendo delas a obrigação de pagamentos externos, gerais, de nossas dívidas, dentro das possibilidades cambiais, e mais o levantamento do depósito especial em mil réis, que o Governo vinha, por conta do *Funding*, efetuando no Banco do Brasil.

A vida financeira nacional jamais chegaria a consolidar-se se a dos Estados continuasse a se processar em desacôrdo com as normas estabelecidas para a restauração do crédito federal.

Assim entendendo, procurámos sempre adaptar a ação dos Interventores à orientação central e acreditamos que esta política de unidade financeira, proveitosa sob todos os aspectos, quer às dívidas externas, quer ás internas, será consagrada como uma das melhores conquistas da Revolução. De nada valeria a ordem nas finanças nacionais com a anarquia nas estaduais.

O PROBLEMA DO CAFÉ

Afim de ultimar a execução do programa governamental relativo ao problema cafeeiro, houve necessidade de modificar a organização do Conselho

Nacional de Café, que foi substituído pelo Departamento Nacional do Café, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda.

Os objetivos do Governo ao defrontar o *crak* do café, legado do regime deposito, podem ser considerados como atingidos integralmente.

Propusera-se adquirir os *stocks*, os cafés acumulados, as sobras das safras, com o fim de restabelecer o equilíbrio estatístico e restituir êsse produto basilar da nossa economia à liberdade comercial.

Em casos similares, outros países viram fracassados seus planos, como ocorreu com a borracha, com o algodão, com o trigo e até com os metais. O Brasil fez um supremo esforço e conseguiu retirar dos mercados, ao fim de três anos de ação tenaz, 49.524.514 sacas de café, tendo incinerado 23.592.949.

A safra última, a maior de toda a nossa produção cafeeira, adquirida a quota de sacrifício, escoar-se-á sem deixar sobras.

A safra futura será inferior à nossa exportação normal. Poderá, então, volver o café à liberdade de comércio, livre de taxas e de ônus, para reconquistar os mercados perdidos e entrar, vantajosamente, na concorrência com os demais produtores.

SITUAÇÃO ATUAL

A política cambial, a Caixa de Estabilização Bancária, e a ação central do Banco do Brasil produziram efeitos salutarés para a economia e as finanças do país.

O crédito alargou-se, os negócios movimentaram-se, as iniciativas' retomaram aplicações, as indústrias volveram à plenitude de suas atividades, a produção, sob todas as suas formas, multiplicou-se, e o país usufrue, hoje, ambiente desafogado em comparação com outros povos.

A moeda brasileira mantém o seu valor de relação com as demais moedas, melhorando, francamente, o seu poder aquisitivo interno e permitindo, assim, o aumento da importação, da produção, do comércio em geral.

O crédito público, conforme evidenciam as cotações nos grandes mercados, externos e internos, europeus e americanos, vem sendo fortalecido por uma maior procura e crescente valorização dos nossos títulos.

A situação financeira do Tesouro desafogou-se com os recursos provenientes das operações dos atrasados comerciais e do novo acôrdo sôbre as dívidas externas, permitindo liquidar todos os ônus dos exercícios passados, sem novos gravames, antes deixando disponibilidades de quasi meio milhão de contos, restante dos depósitos, à ordem do Governo, existentes no Banco do Brasil. Graças a êsses recursos, criar-se-á o Banco Rural, complementar da Lei de Usura, atendendo-se à mais preterida e indeclinável das necessidades da economia nacional.

Não podia encerrar êste capítulo da atuação do Governo Provisório, no que diz respeito à eco-

nomia e finanças, sem aludir ao nosso comparecimento nas conferências de Washington e Londres, cujos trabalhos já foram amplamente divulgados.

Quando o mundo atravessa crise sem precedentes que perturba profundamente a vida das nações mais ricas e organizadas, ao Brasil cumpria cooperar, na medida das suas possibilidades, para o estudo e solução dos graves problemas do momento econômico mundial.

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DOS ESTADOS

Parece supérfluo dizer que o Governo revolucionário encontrou a maioria dos Estados em péssima situação administrativa e financeira. O descabro no emprêgo dos dinheiros públicos não tinha limites e os *deficits* se acumulavam de forma assustadora. O balanço global das finanças estaduais, procedido no ano de 1930, apresentava um *deficit* de 472.450:000\$, contra o total de 423.951:000\$ em 1929, época considerada de desafôgo e prosperidade. As dívidas internas e externas atingiam a 2.941.001:000\$ e 885.948:000\$, respectivamente, não incluídos réis 1.107.000:000\$ de dívida flutuante, conforme as apurações verificadas até 31 de dezembro de 1930. As receitas arrecadadas no mesmo ano somaram 1.012.177:000\$, para uma despesa realizada de 1.484.527:000\$000.

Quasi nada se liquidava da dívida consolidada, enquanto a flutuante tendia sempre a aumentar.

Em alguns casos, as despesas mais elementares, inclusive os vencimentos do funcionalismo, tinham o pagamento retardado por longos meses.

Para salvar as aparências, muitos Estados esforçavam-se por esconder a realidade da situação, ocultando uns aos outros as dificuldades em que viviam e do mesmo modo à União, à qual apenas se dirigiam quando precisavam de endosso para operações financeiras externas ou auxílios do Governo central.

A análise procedida nos balanços financeiros das unidades federativas evidencia a preocupação, de que a própria União dava o exemplo, de desorientar a opinião pública com resultados propositalmente alterados. Verdadeira balbúrdia administrativa existia por toda parte, agravando as conseqüências da desorganização financeira.

A acumulação de *deficits* era tão alarmante, nos últimos anos, que a administração revolucionária julgou indispensável decretar o chamado Código dos Interventores, com o fim de regularizar a vida econômico-financeira dos Estados.

Apesar da rigorosa compressão efetuada nas despesas, em 1931, apresentava-se o *deficit* total de 312.411.000\$000. Confrontando as cifras referentes aos dois anos anteriores, apura-se nos gastos 221.990:000\$, para menos, e, ao mesmo tempo, a diferença, nas receitas, de 110.450.000\$, também para menos, relativamente a 1929.

É bem possível, se não ocorressem, em 1932, perturbações da ordem, que muitos Estados conseguissem atingir o equilíbrio orçamentário. A soma total dos *deficits* no referido ano baixou a 178.297:000\$, convindo observar que só o Estado de São Paulo absorveu, neste cômputo, a parcela de 164.000:000\$000. Por outro lado, as despesas efetuadas não ultrapassaram de 1.260.312:000\$000.

Para dar uma idéia da política de compressão a que foram submetidos os Estados, basta referir as importâncias globais das despesas correspondentes aos cinco últimos anos:

1928 —	1.381.631 :000\$000
1929 —	1.672.690 :000\$000
1930 —	1.484.627 :000\$000
1931 —	1.450.700 :000\$000
1932 —	1.260.312 :000\$000

Estas cifras testemunham eloqüentemente a atuação proveitosa do Govêrno revolucionário. O Código dos Interventores começa a produzir, nesse terreno, salutareos efeitos. Compare-se o *deficit* de 1929, época desafogada e de paz ínterna, com o de 1932: o primeiro atinge a 423.951:000\$ e o segundo a 178.279:000\$000.

Com a preocupação de encobrir a verdade, chegou-se, na administração passada, a majorar as receitas com parcelas provenientes de fontes impróprias, deixando-se, ao mesmo tempo, de consignar gastos realmente efetuados. O expediente produzia o efeito desejado, isto é, equilibrava, aparentemente, os orçamentos. O abuso não parava

aí. Recorria-se ao ouro estrangeiro, contraindo compromissos avultados e ruinosos cujas conseqüências funestas estão se fazendo sentir na situação financeira dos Estados e da União.

Possue-se atualmente um levantamento completo dos empréstimos externos dos Estados e das Municipalidades. Foi preciso muito esforço para realizar esta tarefa. Os dados eram sempre incompletos e vagos. Com o auxílio dedicado dos Interventores, a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos pôde ultimar o balanço respectivo, prestando inestimáveis serviços ao país. O total dos empréstimos contraídos pelos Estados e Municipalidades, desde o Império, atingiu à soma de £ 202.083.865. Resgataram-se £ 107.479.460 e a circulação atual eleva-se a £ 94.604.405 ou sejam 3.784.176:000\$ ao câmbio de 6 dinheiros.

A vida administrativa da maioria dos Estados e Municípios muito lucrou sob o regime das Interventorias. Foi regra geral, observada pelos delegados do Governo Provisório, a compressão das despesas e a aplicação rigorosa dos dinheiros públicos, melhor arrecadados e utilizados. Entre os tributos anti-econômicos enraizados nos orçamentos, os de mais lamentável repercussão eram os impostos interestaduais e intermunicipais. Para eliminá-los, expediram-se providências já conhecidas e cujos resultados refletem grande diminuição nessas taxações, condenadas a desaparecer, em breve tempo.

RELAÇÕES EXTERIORES

A atividade do Governo Provisório, no que se refere às relações exteriores do Brasil, caracterizou-se, nestes três anos decorridos, por um trabalho constante de solidificação da paz com todos os países e de mais estreita cooperação inter-americana.

Vitorioso o movimento revolucionário de 1930, cumpria ao Governo por êle instituído esclarecer devidamente a opinião internacional acêrca dos seus propósitos, para desfazer a impressão falsa que se procurara criar em tôrno da revolução. Tão firmes e satisfatórias eram as nossas razões, que, no curto espaço de 72 horas, a maioria das nações reconheceu, *de jure*, a nova ordem política que passava a reger o país.

Resolvida auspiciosamente esta preliminar, entrámos, desde logo, a tratar dos inúmeros e complexos problemas que se nos deparavam e de cuja solução dependia o êxito dos novos rumos da nossa política externa.

REFORMA DE SERVIÇOS

A ação do Governo, na órbita internacional, pressupunha, entretanto, a existência de um aparelhamento capaz de torná-la rápida e eficiente. A experiência demonstrara que a Secretaria das Relações Exteriores, como estava constituída, não preenchia perfeitamente os seus fins. Pela organização exis-

tente, ainda do tempo da Monarquia, o Ministério era servido por três corpos de funcionários: o diplomático, o consular e o burocrático, propriamente dito; os dois primeiros, formando classes distintas, independentes uma da outra, e o terceiro, um quadro permanente, com todos os defeitos inerentes à sua feição rotineira. Na realidade, a nossa situação internacional pedia órgão mais plástico, dotado de pessoal com maior capacidade de trabalho, suscetível de adaptar-se, quando fôsse mister, às variadas contingências do serviço.

Corrigiu-se a lacuna com a reforma que suprimiu o chamado quadro burocrático, refundindo-o nos quadros diplomático e consular. A Secretaria ganhou a mobilidade de que carecia, ao ter o seu pessoal recrutado entre os funcionários do serviço externo pelo sistema de rotatividade. Chamados a trabalhar no Brasil, por períodos regulares, diplomatas e cônsules ficarão, por sua vez, familiarizados com a economia interna da repartição, emprestando-lhe o contingente de sua experiência nos postos e recebendo, com uma melhor compreensão das nossas possibilidades, conhecimentos indispensáveis para atuarem eficientemente no estrangeiro.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Os três últimos anos coincidem com o período de maiores dificuldades defrontadas pelo comércio internacional. Após o tratado de Versalhes, veri-

ficou-se acentuado retraimento nas trocas internacionais, refletindo a ânsia de bastar-se cada povo a si mesmo e a tendência para o isolamento. As perturbadoras conseqüências dessa atitude se fizeram sentir na queda brusca e crescente das importações e exportações, que desciam à medida que se elevavam as barreiras alfandegárias, e de confinamento financeiro. Definindo sinteticamente essa situação, de certo modo paradoxal, eminente economista acertou dizer: "As nações que, no âmbito da economia mundial, haviam fomentado mutuamente sua riqueza de modo tão admirável, preocupam-se agora, com anelo crescente, em acelerar, mediante recíprocos obstáculos, a ruína de todos".

Do entrecruzar desses interesses contraditórios resultou, para a humanidade, uma crise generalizada que se caracteriza pelos sintomas mais graves e variados: desvalorização de todos os produtos, levando à ruína a lavoura e as indústrias; aumento contínuo de desempregados, agravando ao mesmo tempo o problema social e econômico; desequilíbrio dos orçamentos nacionais, determinando majorações de tributos aduaneiros e internos, que ainda mais reduzem o movimento dos negócios; limitações e proibições de toda espécie, traduzindo-se pela diminuição contínua do comércio internacional.

Situação mundial de tamanha gravidade veio encontrar o Brasil sem um estatuto internacional de comércio, que pusesse a nossa produção ao abrigo

de surpresas. Não possuíamos uma política de Convênio, mas apenas uma dezena de tratados e acordos, alguns celebrados pelo Império, há quasi um século, outros mais recentes, forçados por circunstâncias de momento, todos sem uma diretriz homogênea, e, fora dêsses poucos atos, a ausência de qualquer compromisso ou entendimento, que pudéssemos utilizar em nossa defesa, perante a grande maioria dos países com que negociamos.

A falta de uma política comercial tornara-se tanto mais sensível quanto a remodelação política da Europa, conseqüente da grande guerra, determinou o aparecimento de países novos, cujos mercados nos estavam praticamente vedados, visto as respectivas alfândegas só concederem os favores da tarifa mínima aos produtos dos que a êles se ligaram por convênios internacionais.

Tendo em vista esta circunstância e ainda a necessidade de atualizar as nossas pautas aduaneiras, instrumento para negociação de acordos, o Govêno Provisório promulgou o decreto n. 20.380, de 8 de setembro de 1931, em que estabeleceu novo regime tarifário, mandando o Ministério da Fazenda proceder á revisão das tabelas em vigor, ainda de 1901, salvo alterações parciais, e encarregando o Ministério das Relações Exteriores de entrar em entendimento com todos os países com representação no Brasil, para ajustar com êles convênios comerciais.

A orientação adotada no referido decreto prevê

duas fases de negociações. A primeira visa garantir aos produtos nacionais, em todos os mercados que nos possam interessar, tratamento não menos favorável do que o concedido aos produtos similares dos nossos concorrentes, com a segurança, a mais, de que os favores e vantagens, que se lhes concedam, serão estendidos aos produtos brasileiros independentemente de qualquer concessão pelo Brasil. Pondo em prática a medida adotada, o Ministério das Relações Exteriores celebrou, nestes dois anos, tratados e convênios com 31 países.

Como consequência dessa vasta rede de ajustes, que encerra a primeira fase das negociações previstas, ficaram assegurados três resultados imediatos: nos países que nos dispensavam, de fato, o tratamento por nós pleiteado, essa situação deixou de ser uma concessão da parte deles, para se tornar direito exigível, em caso de ameaça; nos países que reservavam aquele tratamento às partes ligadas por convênios, entre os quais figuram todas as novas e prósperas repúblicas da Europa Central e do Báltico — Polônia, Tchecoslováquia, Áustria, Hungria, Finlândia, Lituânia, Letônia e Estônia — abrimos mercados que nos estavam interditos pela diferenciação das tarifas alfandegárias; em uns e outros, já entramos, efetivamente, no gozo de algumas vantagens ou favores, concedidos aos nossos concorrentes, independentemente de negociações ou concessões de nossa parte.

Examinamos, atualmente, a possibilidade de melhorar a posição já conquistada pelos acordos celebrados, obtendo que sejam removidas quaisquer dificuldades que, sob a forma de direitos de importação excessivos, limitações ou proibições regulamentares, se oponham à entrada dos principais produtos da nossa exportação. Concessões dessa natureza, é certo, não se obtêm senão em troca de outras equivalentes. O Govêrno precisa, por isso, usar de muita prudência e discernimento, nas regalias a conceder, de modo a não provocar, com elas, apreensões à produção agrícola e industrial do país.

A segunda fase, que consiste em "negociações suplementares, para protocolos adicionais, relativos a quaisquer facilidades ou vantagens comerciais, que não importem em favores particularizados a qualquer nação", já foi praticamente iniciada pela inclusão de cláusulas aduaneiras nos tratados com o Uruguai e a República Argentina. Apenas, por estar convencido da repercussão que as concessões tarifárias podem ter sobre o complexo da produção nacional, o Govêrno agiu, em ambos os casos, com a indispensável cautela, deixando de imprimir a êsses atos, de alta importância política, toda a amplitude que desejaria dar-lhes: no caso da República Argentina, reduzindo as trocas de concessões ao mínimo de produtos; no caso do Uruguai, dando à tentativa de intercâmbio livre caráter experi-

mental, pela possibilidade de revisão anual das cláusulas relativas às permutas de mercadorias.

É oportuno assinalar que o ajuste e celebração de atos internacionais não têm sido a obra mais árdua, nem talvez a de mais imediata eficácia, da nossa diplomacia comercial, nestes três anos de crise mundial, durante os quais teve de exercer constante e solícita vigilância, na defesa do nosso comércio exterior, contra medidas de toda natureza que vêm ameaçando ou atingindo cada um dos nossos principais produtos: aumento de direitos alfandegários, limitação, suspensão ou proibição de importações, regimes de quotas e de licenças prévias, sem falar no sem número de pequenas exigências regulamentares, que entravam, cada dia mais, o desenvolvimento do intercâmbio das nações. As nossas reclamações no exterior, como as que, por outro lado, recebemos, contra medidas de igual natureza, constituem tarefa absorvente e delicada a cargo da nossa diplomacia, embora tenhamos encontrado o mesmo espírito de conciliação por parte dos países com que negociamos, permitindo solucionar favoravelmente quasi todas as dificuldades até hoje surgidas.

POLÍTICA CONTINENTAL

A nossa política na América continua a merecer especial e constante atenção.

O Brasil tem vivido e quer continuar a viver na mais estreita união de vistas com os Estados civilizados. Nem pode, mesmo, furtar-se a êsse dever de solidariedade humana. Dadas as condições políticas e econômicas do nosso tempo, é impossível a qualquer país subtrair-se ao convívio internacional; a cooperação e assistência mútua impõem-se, cada vez mais, como fatores essenciais para a estabilidade da paz entre os povos.

Sem esquecer estes imperativos de solidariedade internacional, é, entretanto, para o Continente Americano que se voltam de preferência as nossas atenções. Somos parte não pequena da grande família americana, e esta forma, em todos os sentidos, pela origem, evolução, necessidades e objetivos, um mundo inteiramente distinto, em que nos cabe uma parcela de responsabilidade histórica, que não podemos desprezar e impõe o prosseguimento da nossa política tradicional, sintetizada, há mais de cem anos, na expressão — *sistema americano* — de José Bonifácio, e objetivada na gestão gloriosa do segundo Rio-Branco.

A atitude de isolamento ou de simples desintereße pelas dificuldades políticas e econômicas, em que se debatem alguns países do Continente, poderá ser cômoda; não será, porém, a mais humana, nem, seguramente, a que o destino nos reservou, como nação mais extensa e populosa da América do Sul, confinando com quasi a totalidade dos países que a compõem.

Ao iniciar a sua administração, o Governo Provisório impressionou-se com o lamentável desentendimento, que meses antes interrompera as relações entre o Perú e o Uruguai. Aceitos os seus bons ofícios, graças ao espírito de conciliação dos dois países, e correspondendo ao nosso empenho, restabelecia-se, pouco depois, a amizade que sempre os uniu.

Não foi menor satisfação ver coroado de êxito o nosso trabalho tendente a reconciliar a Venezuela e o México, cujas relações estavam suspensas desde 1923.

Há quasi dois anos, esforça-se o Brasil, em completa e estreita colaboração com outros países americanos, por conseguir que o Paraguai e a Bolívia encontrem uma base de acôrdo amigável para a solução do conflito do Chaco. Até o meiado do corrente ano, o estudo da questão esteve entregue a uma Comissão de Neutros, especialmente constituída em Washington, da qual faziam parte, além dos Estados Unidos da América, o Uruguai, Colômbia, Cuba e México. Estranhos, embora, a essa comissão, não deixamos de prestar-lhe, durante as suas atividades, completa assistência, no sentido de facilitar-lhe a tarefa de harmonizar as duas nações dissidentes. Continuamos, além disso, a atuar sem interrupção, isolada ou coletivamente, por sugestões próprias ou em apôio às de terceiros, interessados como nós na paz do Continente.

Pareceu possível, em dado momento, chegar-se a acôrdo satisfatório, sob a base de arbitramento, ao firmar-se, na cidade de Mendonza, uma ata de mediação entre os Governos do Chile e da Argentina. Solicitado, por ambos, o Brasil deu-lhes inteiro apôio. Infelizmente, desapareceram logo em seguida todas as esperanças de acomodação pacífica. Após laboriosas negociações, o lamentável dissídio entrava no seu período agudo, com a declaração de guerra entre a Bolívia e o Paraguai, e a decisão, tomada pela Comissão dos Neutros, de considerar findos os trabalhos de conciliação.

Colocando-se na posição jurídica de neutro, o Brasil não se desinteressou politicamente do assunto. Ao dar por encerrados os seus trabalhos, a referida Comissão entregara a solução do conflito à Liga das Nações. Apesar disso, não hesitamos em propôr que se tentasse ainda uma ação conjunta dos países limítrofes com os contendores, no sentido de estudar e sugerir um meio capaz de decidir pacificamente a luta.

Não significava a iniciativa do Brasil falta de confiança na intervenção conciliadora do instituto de Genebra, com o qual colaborámos durante vários anos e cujos esforços para preservar a paz no mundo sempre reconhecemos. A questão do Chaco assumira para nós, desde o início, aspecto genuinamente continental, e sentíamos, em consciência, a obrigação de tentarmos, uma vez mais, antes que se procurasse

solução em outro ambiente, resolvê-la no quadro exclusivamente americano, limitado, embora, às nações do A. B. C. P., que, por suas condições geográficas, tinham, como é fácil compreender, interesse primordial em dirimir a contenda. Mau grado não chegarmos, dessa como das outras vezes, ao acôrdo definitivo de paz por todos desejado, tomaram-se evidentes os resultados conseguidos pela ação conjunta do A. B. C. P., afastando muitas dificuldades que mantinham irreduzíveis as nações desavindas.

A presença, nesta Capital, do ilustre Chefe da Nação Argentina e o alto significado dessa visita para a concretização do espírito pacifista americano, ofereceu oportunidade para dirigirmos um apêlo em comum aos dois países irmãos, justificadamente esperanças em restabelecer a paz no Continente.

Outro acontecimento que também nos preocupou foi o conflito surgido entre o Perú e a Colômbia, com a ocupação, por fôrças peruanas, da cidade de Letícia, cedida anteriormente à Colômbia, em virtude do tratado Salomón-Lozano, firmado, na cidade de Lima, em 1922.

A gravidade do novo incidente consistia, principalmente, na circunstância de haver ocorrido às portas de nossas fronteiras, na região banhada pelos rios Içá e Amazonas, quasi à vista da povoação brasileira de Tabatinga. Isto nos obrigou, sobretudo depois que o incidente assumiu caráter de verdadeira luta armada, a tomar as medidas necessárias para

guarnecer aquela região, de forma a evitar que o conflito se estendesse também ao nosso território. Paralelamente com essas medidas acauteladoras da soberania nacional, empenhávamos esforços junto aos contendores, no sentido de obter que o território litigioso fôsse entregue provisoriamente à administração de delegados brasileiros, que no prazo mais curto possível o devolveriam às autoridades legais da Colômbia, seguindo-se, imediatamente, uma conferência, a realizar-se na Capital do Brasil, e na qual os dois países considerariam, com largo espírito de concórdia, o tratado Salomón-Lozano.

Não foi possível, porém, chegar a entendimento satisfatório. Verificou-se, posteriormente, a intervenção pacificadora da Liga das Nações, quando se assentou entregar o território a uma comissão por ela designada, que o administraria durante um ano, esperando-se, fundadamente, que, no decorrer dêsse prazo, se chegasse a um acôrdo pacificador.

A comissão referida constituiu-se de três delegados, um brasileiro, um norte-americano e um espanhol, e cumpre a missão que lhe foi confiada, enquanto os delegados dos dois países interessados, atualmente reunidos nesta Capital, estudam uma solução conciliatória.

Quanto à política americana, a nossa atividade se fez sentir, ainda, nas relações de ordem econômica e social, através de tratados e convênios celebrados com várias nações do Continente, uns, já

firmados, outros, em pleno andamento: acordos de comércio e navegação, com o Uruguai e a Argentina; de comércio, com a Colômbia, com o México e com o Canadá; convenção fluvial, com o Paraguai, regulando a navegação nas águas jurisdicionais dos dois países; convenção sobre delitos de ordem social, com a Argentina; de extradição de criminosos, com o Uruguai e a Argentina; demarcação das fronteiras, com as Guianas Holandesa e Britânica.

A PRESENÇA DO PRESIDENTE DA NAÇÃO ARGENTINA NO BRASIL

Com a República Argentina, além dos atos acima citados, assinámos mais uma série de outros, aproveitando, para isso, a oportunidade auspiciosa da visita com que nos honrou o ilustre Presidente General Agustín P. Justo. Simples enumeração demonstra a importância e alcance das questões reguladas: intercâmbio artístico e intelectual, permuta de publicações, revisão de textos de ensino de História e Geografia, fomento do turismo, exposição de amostras e venda de produtos nacionais, prevenção e repressão do contrabando e regulamentação da navegação aérea. Ao lado dessas iniciativas, cumpre destacar, pela alta e excepcional expressão de seus objetivos, o tratado anti-bélico que, consolidando a amizade tradicional entre o Brasil e a Argentina, inaugura nova fase na política americana, cujos re-

sultados não tardarão em ser fecundos para a paz continental.

A celebração de tais atos bastaria para tornar histórica e memorável a presença, entre nós, do preclaro Presidente da Nação Argentina. Pela segunda vez, no decurso de cem anos de vida independente, um chefe de Estado argentino afasta-se do poder para trazer-nos o penhor da amizade do seu país. Não é acontecimento comum. O Govêrno Provisório compreendeu-lhe o alcance e significação, dispensando ao ilustre visitante homenagens excepcionais, a que se associou entusiàsticamente o povo brasileiro, em manifestações de franca e carinhosa hospitalidade. Para nações com as responsabilidades da Argentina e do Brasil, compenetradas do papel histórico que lhes foi reservado nos destinos do Continente, essa visita evidencia, exuberantemente, o forte espírito de confraternização e constante desejo que as anima no sentido de concorrer, com os próprios exemplos, para a manutenção da paz, do progresso e do bem-estar da América.

DEMARCAÇÃO DE FRONTEIRAS

A atuação do Govêrno Provisório ficaria incompleta se não compreendesse também a demarcação da nossa extensa linha de limites com os países vizinhos. Não basta marcá-la nos mapas, cumpre, principalmente, fixá-la no solo para tornar efetiva

a posse. O trabalho de demarcação, complexo e moroso, não se restringe apenas à colocação de marcos divisórios, devendo abranger, ao mesmo tempo, o levantamento topográfico das zonas de fronteira e sua caracterização.

As Comissões de limites, compostas de civis e militares, vêm desempenhando tão patriótica e árdua tarefa, despreocupadas dos riscos que são obrigadas a enfrentar, longe do conforto da civilização e, por vezes, vítimas das endemias reinantes nas zonas inhóspitas que percorrem.

VISITAS DE ALTAS PERSONALIDADES

Acontecimentos de relêvo em nossas relações internacionais foram as visitas de altas personalidades oficiais estrangeiras, verificadas em condições que muito nos desvaneceram. Celebrámos com efusivas manifestações de entusiasmo a vinda ao Brasil do General Italo Balbo, Ministro da Aeronáutica da Itália, comandando uma esquadrilha de 12 aviões, primeira Armada Aérea que atravessou o Atlântico, num vôo magnífico de arrôjo e eficiência profissional.

Pouco depois, chegava a esta Capital, em honrosa visita de cortezia, Sua Alteza Real o Príncipe de Galles, herdeiro da Corôa Britânica, acompanhado de seu irmão, o Príncipe Jorge. Ambos foram hóspedes particularmente gratos aos sentimentos

brasileiros, como comprovaram as expressivas homenagens que lhes tributámos, penhor da forte e velha cordialidade que nos liga ao povo inglês.

Recebemos, também, a visita da Senhora Euzébio Ayala, esposa do Presidente da República do Paraguai, e dispensamos à ilustre dama, além do acolhimento oficial que lhe correspondia, inequívocas provas de consideração social.

Cabe referir, finalmente, a presença, entre nós, numa estação de férias, de Sir John Simon, eminente Chanceler dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra. Embora a sua viagem não revestisse carácter oficial, prestámos-lhe significativas homenagens de simpatia e aprêço.

De forma sucinta, deixamos exposto o trabalho realizado pelo Govêmo Provisório no campo das relações internacionais.

A simples enunciação dos fatos demonstra que a nossa política externa entrou em franco renascimento.

Ampliando a esfera de nossas atividades comerciais, reafirmando os nossos anseios de paz e propósitos de cooperação e fomentando o intercâmbio das grandes conquistas da inteligência e do pensamento, marcámos novos rumos de ação construtora para, sem veleidades de hegemonia e sòmente firmados no direito, elevar o conceito do Brasil perante as demais nações e nos conselhos da política continental.

FÔRÇAS ARMADAS

EXÉRCITO

O Exército, fiel à sua tradição histórica, depois de colaborar decisivamente com a Nação, para a vitória do grande movimento reivindicador da sua soberania, continuou inteiramente dedicado à sua missão precípua de manter a ordem interna e de garantir a integridade da Pátria.

A organização atual das fôrças de terra não proporciona, no entanto, o rendimento que é dado esperar das nossas atividades militares. A falta de dotações orçamentárias suficientes obriga a concentração dos fracos efetivos disponíveis, impedindo, por consequência, a disseminação conveniente dos benefícios da instrução militar e da atmosfera de segurança que ela proporciona. As regiões menos favorecidas do país em recursos educativos, onde a organização militar poderia ter uma ação civilizadora, facilitando, ao mesmo tempo, o povoamento e a colonização, vêem-se privadas desses benefícios. Grandes zonas afastadas e isoladas dos centros de vida intensa, onde a ousadia do mais forte se substitue à vigilância da autoridade; núcleos de população, vivendo rudimentarmente, sem noção de direitos e deveres; tudo está a pedir uma distribuição mais razoável e proveitosa dos efetivos militares,

de modo a aproveitá-los como fatores de atuação educativa e de progresso social.

Para atingirmos essa finalidade, torna-se necessário, sem dúvida, criar novas unidades e estacioná-las, de preferência, nas zonas fronteiriças mais indicadas e no "hinterland". Além da instrução militar, ministrariam ensino e inculiriam hábitos de ordem e trabalho, transformando os conscritos em cidadãos úteis e concientes. Com os resultados reconhecidos às antigas colônias militares, tudo aconselha retomarmos a experiência, naturalmente, em moldes mais práticos e modernizados. As circunstâncias atuais de tranqüilidade internacional na América do Sul, afiançada pela nossa política pacifista e pelos atos mais recentes de bom entendimento recíproco, permitem ampliar o aproveitamento da capacidade educativa dos militares, fazendo-a beneficiar recantos afastados do país, onde os quartéis deverão ser escola de trabalho e de civismo.

Semelhante orientação se harmoniza, aliás, com a nova Lei de Serviço Militar, que operou grande aperfeiçoamento no sistema de conscrição, sem onerar as classes alistáveis e generalizando as obrigações legais. Esse critério de equidade, ampliando o sorteio, virá, necessariamente, exigir nova distribuição de núcleos instrutores e concorrer para intensificar a preparação da mocidade em todas as regiões do país.

Após a vitória de 1930, enquanto restabe-

lecia em seus lugares, na escala hierárquica, valerosos oficiais dela afastados e auxiliares decisivos para a transformação política operada, o Governo procurava estimular os elementos dos quadros que, por atos de boa vontade, coerência e capacidade profissional, demonstravam aptidões para a carreira militar. Sem lançar mão de medidas tendentes a delimitar a ação dos militares na política, podemos comprovar a existência, no seio da classe, do desejo predominante de manter o Exército afastado das competições partidárias, fiel a os seus deveres cívicos e atento sempre, dentro da esfera de sua particular atividade, aos superiores interêsses do país.

Julgo natural que, como qualquer cidadão, o militar exerça atividade política, desde que para isso evidencie competência e pendores especiais, podendo, também, atuar com relevância na administração pública. Perturbador seria, em contraste, a interferência coletiva dos militares, como corporação ou classe, na vida política do país, sobrepondo-se à consciência cívica nacional, para instituir o regime militarista que, felizmente, nunca se tentou implantar no Brasil, onde as forças armadas foram sempre braço executor da vontade civil da Nação.

Visando a homogeneização da cultura geral e especializada dos quadros, facilitou-se o ensino, aperfeiçoando-o: os Colégios Militares tiveram a ação educativa ampliada; a Escola Militar é hoje, exclu-

sivamente, um instituto de ensino profissional; as escolas de armas, com as novas unidades-modêlo, estão corrigindo e atualizando os conhecimentos de oficiais subalternos, capitães e superiores, mediante preparação prática de resultados já comprovados; as escolas técnicas de Engenharia, de Intendência, de Aplicação do Serviço de Saúde e de Veterinária funcionam com real aproveitamento para o Exército; a Escola de Estado-Maior mantém e desenvolve, satisfatoriamente, os seus trabalhos, preparando os futuros chefes militares.

Tal o aspecto do problema do pessoal do Exército, para cuja solução muito tem contribuído a Missão Militar Francesa.

A par do desenvolvimento técnico, os quadros do Exército exigem uma revisão equitativa das condições de acesso e remuneração. Enquanto, para alguns, a carreira militar se faz com facilidade, para outros, sofre retardamentos que precisam ser corrigidos. Quanto aos quadros de sargentos, já se estudam providências, destinadas, em parte, a sanar erros administrativos, a aproveitar os inferiores de vocação militar comprovada e a manter a alimentação dos quadros de reserva, de acôrdo com as exigências e normas dos exércitos modernos.

O restabelecimento das antigas escolas preparatórias, a melhoria proporcional dos vencimentos dos sargentos efetivamente arregimentados e a reorganização dos quadros de escreventes, instru-

tores e empregados, são iniciativas oportunas que, feitas com critério e segundo os ensinamentos decorrentes de longa experiência, virão contribuir para satisfazer justos reclamos e estimular, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento militar.

O problema máximo do Exército, já o declarei em outra oportunidade, é o do material. Sob certos aspectos, a sua penúria atingiu a limites que não podem ser ultrapassados. Fora de qualquer preocupação armamentista, que não temos e estaria muito além das nossas possibilidades financeiras, é necessário admitir um mínimo de aparelhagem bélica indispensável ao exercício normal da função militar. O progresso formidável dos meios mecânicos de ataque aconselha a aquisição de elementos, quando menos, defensivos, e sem os quais seria impossível dar relativa eficiência às forças armadas.

O Govêrno esforça-se por estimular a fabricação de algum material no país, embora convencido de que o problema só poderá resolver-se cabalmente com a criação da siderurgia nacional. Ainda há pouco, enviou à Europa uma comissão incumbida de visitar os principais centros de indústria militar, com o fim de estudar-lhes os aperfeiçoamentos e melhorar a produção das nossas fábricas e arsenais.

Conhecidos os valiosos serviços que, num país vasto como o nosso, presta a aviação, devemos considerar notável progresso de ordem militar a

organização definitiva da quinta arma. Embora se encontre em início a constituição de três unidades aéreas, já são bastante satisfatórios os resultados obtidos, no treinamento dos pilotos, com a utilização de alguns aparelhos modernos ultimamente adquiridos. Para isso também muito concorreu a criação do correio militar aéreo, que, familiarizando os aviadores com as condições geográficas e meteorológicas do país, facilita o estudo das rotas mais indicadas e do regime dos vôos de longa duração. O desenvolvimento do correio-aéreo já deu lugar à formação de inúmeros campos de "aterri-sage", que aumentarão, necessariamente, à medida que os governos locais melhor compreendam a utilidade da iniciativa.

O Estado-Maior do Exército estuda, com rigoroso critério técnico e espírito de economia, a reorganização completa das fôrças de terra. Não se trata de aumentar o Exército nem de alterar as linhas gerais em que está constituído. Procura-se, apenas, aproveitar melhor os recursos existentes, imprimir maior ordem aos seus quadros e serviços, combater vícios administrativos e fortalecer o órgão diretor para que o rendimento geral corresponda aos sacrifícios feitos pela Nação. A reforma planejada, assegurando a fixidez dos recursos orçamentários e melhorando a ordem administrativa, estabelecerá normas para o desenvolvimento da atividade militar, através de diversas leis que regularão a con-

tinuidade e a execução dos programas, somando esforços até agora dispersos. Como complemento, proceder-se-á, ainda, à revisão dos quadros de oficiais, dos graduados e dos funcionários em geral, visando mais perfeita adaptação aos respectivos misteres e às imposições da eficiência profissional.

Os quadros ordinário e suplementar passarão a ter a função normal para que foram criados. Assim, só deverão fazer parte do quadro ordinário os oficiais efetivamente arregimentados, condição esta a ser uniformemente imposta aos promovidos para o mesmo quadro, cujas proporções terão de corresponder, em rigor, às unidades e frações de unidades existentes, voltando também a dominar o salutar conceito clássico de que não podem existir unidades do Exército ativo sem um núcleo permanente de oficiais para ministrar-lhes comando e instrução.

A compressão das despesas a que obrigam as precárias condições financeiras do país vem se fazendo sentir, também, nos orçamentos militares, cujas verbas reduzidas não correspondem às reais necessidades do Exército. Apesar desta inevitável limitação de recursos, a obra de sua reconstrução desenvolve-se promissora, graças ao zelo e patriotismo de seus servidores que, compreendendo a relevante missão que lhes cabe no engrandecimento da Pátria, empregam amplo e solidário esforço pelo progresso moral e técnico do Exército.

MARINHA

No manifesto dirigido à Nação em 3 de outubro de 1931, referindo-me à Marinha, tive ensêjo de expender as seguintes considerações, que julgo inteiramente oportunas: "Tanto quanto o Exército, este departamento da defesa nacional resente a falta de material moderno e adequado ao desempenho da sua árdua missão, que tem por objetivos nítidos e de alta responsabilidade o domínio das comunicações marítimas e a defesa do comércio externo do país, dentro das exigências da nossa vasta zona litorânea e da orientação de nossa política estritamente defensiva.

Infelizmente, a situação financeira, a exigir inexorável compressão nas despesas públicas, não permite promover, no momento, a renovação do nosso poder naval. Apesar de decaído, se ainda existe, é milagre da tenacidade e esforço dos oficiais e pessoal da Armada, na conservação das unidades componentes da nossa esquadra, as quais, todas elas, já ultrapassaram, há muito, o tempo predeterminado para a sua duração eficiente.

Diminuídas as dotações dêste Ministério, em cerca de 89 % na rubrica ouro e 15 % na despesa papel, ainda assim, notável tem sido o trabalho para o aperfeiçoamento da instrução do pessoal e conservação do seu velho material.

Também na Marinha, o sôpro renovador, tra-

zido pela revolução, deu ao seu corpo de oficiais novas energias e disposições para o trabalho. Conscientes da gravidade financeira do momento, com os poucos recursos de que dispõem, empregam, inteligentemente, o seu esforço para que os arsenais, as fábricas e os estabelecimentos navais, elevando o coeficiente da sua produção, consertem, fabriquem, produzam e não sejam apenas simples repartições burocráticas de manuseio de papéis e despacho de expediente, deferindo a estabelecimentos particulares a função precípua para a qual foram criados”.

Considerando atentamente esta situação, o Governo Provisório não se manteve em atitude passiva; procurou, ao contrário, melhorá-la com iniciativas adequadas, de alcance seguro e prático, ainda que lentas em seus resultados. Em primeiro plano, apresentava-se a necessidade, sempre adiada, de renovar a esquadra. Enfrentou-a, instituindo um crédito anual de 40.000.000\$, durante doze exercícios financeiros consecutivos, que deverá ser aplicado de acôrdo com o programa naval estabelecido, tendo-se em vista a média das deficiências da esquadra e os recursos de que a Nação poderia dispôr. Estudados os meios de satisfazer os encargos decorrentes da realização do plano fixado, abriu-se, logo, a indispensável concorrência, aguardando-se apenas a apresentação de propostas das firmas construtoras para, depois de cuidadoso exame, fixar a escolha e dar início aos trabalhos.

Esta providência não ficou isolada. Seguiu-se-lhe a criação do Fundo Naval, formado com os saldos das verbas orçamentárias do Ministério, as rendas dos arsenais, capitánias e laboratórios, impostos de faróis e outras. As economias acumuladas já atingiram em 1932 a cêrca de 8 mil contos de réis e destinam-se, como todos os recursos do Fundo Naval, a prover os meios necessários para a aquisição de material flutuante auxiliar e custeio dos serviços de defesa do litoral, de socorros marítimos e balisamento da costa.

Entre os atos do Govêrno Provisório grandemente proveitosos, para atender às falhas da nossa aparelhagem naval, cumpre lembrar o prosseguimento das obras do novo Arsenal, na Ilha das Cobras, sob a direção exclusiva dos engenheiros da própria Marinha de Guerra. Os trabalhos que, dadas as dificuldades financeiras, estavam ameaçados de paralisação, continuaram, embora lentamente, até que se torne possível imprimir-lhes maior impulso. O antigo Arsenal, apesar de possuir instalações mais ou menos completas e suficientes para realizar os consertos exigidos pela conservação dos navios, limitava-se, últimamente, quasi que ao papel de intermediário entre o Govêrno e as emprêsas particulares, com as quais se contratava, geralmente em condições onerosas, êste serviço, fornecendo apenas o material. Esta anormalidade foi imediatamente corrigida, dispensando-se o auxílio da indústria particular e

restituindo o nosso estaleiro à sua verdadeira função. Como conseqüência dessa medida, quasi todos os navios da esquadra carecedores de reparos passaram, no transcurso dêstes três anos, pelas suas oficinas, merecendo destaque, entre os trabalhos executados, a remodelação do encouraçado *Minas Gerais*, obra de vulto e responsabilidade técnica fora do comum.

Melhoramento insistentemente reclamado para completar o preparo profissional dos quadros navais, a construção de um navio-escola era iniciativa que não podia continuar procrastinada. Tão grave lacuna, foi, afinal, corrigida com a construção, iniciada, nos estaleiros Vickers Armstrong, do navio que receberá o nome de *Almirante Saldanha*.

Tratando-se de melhor preparar a Armada para o desempenho de sua missão, não era possível esquecer a importância da aviação como fator de defesa naval. O reconhecimento desta circunstância impunha a criação de um corpo de aviação na Marinha. A iniciativa já produziu auspiciosos resultados, com o aumento do número de aparelhos e pilotos, cujo aproveitamento se tem evidenciado, satisfatoriamente, através de repetidos cruzeiros ao longo da costa e de exercícios combinados com a esquadra.

Para assegurar a eficiência das fôrças navais não basta apenas o aparelhamento material; é indispensável pessoal apto para utilizá-lo. Nesse sentido, também não faltaram providências. Para os oficiais,

criaram-se, e estão funcionando, diversos cursos de especialização, e, para o pessoal subalterno, instituiu-se o ensino técnico profissional, completando-se a medida com a regulamentação do ingresso e acesso, mediante concurso, no corpo de sub-oficiais, o que, dando maiores garantias, facilita, ao mesmo tempo, a seleção.

O resultado das atividades da Armada, no decorrer dos últimos anos, é amplamente satisfatório e promissor. Pode-se dizer que a Marinha renasce e retorna ao seu antigo prestígio, sob o estímulo de iniciativas que vieram atender às suas necessidades mais prementes e reacender, no seio da classe, a confiança e o entusiasmo. Através dos freqüentes exercícios, em que a esquadra se tem movimentado para executar manobras com programas prévia e cuidadosamente estabelecidos pelo Estado-Maior, comandos e guarnições demonstraram preparo e ardoroso interesse, sobrepondo-se à precariedade do material flutuante, composto de navios, na maior parte, envelhecidos e gastos por longo uso.

Possuímos 1.600 léguas de costa e mesmo como instrumento de vigilância marítima a nossa esquadra está longe de satisfazer os seus objetivos. Melhorá-la, renovando-lhe as unidades, é ato de previdência e dever de patriotismo.

Num país de escassas vias internas de acesso, como o nosso, tendo os núcleos populosos mais importantes espalhados ao longo do vasto litoral, a Ma-

rinha de Guerra, "além de garantir a estabilidade das comunicações, constitue meio fácil para levar, quando necessário, o auxílio da União e a presença da sua soberania a qualquer parte do território nacional".

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

De máxima relevância, não só para o desenvolvimento econômico, como, principalmente, para a ação civilizadora do Estado, o problema das comunicações e das obras públicas de utilidade coletiva, a cargo do Ministério da Viação, mereceu do Govêrno revolucionário atenção solícita, apesar do crítico período atravessado pelas finanças nacionais.

A orientação administrativa e a capacidade construtora dêste importante departamento assinalaram-se, sobretudo, pela mais rigorosa compressão das despesas, na superintendência dos serviços que lhe são subordinados.

Os informes que se seguem comprovam o asserto e demonstram que foram suprimidas todas as despesas supérfluas, ampliando-se, igualmente, as economias aos serviços industriais do Estado, com vantajosos resultados.

O movimento financeiro dos Correios e Telégrafos resume-se do seguinte modo :

	1930	1931	1932
Receita	75.960 :125\$100	77.207 :800\$000	64.597 :666\$100
Despesa	133.547 :393\$800	110.309 :534\$700	110.263 :266\$200
Deficit	57.587 :268\$700	33.101 :734\$700	45.665 :600\$100

A maior elevação da renda global, em 1931, foi devida ao recolhimento da importância de 16.699 :287\$360, pela solução do caso das taxas terminais do serviço de cabos submarinos. Se se computasse, do mesmo modo, o recolhimento da importância de 10.308 :082\$806, dívida da mesma origem, depositada no Banco do Brasil, em conta especial, para melhoramento das instalações postais-telegráficas, o *deficit*, em 1931, ficaria reduzido a 22.793 :651\$894. Esse *deficit* apareceria ainda mais comprimido, em 1931 e 1932, se não fôra a acentuada redução de tarifas determinada para ambos os serviços.

Surpreendente se mostra, sobretudo, o movimento financeiro das estradas de ferro :

	1930	1931	1932
Receita.....	204.544 :110\$300	199.628 :379\$500	196.348 :531\$600
Despesa.....	248.033 :768\$400	212.223 :409\$900	203.778 :732\$500
<i>Deficit</i>	43.489 :658\$100	12.595 :036\$400	7.430 :200\$900

Cumpre acentuar que, para conseguir esse resultado, o Governo Provisório não majorou nenhuma tarifa, tendo observado, ao contrário, uma política inflexível de barateamento de transportes ferroviários.

Mais compensadora seria, ainda, a administração dos serviços industriais, se não ocorressem os violentos reflexos da sêca do Nordeste e a paralisação do tráfego de algumas estradas, determinada pelo levante de São Paulo, tendo sido de cêrca de

3.000 contos, na Central do Brasil, em relação à média do primeiro semestre, a diferença para menos, mensalmente, nos três meses correspondentes àquele movimento. Sem tais perturbações, o *deficit* tenderia a anular-se.

Além das receitas consignadas, arrecadaram mais as estradas, no ano de 1932, a importância de 7.211.862\$800 de taxa de viação e imposto de transporte, a qual, deduzida do *deficit* indicado, o reduz a 379:528\$900.

O movimento, já divulgado, do primeiro semestre, assegura um regime de saldos nas estradas da União, a iniciar-se no corrente exercício.

Quanto ao *deficit* dos Correios e Telégrafos, por sua vez, terá mais sensível decréscimo.

Tão severo espírito de economia não impediu, entretanto, a execução de obras úteis e produtivas. Os movimentos revolucionários de 1930 e 1932 perturbaram grandemente os serviços públicos. A estes fatores de influência negativa para o desenvolvimento dos trabalhos junta-se o flagelo das sêcas, persistente durante três anos. Não houve, contudo, paralisação de esforços e, como resumidamente se verá, apura-se valioso ativo de obras novas e melhoramentos.

ESTRADAS DE FERRO

Sem contar com os trechos por concluir, houve construções de linhas, início de ramais, prolonga-

mentos e conclusão de outros, com o aumento da rede ferroviária nacional de 526^{km},885 no último biênio, em confronto com a média anual de 229 Km. no quinquênio anterior à revolução, além da construção de uma grande oficina em Belo Horizonte; eletrificação de novos trechos da rede mineira de viação; proposta já aprovada para eletrificação da Central do Brasil, da estação Pedro II à Barra do Piraí; concessão da rede sul de Mato Grosso; aprovação de grandes melhoramentos e obras para a viação férrea do Rio Grande do Sul e construção de pontes sobre os rios Parnaíba e Pelotas. Os trechos em construção das estradas em geral atingem a 1.179^{km},960, em franca atividade. Com estudos já aprovados, há mais 7,462^{km}.616.

CONSTRUÇÕES FERROVIÁRIAS

As construções ferroviárias não obedeciam a uma orientação técnica e econômica. Constituiu-se, por isso, uma comissão de engenheiros de notória capacidade, para elaborar um plano geral de viação, trabalho atualmente quasi ultimado. A referida comissão foi incumbida, também, de estudar:

- a) a situação financeira das estradas de ferro pertencentes ao Governo Federal, por êle administradas, arrendadas ou

concedidas, para conhecimento das modificações que devem ser introduzidas nos processos de administração e das providências de outra ordem, necessárias para que não haja perturbação dos transportes;

b) a legislação na parte relativa às tomadas de contas das estradas arrendadas e das que gozam do favor da garantia de juros, afim de se introduzirem as modificações aconselhadas pela experiência;

c) o regime de pagamento mais conveniente a ser adotado nos trabalhos de construção dos prolongamentos e ramais, pelo Governo Federal, inclusive o que diz respeito às normas em vigor para o cálculo das tabelas de preços elementares;

d) as cláusulas e condições gerais a que devem obedecer os contratos de arrendamento das estradas de ferro federais aos Estados e companhias particulares;

e) o regime tarifário, atualmente em vigor nas estradas de ferro federais, para esclarecimento das reformas que convem introduzir e das providências que compete ao Governo tomar, no sentido de, sem prejuízo do equilíbrio das mesmas

estradas, incrementar o desenvolvimento e a circulação da produção.

Apesar de se ter encontrado o "fundo ferroviário" completamente esgotado, promoveu-se o reaparelhamento da maioria das estradas da União, que se achavam em estado precaríssimo e aumentou-se a zona de influência de outras.

Cogita-se, finalmente, da solução de vários problemas atinentes aos serviços de viação, como sejam unificação, na medida do possível, das estradas de ferro de cada região do país, ampliação dos despachos em tráfego mútuo às emprêsas de navegação marítima e adoção definitiva do intercâmbio de material rodante entre as estradas da mesma bitola, para uma coordenação de todos os serviços de transportes ferroviários, fluviais e marítimos.

No intuito de reduzir as despesas das estradas de ferro, entre as quais figura a aquisição do carvão estrangeiro, facilitou-se o aproveitamento dos combustíveis nacionais, como o carvão, o chisto betuminoso e a lenha.

Assim, além da concessão de diversos favores à indústria do carvão nacional, estabeleceu-se que o desembaraço alfandegário de qualquer carvão estrangeiro, em bruto ou em "briquettes", fica dependente da prova de ter sido adquirido pelo importador o produto nacional correspondente a 10 % da quantidade a importar. Autorizou-se, ainda,

o Lloyd Brasileiro e a Central do Brasil a contratarem, com as companhias nacionais de carvão, toda a produção disponível.

Posteriormente, havendo sido demonstrado por uma comissão que estudou, especialmente, o assunto, a vantagem do emprêgo do chisto betuminoso, em mistura, na proporção de 20 % para 30 % de carvão nacional e 50 % de carvão estrangeiro, resolveu-se tornar extensivos a essa indústria os favores e vantagens concedidos ao carvão nacional.

CENTRAL DO BRASIL

Dentre as transformações por que passaram as emprêsas oficiais, convém salientar, por seu maior vulto, a atual situação da Central do Brasil.

Essa estrada tornara-se presa da devastação política, que lançou no maior descrédito a moralidade da sua administração e a regularidade dos seus serviços, como comprovaram as sindicâncias mandadas proceder pelo Govêrno Revolucionário.

Antes da reorganização técnica e administrativa que se impunha, tomaram-se inúmeras providências para a regularização dos serviços, de modo que a compressão de despesas, de janeiro a agosto de 1931, apresentou uma diferença, para menos, em relação a 1930, de 8.443:721\$849; outras restrições de despesas, como dispensa de engenheiros contratados e com diárias, proibição de passes de favor,

volta aos cargos de muitos funcionários que na própria estrada estavam comissionados como diaristas e diversas medidas moralizadoras, produziram economias computadas em 4.055:000\$000.

As consignações subordinadas ao título "Pessoal" que, no orçamento de 1930, ascendiam ao total de 128.685:160\$, no orçamento definitivo de 1931 passaram a 113.164:210\$, reduzindo-se, em 1932, após a reforma e apesar da incorporação da Rio d'Ouro, a 111.735:600\$000.

A despesa realizada baixou de 128.416:657\$971, em 1930, para 108.236:044\$492, em 1931, e 105.589:414\$251, em 1932, sem embargo da incorporação feita nesse ano da Teresópolis à Central do Brasil, que passou, em consequência, a ter a seu cargo mais duas estradas.

Na redução dos quadros de pessoal, houve necessidade de dispensar 1.337 empregados. O Governo, porém, não ficou indiferente à situação desses servidores. Aos que contavam mais de 10 anos de serviço assegurou os benefícios da disponibilidade. Aos dispensados, pagou o abono de dois meses de vencimentos, sendo que uma parte deles percebeu mais um mês desse auxílio, pela situação precária em que ainda se encontravam em dezembro de 1931. A uns e outros ficou, também, atribuído o direito à readmissão ou ao aproveitamento em cargos que se venham a vagar, tendo precedência, os postos em disponibilidade.

Apesar dêsse programa de economias, não se descurou a execução de obras e melhoramentos necessários à regularização do serviço e à segurança do tráfego, salientando-se, entre outros, a retificação da linha do ramal de São Paulo e a sua transformação com a mudança completa dos trilhos, que, em grande parte, deveriam ter sido substituídos há dez anos.

Embora recorrendo à indústria particular, com grande sacrifício de suas rendas, para conservação e reparação do seu material rodante, a Central do Brasil, desde 1926, abandonava, nos desvios, inúmeros carros e vagões que exigiam consertos imediatos.

Com os recursos concedidos para o aproveitamento dêsse material, deverão voltar ao tráfego, até dezembro, mais de 50 carros.

Entre os maiores benefícios públicos concedidos pelo Governo Provisório, sobreleva-se a redução de "assinaturas mensais" nos subúrbios aos passageiros nos trens de pequeno percurso, favorecendo o escoamento da população do Distrito Federal e do Estado do Rio, para várias cidades do interior que se ressentiam da falta de comunicação. O aumento de passageiros de subúrbios, na estação Pedro II, em consequência dessa providência, computou-se em 156.659 passagens, sôbre o movimento de 1931.

ESTRADAS DE RODAGEM

O Governo Provisório encontrou o "fundo rodoviário" com o *deficit* de 11.962.629\$475. Acresce que o produto do fundo especial, em 1931, de 19.624.104\$220, ficou desfalcado de 13.480.000\$, correspondentes às despesas de juros e amortização de títulos emitidos.

Os recursos de que podia dispôr o Ministério da Viação mais se reduziram com a extinção do "fundo especial", em cuja substituição foram concedidas as verbas orçamentárias de 5.946.389\$897 em 1932, e 6.000.000\$ em 1933.

Além disso, por não estarem aprovadas todas as despesas das administrações anteriores, deixou-se de aplicar o saldo existente em dezembro de 1931, no total de 7.207.950\$809.

Sobrepondo-se às dificuldades que se lhe deparavam, a administração revolucionária empenhou decisivos esforços para não deixar em segundo plano um dos pontos fundamentais do seu programa de ação.

Começou-se por dispensar especial cuidado à conservação das estradas Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis, que haviam custado ao Tesouro... 107.551.478\$486, além dos juros dos títulos, que só em 1932 se elevaram a 7 mil contos. Nessas estradas executaram-se vultosos serviços, inclusive de reconstrução, o mesmo acontecendo com a União

e Indústria e a de São João-Barracão, onde já se haviam invertido 14.719:237\$956. Outros serviços apreciáveis foram também ultimados, podendo citar-se entre êles: a estrada da Fábrica de Pólvora da Estrêla, continuação dos estudos da Petrópolis-Teresópolis e construção da estrada de Curitiba a Capela da Ribeira, a cargo do 5º Batalhão de Engenharia, que se encontra à disposição do Ministério da Viação.

Os principais trabalhos rodoviários estão confiados à Comissão de Estradas de Rodagem Federais e àquele batalhão, já se achando iniciada a construção da Teresópolis, ponto de partida da ligação Rio-Baía, que se articulará nesse último Estado com a rede rodoviária da Inspeção de Sêcas, permitindo, com a conclusão dessa rede, a junção com Teresina.

Conquanto o objetivo principal da Inspeção Federal de Obras contra as Sêcas seja a açudagem, não era possível nem aconselhável abstrair da sua atividade as obras rodoviárias, consideradas meio prático para atender à transformação econômica resultante da cultura irrigada e campo mais vasto ao emprêgo da enorme massa de flagelados que careciam de assistência oficial, abrangendo as diversas zonas atingidas pelo fenômeno climatérico.

O novo plano regulamentado fixa, rigorosamente, os traçados básicos de tais obras.

Os trabalhos não puderam cingir-se somente

às linhas-troncos: desenvolveram-se em diversos ramais para atender às zonas atingidas pela seca.

Das linhas principais, na extensão de 4.600 Km., achavam-se construídos 1.705 Km. até fevereiro do corrente ano; das linhas subsidiárias, no total de 1.885 Km., estavam terminados 695, na mesma data. Construíram-se, por conseguinte, 2.460 Km. de estrada, sendo 350 de reconstrução, restando a construir 4.020, para a realização completa desse plano rodoviário. Foram executadas 1.669 obras de arte, sendo 1.365 boeiros e 302 pontes, com 2.609 metros, todas construções em concreto armado. Quanto às estradas, são todas de primeira classe, revestidas de material saibroso, convenientemente comprimido e satisfazendo as condições técnicas.

Conforme relatórios da Inspetoria de Sêcas, até fins de 1930 haviam sido ultimados 2.255 Km. de estradas de rodagem e 5.917 carroçáveis. A falta de conservação de algumas, a ausência de obras de arte em outras, a construção descuidada em quasi todas tiveram, como consequência, a inutilização de grande número delas: muitas desapareceram completamente, a ponto de ser necessário reconstruir quasi 400 Km. de estradas antigas. Em geral, as carroçáveis constavam de simples faixas roçadas e destocadas, sem preocupação de *grade*, nem de obras de arte. Serviam até às primeiras chuvas, depois do que, ou sofriam grandes reparos, ou se tornavam de todo inaproveitáveis.

Compulsados êsses elementos e submetidos a rigoroso confronto, verifica-se, auspiciosamente, que o Govêrno Provisório, dentro de pouco mais de ano, realizou um plano de construções rodoviárias de maior extensão que a obra total das administrações anteriores.

Note-se, além do mais, que, afora as rodovias executadas diretamente pela Inspetoria de Sêcas, muitas outras o foram com verbas fornecidas aos Estados do Norte para auxílio aos flagelados, sendo construídos, reconstruídos ou melhorados cêrca de 5.700 Km. de estradas de rodagem e carroçáveis, acrescidas de numerosas obras de arte.

Considerando-se o que significa como poderoso fator de progresso, num país vasto como o nosso, a expansão das comunicações rodoviárias, constitue deliberação assentada do Govêrno Provisório organizar o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao qual se atribuirão as seguintes diretivas, já delineadas: divisão da competência da União e dos Estados; meios especiais de financiamento; normas fundamentais de conservação e bom uso das estradas; facilidade de circulação interestadual de automóveis; e, finalmente, as relações de direito dêsse meio de comunicação terrestre, evitando as confusões prejudiciais ao seu desenvolvimento.

PORTOS E TRÁFEGO MARÍTIMO

O aparelhamento dos portos nacionais, não é supérfluo observar, tem sido encarado até agora com lamentável desatenção. Possuímos, certamente, grandes ancoradouros, dispendo de instalações completas e até suntuosas, como as dos grandes portos abertos ao intenso tráfego da navegação internacional. Não se pode chamar a isso, porém, obra completa de organização portuária, principalmente, num país de extensa costa e com toda a circulação da sua economia dependente das comunicações marítimas.

Existem ancoradouros em alguns Estados totalmente desprovidos da mais rudimentar aparelhagem. Por êles, entretanto, se escôa a produção local e se faz o intercâmbio com os demais centros comerciais espalhados ao longo do nosso vasto litoral. E' de necessidade, portanto, torná-los utilizáveis e acessíveis à navegação, dotando-os de recursos e instalações adequadas, embora com rigoroso critério de economia e fora de qualquer preocupação grandiosa, como é de hábito entre nós, sempre que se trata de empreender melhoramentos públicos.

As iniciativas do Governo Provisório já são conhecidas, no que diz respeito ao assunto. Entretanto, as informações reproduzidas a seguir esclai-

recem e evidenciam como tem sido encarado, através das providências de diversa natureza determinadas a respeito.

Como medida preliminar, começou-se por fundir as antigas Inspetorias de Portos, Rios e Canais e a de Navegação, visando estabelecer a unidade de diretrizes dêsses serviços. Vários assuntos de caráter geral foram logo examinados, com o fim de elaborar novos regulamentos: atracação obrigatória nos portos organizados, situação da navegação de cabotagem subvencionada, e outros.

O Departamento de Portos executou, por sua vez, diversos estudos de obras contratadas e por administração, e resolveu numerosas questões de ordem técnica, destacando-se as mais importantes: conclusão e exploração do pôrto de Natal; construção do cais e atêrro do pôrto de Cabedelo, faltando apenas as obras complementares em andamento; estudos completos dos portos de Fortaleza, Maceió e Corumbá, com os projetos em elaboração para próxima execução das obras; revisão do plano geral de obras do pôrto de São Salvador, dos estudos do pôrto de Belmonte e do projeto dos portos de Vitória, Recife e Paranaguá, reencetando-se as obras do último e do pôrto de Angra dos Reis, assim como a dragagem do rio Sergí, melhorando o acesso ao pôrto de Santo Amaro, no recôncavo da Baía; aprovação do projeto das obras do pôrto de Torres, no Rio Grande do Sul; execução do programa reduzido

de obras da baixada fluminense e instruções, já aprovadas, para o próximo estudo dos rios Araguaia e Tocantins.

A extensão das nossas costas e a deficiência dos transportes terrestres não permitem cogitar, como pareceria natural, da concentração do tráfego em alguns portos, devidamente melhorados, abandonando-se outros. Para enfrentar definitivamente o problema, estudaram-se duas soluções: primeira, a construção de molhes e a realização de dragagens, o que asseguraria a permanência das profundidades necessárias; segundo, a abertura de canal profundo, através das barras, pelas dragagens periódicas. As primeiras obras só se justificariam, pelo seu elevado custo, em portos de grande tráfego. A segunda solução apresenta-se, portanto, mais aceitável, por exigir, apenas, a compra de uma draga de sucção e arrasto, auto-transportadora, com as necessárias condições de perfeita navegabilidade, afim de poder atender, sucessiva e gradativamente, ao melhoramento de todos os pequenos portos.

NAVEGAÇÃO FLUVIAL

A nossa grande rede de vias naturais de navegação interior espera ainda aproveitamento completo e inteligente. Os rios são excelentes estradas, de custeio geralmente módico. Apesar disso, até hoje

não conseguimos utilizá-los de modo regular e proveitoso. Por falta de estudos continuados e metódicos, deixaram de ser conjugados com o problema ferroviário, impossibilitando explorar a navegação fluvial como meio barato e definitivo de transporte.

Diante da absoluta falta de elementos de orientação, existentes a respeito, o trabalho a realizar nesse sentido é enorme. Está, porém, iniciado e o Governo não deverá medir esforços para empreender as obras de melhoramentos considerados mais eficientes, de acôrdo com o programa já estudado.

Visando êsse objetivo, o novo regulamento do Departamento de Portos e Navegação estabeleceu as fiscalizações de São Luiz e Corumbá e ampliou as atribuições de todas as outras. A tarefa a executar consumirá, certamente, longo tempo até completar-se em todo o Brasil, mas chegará, sem dúvida, a termo, se não faltarem os recursos necessários, persistência e método.

MARINHA MERCANTE

A administração pública não pode ser indiferente ao destino da marinha mercante nacional. Ao seu desenvolvimento estão ligados múltiplos e relevantes interesses de ordem econômica. O importante problema apresenta duplo aspecto: material e pessoal. Cogitando do último, ampliaram-se os meios de

proteção ao trabalhador do mar e estuda-se uma medida definitiva, capaz de satisfazer o objetivo colimado e de remover exigências ociosas e prejudiciais. Quanto ao aspecto material do problema, a solução se apresenta mais complexa.

Como forma de atenuar os ônus da administração e de aproveitar no tráfego as unidades mais eficientes da escassa e velha frota disponível, tentou-se a fusão de todas as companhias de navegação. Depois de prolongados entendimentos, fracassaram as possibilidades dessa fusão, devido, principalmente, à dificuldade de se encontrar uma fórmula conciliadora dos interesses das empresas e à precariedade financeira em que todas se acham.

Em vista da desorganização em que se encontrava o Lloyd Brasileiro, ao instalar-se o Governo Provisório, julgou-se de inadiável urgência intervir na sua administração, nomeando-se um só diretor para enfeixar as atribuições dos três, previstos nos estatutos da companhia.

Em 1930, a receita global da empresa, computada a subvenção, fôra de 116.953 contos. Em 1931, assinalou-se surpreendente melhoria, elevando-se a receita apurada a 162.200 contos; em 1932, desceu a 130.898 contos, decorrendo essa queda, em relação ao ano anterior, de causas inelutáveis, como diferença de câmbio, diminuição de taxas de frete, especialmente do café e cacau, mingua de exportações e importações, diminuição do número de viagens e

finalmente a revolução de São Paulo, com o fechamento do pôrto de Santos.

Os aumentos, sôbre o ano de 1930, elevaram-se a 451.237 contos em 1931 e a 13.935 contos em 1932, traduzindo-se os resultados em cada um dêsses anos, deduzida a despesa, pelo *deficit* de 17.514 contos, em 1930, e pelos saldos de 14.374 contos, em 1931, e 7.290 contos em 1932.

Para melhorar semelhante situação, procurou-se libertar a emprêsa de quaisquer influências que não envolvessem seu interêsse industrial, confiando-a à direção de técnicos e deixando a estes absoluta faculdade de escolha quanto aos agentes e auxiliares.

Outro índice não menos expressivo da melhoria de condições do Lloyd, nos dois últimos anos, em relação aos de 1930, é o que ressalta da comparação dos saldos das responsabilidades com que as suas contas foram encerradas em cada um dêsses exercícios. Os compromissos da emprêsa, que eram de 133.467 contos, em 1930, caíram a 83.371 contos, em 1932.

O maior obstáculo, porém, anteposto à ação governamental para enfrentar o problema da marinha mercante nacional, provinha dos vultosos encargos das questões judiciárias, recebidos das anteriores administrações do Lloyd Brasileiro e que ameaçavam transformar os novos sacrifícios em responsabilidades ainda maiores.

NAVEGAÇÃO AÉREA

Os transportes aéreos, que se vêm desenvolvendo tão auspiciosamente e cujos benefícios não precisam ser encarecidos, também mereceram a melhor atenção por parte dos poderes públicos. Criou-se o Departamento de Aeronáutica Civil e traçaram-se normas para os serviços de aviação civil e comercial. Em face das nossas condições especiais, cumpria atribuir exclusivamente à União, como se fez, a competência para regular tais serviços em todo o território nacional.

Considerando que o material de vôo, por ser adquirido no estrangeiro, dificulta a intensificação do transporte aéreo, resolveu-se estudar as possibilidades de instalar no país fábricas de aviões, e para êsse objetivo abriu-se a necessária concorrência.

O surto promissor do tráfego das linhas aéreas existentes justifica o interesse dedicado pelo Governo a tudo quanto diz respeito a êsse empreendimento. Basta, na verdade, ressaltar os resultados atingidos nos dois últimos anos, quando o movimento de passageiros chegou a cêrca de 14 mil, sem um desastre pessoal, elevando-se o transporte da correspondência a perto de 117.000 Kg.

Diante das vantagens da escolha do Rio de Janeiro para ponto terminal das linhas de diri-

gíveis do tipo *Zeppelin*, tornando a nossa Capital centro de convergência das linhas aéreas dos demais países sul-americanos, não se hesitou em auxiliar a iniciativa da empresa exploradora, com o empréstimo de 12.000 contos, amortizável a longo prazo e destinado à construção da sua base no Brasil. Quanto à aviação militar, que vem executando vôos semanais para o nosso *hinterland*, foi estimulada, no seu patriótico empreendimento, com a preparação de diversos campos de aterrissagem e hangares no Ceará e Piauí.

Sobreleva, porém, a todas essas iniciativas, a construção do aeroporto do Rio de Janeiro, nos terrenos constituídos pelo atêrro feito na ponta do Calabouço. Dentro em pouco iniciar-se-ão as obras projetadas com a aplicação do crédito aberto de 3.000 contos, até ser possível dispôr dos recursos do fundo especial constituído pela venda do sêlo postal correspondente.

CORREIOS E TELÉGRAFOS

À semelhança dos demais serviços industriais do Estado, os serviços postais e telegráficos encontravam-se em completa desorganização. Falhavam, ora pela escassez de material, mal distribuído e até desperdiçado, ora pela funesta intromissão da política, que fizera dos Correios e Telégrafos, com sacrifício da sua eficiência e dos servidores dedi-

cados, reduto de explorações escusas e favoritismo desregrado.

As medidas reclamadas eram de diversas naturezas.

Urgia, antes de tudo, restaurar o tráfego telegráfico que, de retardamento em retardamento, entrara em deplorável decadência, sofrendo, ainda, a concorrência das emprêsas particulares. Conseguiu-se, em pouco tempo, restabelecer a pontualidade e reconquistar a confiança pública.

Quanto ao serviço postal, o trabalho a realizar apresentava-se mais árduo, pela complexa e imperfeita organização existente, tanto sob aspecto material como pessoal.

A iniciativa que se impunha foi adotada sem demora, centralizando-se num só departamento os serviços telegráficos e postais. Os resultados já se fazem sentir, pela maior eficiência e economia com que são mantidos, coordenadamente, ambos os serviços. O aproveitamento do pessoal das antigas repartições, nas secções de expediente e contabilidade, deu lugar a uma melhor sistematização dos trabalhos, ao passo que as instalações unificadas dispensaram duplas despesas, oferecendo maior comodidade ao público.

A reforma realizada demonstrou também a necessidade imperiosa de construção de edifícios apropriados ao serviço, principalmente nas capitais dos Estados que ainda não os possuem. Apli-

cando-se a importância de 10.308.082\$806, correspondente a uma parte das taxas em atraso, recolhidas pelas companhias de cabos submarinos, levantam-se atualmente cinco prédios destinados às sedes de diretorias regionais e acham-se preparados os editais de concorrência para a construção de outros cinco, e projetada, em estudos, a de mais três. Afora essas edificações, promoveram-se outras em algumas cidades do interior e 54 agências postais-telegráficas padronizadas, nos Estados nordestinos, com as verbas da Inspetoria de Sêcas, para trabalho aos flagelados.

Computadas as reduções das despesas iniciais, resultantes da reunião do serviço em um só prédio, o total das economias em aluguel montará, ainda no corrente ano, com as construções em andamento, a 1.064.050\$000.

Não houve, por outro lado, aumento de pessoal. Ao contrário, verificou-se redução, comprovada pela diferença de despesa entre 1930 e 1932, que importa em um decréscimo de mais de 10 mil contos.

Apesar da escassez de recursos, não foi descurada a ampliação da rede telegráfica. Construíram-se 306.122 metros de extensão e 875.900 de condutores. A rede total compreende, hoje, respectivamente, em metros, 59.281.100 e 115.351.033. Sem desatender aos trabalhos de conservação, começou-se a executar um plano de restauração das linhas do Norte, de acôrdo com o projeto orga-

nizado e que abrangerá igualmente as linhas do Sul.

De par com estas providências destinadas ao melhoramento do tráfego, tratou-se do aperfeiçoamento e ampliação da rede rádio-telegráfica, cujos trabalhos serão em breve iniciados com a utilização do crédito aberto de 6 mil contos.

Como minúcia capaz de evidenciar os proveitos da unificação dos serviços postais e telegráficos, é oportuno referir um fato bem característico dos processos administrativos usados. Existiam amontoados, há cinco anos, 50.000 sacos para transporte de correspondência. Deteriorados, em parte, apodreciam e eram jogados ao mar. Não obstante, os orçamentos continuavam a consignar, anualmente, 2 mil contos para serem invertidos na aquisição desse material. Mediante diminuta despesa, repararam-se todas as malas postais deterioradas que voltaram a circular em número e com reservas suficientes, capazes de tornar desnecessárias novas aquisições, durante dois anos, resultando daí a economia de 4 mil contos.

OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Como departamento de ação construtora no combate aos flagelos periódicos das sêcas do Nordeste, a Inspeção de Sêcas tornara-se quasi inoperante, fundida à rotina burocrática e às conve-

niências dissolventes da política oligárquica. Esterilizava-se, há muito, em pequenas obras dispersivas, por falta, sobretudo, de um plano de conjunto, numa eterna sangria do erário público, sem nenhuma possibilidade de alcançar a solução definitiva do problema.

Daí a necessidade da reforma aprovada pelo decreto n. 19.726, de 20 de fevereiro de 1931, fixando as necessárias diretrizes para a execução do grande empreendimento de salvação do Nordeste.

A calamidade pública transformou, porém, um plano de realizações concretas em obra de assistência.

Desde o ano de 1926, o Nordeste vinha esgotando suas reservas naturais e de 1930 a 1933 sofreu os efeitos de uma estiagem prolongada e sem precedentes.

Para evitar a humilhação da esmola e produzir obra de caráter preventivo, que, por seus benefícios permanentes, poupasse a população sertaneja à incidência do flagelo, impunha-se urgente e vasta organização de trabalho.

Não foi possível, de momento, aproveitar toda a legião de necessitados, sobretudo pela falta de projetos definitivos e de material de construção suficiente. Tornou-se indispensável, primeiramente, preparar, no Ceará, onde a crise apresentava mais graves proporções, sete campos de concentração, que chegaram a receber até 105.000 pessoas.

Dentro de pouco tempo, já havia, só na Inspeção de Sêcas e em construções ferroviárias, afóra outros serviços, como açudes particulares, em co-opeção com o Govêno, construção de prédios para os correios e telégrafos, etc., 270.000 operários, que, computada a média de 4 pessoas por família, representavam 1.080.000 pessoas socorridas.

Para dissolver os ajuntamentos urbanos que começavam a formar-se, forneceram-se 10.445 passagens e, por intermédio dos Interventores, todos os recursos para o recebimento, hospedagem e localização dos retirantes. Com o mesmo objetivo, promoveu-se a distribuição de trabalhadores e a colonização, aproveitando áreas isentas dos efeitos do flagelo, que foram transformadas em verdadeiros modelos de organização de trabalho agrícola.

Conquanto os créditos abertos se destinassem a amparar as vítimas da calamidade, produziu-se com êles o maior empreendimento que até hoje se realizou para a solução do problema das sêcas.

Os maiores reservatórios construídos até 1930 não tiveram, a bem dizer, nenhuma intervenção econômica na redução dos efeitos da última sêca. Representavam, apenas, grandes depósitos d'água, sem função irrigatória.

Antes de tudo, era necessário cogitar, portanto, da sistematização da cultura irrigada.

A capacidade dos açudes públicos concluídos e em andamento, na atual administração, atinge

a mais do duplo da dos construídos até 1930, sendo a dos primeiros de 1.290.129.000 metros cúbicos e a dos últimos de 620.622.000 metros cúbicos.

Incentivou-se, por outro lado, a construção de açudes em cooperação com particulares, sendo os Estados e municípios auxiliados com 70 % e os particulares, individualmente ou associados, com 50 % dos respectivos orçamentos.

Nas administrações passadas, o sistema de cooperação fracassara, pelos processos adotados. Preferiam-se os favoritos da política local e o recebimento dos prêmios dependia de formalidades burocráticas infundáveis e dispendiosas. Com os novos métodos de distribuição e fiscalização dos trabalhos voltou a confiança. Os resultados obtidos são prova disso, como se vê do seguinte quadro comparativo:

AGUDES CONSTRUÍDOS NO CEARÁ

1931		1932		1933		Totais	
Quant.	Volume	Quant.	Volume	Quant.	Volume	Quant.	Volume
7	3.635.000	4	5.455.000	4	6.564.000	15	17.654.000
Açudes em andamento em 28-2-1933.....						—	36 58.470.800
Total.....						—	51 76.124.800
Açudes concluídos até 31-12-1930.....						—	36 30.727.000

A perfuração de poços desenvolveu-se, também, com a intensidade possível, embora prejudicada pelas dificuldades resultantes da própria seca.

O quadro abaixo mostra o volume de serviço executado, em comparação com o que foi realizado até 1930, nos Estados do Nordeste:

	Aprov.	Aband.
Total de 1931 a 1933....	55	31
Idem até 31-12-1930.....	661	210

Para demonstrar a soma dos esforços empenhados pelo Governo Provisório, na salvação do Nordeste, numa fase de rigorosa política financeira, basta referir que foi dispendida, nesses serviços, por verbas orçamentárias e créditos especiais, a importância de 233.521:818\$566.

O emprêgo de tão avultados recursos justificarse-ia, simplesmente, pelo precioso capital humano, liberado da tremenda calamidade. Se fôsse necessário avaliar a despesa com a medida da utilidade, o cálculo apuraria, mais ou menos, a ninharia de duzentos mil réis pela vida de cada brasileiro salvo do flagelo.

Além da ampla assistência às vítimas da sêca, as grandes obras simultaneamente realizadas no Nordeste, obedecendo a seguras diretrizes técnicas, constituem, fora de qualquer dúvida, passo definitivo para a solução do angustioso problema.

AGRICULTURA E PRODUÇÃO NACIONAL

Não constitue novidade afirmar que a estrutura da economia nacional assenta sôbre a exploração agrícola.

Toda a nossa exportação está absorvida pelos produtos da agricultura e matérias primas. O simples exame das estatísticas referentes à produção agrícola e ao comércio exterior evidencia o asserto. Era natural, portanto, que sofrêssemos as conseqüências da crise generalizada, traduzidas nas oscilações depressivas do nosso intercâmbio comercial. Para agravá-las, contamos ainda com os males internos, principalmente os que decorrem da péssima organização da lavoura e da precariedade do crédito agrícola.

A êsses males procuramos dar remédio, através de iniciativas e providências referidas nos diversos capítulos da presente exposição sôbre as atividades do Govêno Provisório. Quanto às perturbações de ordem externa, o pouco que nos era permitido fazer não foi esquecido, como se poderá verificar, examinando a constante e firme vigilância mantida para garantir e ampliar os mercados estrangeiros abertos ao consumo dos nossos produtos.

As dificuldades a vencer, nesse terreno, não se apresentam fâcilmente removíveis. A respeito, é bem eloqüente o testemunho do primeiro Ministro da França, quando afirmou, na recente Conferência Monetária e Econômica de Londres: "Dois terços da população do mundo vivem da agricultura e da produção de matérias primas. Os preços dos produtos alimentares e das matérias primas desceram em alguns meses de metade e em alguns casos de

dois terços. Como podem centenas de milhões de agricultores, que foram privados repentinamente do seu poder aquisitivo e de sua capacidade de consumo, continuar como clientes da indústria, dos bancos e das finanças?"

Durante os últimos anos, mantivemos mais ou menos estável o nível da nossa produção. Para facilitar-lhe o escoamento não medimos esforços, a começar pelo café, principal produto da exportação. Não nos limitamos somente à incentivação das vendas. Procuramos, também, melhorar a produção, estimulando-lhe o desenvolvimento dentro de condições mais racionais e de mais seguros resultados.

As providências adotadas sobre a borracha e a castanha, isentando-as do imposto de exportação de 10 % e favorecendo as empresas que se obrigassem a fazer o plantio, o cultivo e o beneficiamento desses produtos, do caucho e da balata; a criação dos institutos do açúcar e do cacau; as numerosas medidas de proteção ao álcool; a defesa do carvão nacional; as reduções de direito para importação dos materiais destinados à indústria da carne; a designação de comissão especial para o estudo do cultivo do trigo e outra para estudar as condições para o fabrico do cimento com o emprêgo de matérias primas nacionais; todas essas providências e muitas outras dizem bem alto da preocupação de valorizar e defender a produção e a exportação pelos meios racionais de seleção e melhoria dos pro-

ditos, postergadas que foram e devem ser as valorizações artificiais que estimularam grande, mas desordenado desenvolvimento, sem cogitarem, porém, de conquistar mercados permanentes e remuneradores.

OS SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Num país, como o nosso, de extenso território de zonas climáticas variadas e de recursos naturais, na sua maior parte, ainda inexplorados, os problemas atinentes à agricultura, à indústria animal e à exploração do sub-solo, exigem, de parte do poder público, constante estudo e preocupação.

O Ministério da Agricultura, departamento administrativo destinado a atender a êsses problemas, ressentia-se, há muito, da necessária eficiência.

Constituído em moldes que não mais correspondiam às exigências da sua finalidade, tornara-se, como já tive ocasião de dizer, "um aparelho rígido e inoperante"; burocratizara-se em excesso, com sacrifício das funções técnicas, cujo desenvolvimento deveria corresponder às necessidades crescentes da nossa expansão econômica.

A organização e o desenvolvimento da produção nacional constituem tarefa de suma impor-

tância, que deve encontrar no Ministério da Agricultura o seu órgão especializado.

Para adaptá-lo a essa finalidade impunha-se, desde logo, imprimir-lhe nova orientação, remodelando e ampliando, em moldes técnicos e racionais, os serviços distribuídos pelas diversas secções que lhe centralizam a atividade.

Começou-se por destacar, para outras Secretarias de Estado, repartições que, dada a nova orientação a adotar, não mais se relacionavam, diretamente, com os problemas agrícolas. Essa circunstância e a imperiosa necessidade de reduzir os gastos públicos, deram margem a uma remodelação parcial, levada a efeito na gestão do Ministro Assis Brasil, que, chamado a desempenhar importante missão no estrangeiro, não teve oportunidade de levar a cabo a reforma geral que se impunha.

É oportuno registrar, a propósito, a observação feita pelo primeiro Ministro da Agricultura, ao relatar ao Chefe do Governo, quando assumiu a pasta, a situação em que encontrara os serviços do Ministério e as economias realizadas no respectivo orçamento de despesa: "Duas coisas se impõem com a mesma fôrça e com a mesma urgência: dotar o Ministério da Agricultura com os meios indispensáveis à obra formidável que lhe incumbe e organizá-lo de modo que êle possa realizar tal obra".

Coube ao novo titular da pasta levar a efeito tão relevante iniciativa.

A REFORMA INICIADA E A SUA FINALIDADE

A reforma iniciada pelo atual Ministro, logo após haver assumido o cargo, teve por fim aparelhar tão importante departamento administrativo, de modo a permitir-lhe a realização da seguinte tarefa que, em linhas gerais, resume a sua verdadeira finalidade:

a) estudar o aproveitamento racional das matérias primas minerais, vegetais e animais, padronizando e fiscalizando os tipos de produção;

b) estender a rede de pesquisas geológicas e mineralógicas, de forma a estabelecer um cadastro tão completo quanto possível da riqueza mineral do país;

c) avaliar as disponibilidades da energia utilizável pela indústria, determinando a potência das quedas d'água, a capacidade das jazidas de carvão e a existência de depósitos petrolíferos;

d) aperfeiçoar nossas condições agrícolas pela seleção de espécie e escolha do *habitat* mais favorável ao seu desenvolvimento;

e) estudar a adaptação de plantas e animais exóticos ao nosso meio, transfor-

mando-os racionalmente em novas fontes de riqueza nacional;

f) aperfeiçoar os meios de combate às pragas e enfermidades que prejudiquem o desenvolvimento das plantas e animais;

g) e, finalmente, modificar, pelas instruções técnico-profissionais, — racional e cuidadosamente ministradas — a mentalidade do nosso meio agrícola e pastoril.

Tendo em vista êsse programa, a Comissão de técnicos, designada para organizar a reforma, propôs uma remodelação geral dos serviços, adstrita à dotação do orçamento em vigor, cuja distribuição ficou assim feita, em virtude do decreto n. 22.339, de 11 de janeiro de 1933.

1 — SECRETARIA DE ESTADO:

a) Gabinete do Ministro — Serviço de Publicidade.

b) Diretoria do Expediente e Contabilidade — Pagadoria.

c) Portaria.

2 — DIRETORIA GERAL DE AGRICULTURA:

a) Secção de Expediente e Contabilidade.

b) Diretoria do Fomento e Defesa Agrícola.

c) Diretoria do Ensino Agronômico.

- d) Diretoria de Plantas Têxteis.
- e) Diretoria de Fruticultura.
- f) Diretoria do Sindicalismo-Cooperativista.

3 — DIRETORIA GERAL DE INDÚSTRIA ANIMAL:

- a) Secção de Expediente e Contabilidade.
- b) Instituto de Biologia Animal.
- c) Diretoria de Fomento da Produção Animal.
- d) Diretoria de Defesa Sanitária Animal.

4 — DIRETORIA GERAL DE PESQUISAS CIENTÍFICAS:

- a) Secção de Expediente e Contabilidade.
- b) Instituto Biológico Federal — Jardim Botânico.
- c) Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil — Estação Experimental de Combustíveis e Minérios.
- d) Instituto de Química.
- e) Instituto de Meteorologia, Hidrometria e Ecologia Agrícolas.

Na justificativa apresentada ao Govêrno, depois de ressaltar a oportunidade e significação da reforma, em face do relatório da referida Comissão, o Ministro aduziu considerações em tórno dos pontos mais importantes e explicou a nova estruturação dos serviços do Ministério.

Essas considerações vão transcritas a seguir e esclarecem perfeitamente os objetivos visados:

« A atual organização estrutural do Ministério da Agricultura, isto é, o agrupamento e subordinação de seus órgãos funcionais, é, sem dúvida, uma causa importante de deficiência no funcionamento de seus serviços.

De fato, os órgãos técnicos do Ministério, agrupados em 13 diretorias autônomas e tres secções isoladas, não têm uma ligação direta com o gabinete do Ministro, nem se subordinam, por afinidades funcionais, à orientação de aparelhos técnicos, ficando todos diretamente subordinados a uma Diretoria Geral de Agricultura — órgão burocrático de expediente — e ainda, lateralmente, a uma outra repartição burocrática — a Diretoria de Contabilidade.

São evidentes as deficiências de uma tal estruturação funcional, pois:

a) as atividades técnicas sofrem o retardamento conseqüente de uma dupla filtragem através de aparelhos burocráticos;

b) a excessiva centralização desse mecanismo burocrático importa numa desnecessária sobrecarga de serviços para os órgãos incumbidos de desempenhá-los, dando motivo ao congestionamento de papeis em trânsito;

c) os vários serviços técnicos, a cargo de diretorias e secções autônomas, carecidas da orientação de aparelhos especializados, a que se subordinem, por afinidades funcionais, constituem um mecanismo caro e ineficiente, pela conseqüente dispersão de esforços.

De modo geral, a reforma consagra os seguintes pontos:

a) libertação, até onde for possível, dos serviços técnicos da dependência imediata do organismo burocrático;

b) simplificação máxima dêsse organismo;

c) agrupamento dos vários órgãos técnicos, de acôrdo com suas afinidades funcionais, e subordinação dos grupos, assim formados, a diretorias gerais técnicas;

d) ampliação, dentro dos limites do orçamento global do Ministério, das verbas correspondentes a certos serviços, de maior significação econômica, em detrimento de outros passíveis de redução no momento.

Dentro dêsse espírito, a reforma estabelece:

a) enfeixamento dos serviços distribuídos às duas atuais diretorias gerais de

Agricultura e de Contabilidade numa só repartição burocrática: — a Diretoria de Expediente e Contabilidade;

b) agrupamento de todos os órgãos técnicos, de acôrdo com suas afinidades funcionais, em três diretorias gerais — uma de Agricultura, uma de Indústria Animal e outra de Pesquisas Científicas — a que ficarão diretamente subordinados êsses órgãos;

c) ligação direta ao gabinete do Ministro, dessas três diretorias gerais, cujos papéis só transitarão pela diretoria burocrática, quando fôr isto indispensável à sua regular tramitação;

d) criação imediata de três diretorias: a de Fruticultura (que deixará de ser secção técnica do Fomento Agrícola) e as de Zootecnia e Laticínios e de Veterinária, em que se desdobrará o atual Serviço de Indústria Pastoril;

e) criação posterior — quando o permitirem os recursos financeiros — de mais três diretorias: Sindicalismo-Cooperativista, Instituto de Genética e Ensino Agronômico;

f) supressão das seguintes diretorias autônomas atualmente: Instituto de Oleos (de que, parte se incorporará ao Instituto de Química, e parte à Escola Superior de Agricultura).

Estação de Minérios e Combustíveis (que se fundirá com o Serviço Geológico e Mineralógico);

Jardim Botânico (que será incorporado ao Instituto Biológico de Defesa Vegetal).

A regulamentação do decreto que estabelecer esta reforma, isto é, a distribuição legal de funções aos atuais órgãos do Ministério e sua subordinação, dentro da nova estrutura geral de seu mecanismo — deve ser objeto de decretos posteriores, calcados na observação criteriosa de seu funcionamento.

Julgo, entretanto, de bom alvitre fixar, desde já, as seguintes normas ou tendências a que deverá subordinar-se essa delicada tarefa de reajustamento de funções:

a) realizar a máxima economia possível na verba "Pessoal" para obter, dentro do atual orçamento, maior disponibilidade na verba "Material";

b) confiar o desempenho de funções técnicas a funcionários especializados;

c) aproveitar, dentro desse critério, para os cargos de diretores de serviços, técnicos que estejam desempenhando funções em alguma das seções da respectiva diretoria;

d) distribuir e localizar os serviços técnicos do Ministério, de acordo com as necessidades peculiares às várias zonas do país, abandonando, de vez, o critério meramente político, a que até agora se têm subordinado;

e) descentralizar, de preferência, a administração dos serviços — remunerando, tanto quanto possível, o pessoal dela encarregado, pelo padrão de vida local — tudo sem prejuízo da necessária centralização técnica;

f) tornar efetiva a cooperação de todos os serviços entre si, de forma a garantir-lhes, pela soma de todos os esforços, um maior rendimento útil.

Quanto ao aproveitamento e seleção do pessoal:

a) atender a que o Ministério deve ter apenas os funcionários de que estritamente necessita para o desempenho regular de seus serviços;

b) estabelecer a obrigatoriedade do concurso, ou pelo menos da prova de habilitação pessoal, para o preenchimento das vagas que se verificarem no quadro do pessoal, subentendendo-se que os novos funcionários ingressarão sempre para o cargo mais baixo do respectivo quadro;

c) criar uma comissão de promoções, escolhida entre os próprios funcionários técnicos e administrativos do Ministério, à qual incumbirá a apreciação do merecimento dos candidatos à promoção, evitando,

de um lado o arbítrio da autoridade superior e libertando-a, de outro lado, do assédio de interferências estranhas aos interesses do serviço;

d) aplicar ao pessoal excedente — caso isso se verifique com a execução da presente reforma — os dispositivos do decreto n. 19.552, de 31 de dezembro de 1930. »

Utilizando a suplementação orçamentária de 11.068:000\$, concedida no segundo semestre do exercício corrente, pôde o Ministério da Agricultura ampliar e melhorar todos os serviços reorganizados pela reforma e criar mais os seguintes:

A) Na Secretaria de Estado:

1. Na Diretoria de Expediente e Contabilidade:
 - a) criação da pagadoria subordinada a uma nova secção de escrituração;
 - b) criação da secção de material, superintendendo o almoxarifado geral.
2. Criação da Diretoria de Estatística e Publicidade.
3. Incorporação da Diretoria de Sindicalismo-Cooperativista, transferida da Diretoria Geral de Agricultura, com o nome de Diretoria de Organização e Defesa da Produção, e criação, nessa

diretoria, da Secção de Geografia Econômica, *Stocks* e Mercados.

B) Na Diretoria Geral de Agricultura:

1. Criação da Diretoria de Defesa Sanitária Vegetal, com
 - a) Secção de Vigilância Sanitária Vegetal
 - b) Secção de Defesa Agrícola.

C) Na Diretoria Geral de Indústria Animal:

1. Criação da Diretoria de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal.
2. Criação da Diretoria de Caça e Pesca.
3. Transformação, em Diretoria, com o nome de Laboratório Central de Indústria Animal, do antigo Instituto de Biologia Animal, criando-lhe mais uma secção de parasitologia e a êle incorporando a estação de agrostologia e o Posto experimental de avicultura e apicultura de Deodoro.

D) Na Diretoria Geral de Pesquisas Científicas:

1. Criação do Instituto de Tecnologia com o acervo da antiga estação de Minérios e Combustíveis.
2. Criação do Instituto de Biologia Animal:

E) Organização, com os elementos do antigo Instituto Geológico e Mineralógico e Curso anexo à E. S. A. M. V. da Diretoria Geral de Produção Mineral, com as seguintes diretorias:

1. Diretoria de Minas.
2. Diretoria de Águas.
3. Instituto Geológico e Mineralógico.
4. Laboratório Central de Indústria Mineral.
5. Escola Nacional de Química.

A ATIVIDADE DO MINISTÉRIO EM 1931-1932

A atividade do Ministério, durante os anos de 1931 e 1932 e os proveitosos esforços empregados para mantê-la à altura das exigências dos serviços, pode ser apreciada através da exposição feita pelo Sr. Mario Barboza Carneiro, ao transmitir, em 24 de dezembro de 1932, ao novo Ministro, as funções que vinha exercendo como encarregado de expediente, na ausência do titular da pasta. Dessa exposição trasladamos para aqui as partes mais importantes:

« *Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*: O nosso Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas manteve o ensino prático e itinerante nos Estados, no Território do Acre e no Distrito Federal por meio dos campos de cooperação que, nos dois anos de 1931 e 1932, funcionaram em número de 330.

Os seus campos de sementes produziram, no mesmo período, mais de 600 toneladas de diversas espécies.

A sua estação de pomicultura, em Deodoro, distribuiu, em 1931, 34.000 mudas de plantas frutíferas, em 1932, cerca de 200.000.

Em vários municípios dos Estados de Goiaz, Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, Baía, Alagôas, Paraíba e Amazonas, foram levantados interessantes questionários agrícolas, que vieram enriquecer a importante coleção de trabalhos dessa natureza, há anos iniciada.

Em várias regiões do país fez o Fomento Agrícola valiosos inquéritos e estudos sobre as culturas da batatinha, do côco, do cacau, da castanha, da cana, da cebola, do arroz, do feijão, do marmeleiro, da vinha, da mandioca, da soja, do mate, do fumo, da banana e do abacate.

Para intensificar a fruticultura no Distrito Federal e em alguns municípios do Estado do Rio foram destocados mais de 200 hectares e lavrados mais de 700, sendo beneficiadas cerca de 200 propriedades, com o tratamento de arvores, fornecimento de enxertos, adubos e inseticidas, e com a extinção de formigas.

O serviço, a seu cargo, de expurgo e beneficiamento de cereais, trabalhou, em 1931, 63.065 sacos e no corrente ano, até agora, 118.311, sendo a renda de 1931, 60:692\$605.

A inspeção de frutas para exportação, só no pôrto do Rio de Janeiro, abrangeu 1.215.815 caixas de laranjas, 462.173 cachos de bananas, 29.311 caixas de abacaxis, tendo arrecadado, por êsse serviço, 263:054\$700.

O pôsto de embalagem de laranjas de Nova Iguassú que pode ser apontado como um estabelecimento modelar, na sua especialidade, beneficiou, em 1931, 97.285 caixas de laranjas, e, em 1932, 127.322 caixas, produzindo, no primeiro ano, a renda de 77:557\$600 e no segundo a de 113:866\$400.

A sua secção de propaganda de cooperativismo trabalhou intensamente, não só colaborando na organização de várias associações, como fiscalizando as registadas no Ministério.

As sementes seleccionadas, distribuídas pelos agricultores dos diferentes Estados, atingiram o pêso de 863 toneladas nos dois anos de 1931 e 1932.

Serviço de Indústria Pastoril: A Indústria Pastoril instalou nos dois últimos anos 357 estações de monta provisórias, com animais puros de seus plantéis em 16 Estados e no Território do Acre, tendo também distribuído, a título precário, 311 reprodutores para melhoria das raças.

Prestando toda assistência às suas dependências zootécnicas e às fazendas de criação, nelas possui um rebanho de animais puros de mais de 3.700 cabeças.

Sob a inspeção dos seus técnicos, foram abatidas 1.213.167 cabeças, com a produção de 100.483.676 Kg., para exportação.

Nas xarqueadas registradas e inspecionadas, a produção exportada atingiu 130.315.181 Kg.

Milhares de análises fiscais foram executadas em seus laboratórios, para controle dos serviços de inspeção e fomento das zonas de produção, no interior.

Nos laboratórios do Pôsto Experimental foram estudadas as principais zoonoses que assolaram várias zonas do país, procedendo-se em cada caso à verificação da natureza do vírus, mecanismo da transmissão, preparo dos sôros, vacinas, etc.

Em Santa Catarina, Mato-Grosso e Alto Rio Branco, continuou intenso e coroado de êxito o trabalho de combate à raiva, tendo-se elevado já a mais de 200.000 os animais vacinados.

O serviço de registo de fábricas foi organizado: realizou-se a padronização dos tipos *standard* de banha.

No nordeste foi coroada de absoluto êxito a organização da indústria do xarque, principalmente no Ceará, onde foram últimamente instaladas quatro xarqueadas, além de demonstrações outras de xarqueamento em vários municípios.

Para fomentar a criação nacional e instruir os criadores, distribuiu, neste biênio, mais de 6.500 revistas e livros, concedeu transporte para cêrca de

900 animais, melhorou o serviço genealógico e de marcas de animais; aparelhou e aperfeiçoou as suas instalações rurais; incentivou os estudos agrostológicos em diversas regiões do país e fomentou a avicultura, não só na Capital como nos Estados, sobretudo no da Baía, onde orientou a instalação da secção de avicultura do Campo de Experiências e Demonstrações "Antonio Muniz", na capital do Estado.

Serviço do Algodão: Produziu em suas dependências 374.156 Kg. de algodão em caroço em 1931 e distribuiu 148.667 Kg. de sementes pelos agricultores.

Em 1932, de janeiro a novembro, foram colhidos 303.800 Kg. de algodão em caroço e distribuídos 157.624 Kg. de sementes.

Atualmente a área plantada nas estações, fazendas de sementes e campos de cooperação, é de 12.775.410 metros quadrados.

Acham-se em funcionamento 33 estabelecimentos agrícolas.

Em 1931, o volume total de algodão classificado subiu a 88.268.933 Kg., maior do que o verificado em 1930, que atingiu apenas 67.245.170 Kg.

A renda do serviço no ano de 1931 chegou a 553:485\$268.

No período de janeiro a novembro de 1932, a renda foi de 804:253\$287, sendo 534:190\$403 provenientes de taxas de classificação, 268:587\$584, de

venda de produtos agrícolas, e 1:475\$300, de origens diversas.

O número total de comissões de classificação é de 14, além de 7 postos de inspeção, abrangendo todos os Estados produtores.

De janeiro a outubro de 1932, foram classificados 33.570.977 Kg. de algodão.

Foram renovados os acordos com os governos estaduais do Pará, Rio Grande do Norte e Paraíba, assinados novos acordos com os Estados do Maranhão e Sergipe, e estão em via de assinatura acordos federalizados com os Estados do Ceará, Pernambuco e Alagoas.

Estação de Combustíveis e Minérios: A Estação de Combustíveis e Minérios teve grande parte da sua atividade aplicada em estudos referentes ao álcool-motor.

Novos e múltiplos problemas, que merecem ser destacados, foram por ela abordados e resolvidos: o rendimento das várias fórmulas de carburantes alcoólicos empregados em motores; análise dos diversos tipos de álcool-motor fabricados no país; verificação da quantidade de todo o álcool adquirido pelos importadores de gasolina, num total de cerca de 5 milhões de litros; instalação das bombas oficiais de álcool-motor nesta Capital; fabrico de carburantes nelas vendidos a partir de 16 de outubro último, num total de mais ou menos 250 mil litros; inspeção das usinas de álcool; verificação da quantidade e da

qualidade da gasolina importada a granel no país, num total de 150 milhões de litros; regulagem dos carros que passaram a empregar o alcool-motor no Rio de Janeiro, etc.

Diversos minérios de cobre e de ouro, do Rio Grande do Sul, foram cuidadosamente estudados afim de se determinar o melhor processo para o seu aproveitamento. A conveniente utilização do carvão nacional foi igualmente objeto de numerosas pesquisas de seus laboratórios e de constante e esclarecida colaboração com a comissão para êsse fim criada pelo Govêrno Provisório.

A transformação industrial do café existente nos grandes *stocks* destinados à destruição foi ali examinada, quer em laboratório, quer em escala semi-industrial, visando-se especialmente seu rendimento em óleos e em gás e a utilização em briquetes. Foram efetuadas ao todo 468 análises químicas, tanto de minérios como de combustíveis e outros produtos de origem mineral. Reiniciaram-se e estão em vias de conclusão as obras de instalação de laboratórios, gabinetes, etc., que assegurarão à Estação Experimental novo surto a seus diversos serviços.

Instituto de Óleos: O Instituto de Óleos tem visado orientar a exploração industrial de nossas plantas oleaginosas e a pesquisa científica dos produtos agrícolas e conexos, no intuito de criar novos horizontes para a economia nacional.

No propósito de restringir, quanto possível, a

importação ainda vultosa de certos óleos, principalmente do azeite de oliveira e do óleo de linhaça, já fez o Instituto as pesquisas necessárias à sua integral substituição pelos óleos de amendoim e de oiticica, ambos nativos e extremamente abundantes em nosso território. O problema da utilização industrial da oiticica mereceu especial atenção pelas dificuldades que apresentou e que foram finalmente vencidas, tendo-se alcançado resultados definitivos com uma técnica original de polimerização, que tornou possível o seu emprêgo para tintas e vernizes.

De 1929, até aqui, foram diplomadas três turmas de técnicos especializados em matérias gordas que já prestam, em diferentes regiões do país, o concurso esclarecido dos métodos científicos ao surto industrial das substâncias oleaginosas. Em viagens anuais ao interior do Estado de São Paulo e de diversos Estados do norte, vem êste Instituto colhendo impressões e dados sôbre as principais necessidades da cultura, do beneficiamento, do consumo e da exportação de nossos produtos oleaginosos, levando aos governos e aos interessados os resultados dos diversos estudos que empreendeu, e da documentação bibliográfica que reuniu. Familiarizam-se assim os alunos com as necessidades objetivas a que terão mais tarde de atender, quando tomarem sob sua responsabilidade a direção dos estabelecimentos industriais para os quais se destinam. Nessas viagens de estudo, são ao mesmo tempo colhidas amostras

de produtos novos ou pouco explorados e que pareçam suscetíveis de promissoras aplicações. Pôsto dêsse modo em constante contacto com as realidades do país, enriquece o Instituto seu museu e fornece a seus pesquisadores matéria útil e nova de trabalho.

A Secção de Pesquisas Industriais Agrícolas, depois de instalar durante o corrente ano o seu laboratório, iniciou uma série de trabalhos de ordem científica sôbre plantas oleaginosas de aplicação alimentar e terapêutica. Considerando a gravidade do problema da lepra no Brasil e a exigüidade dos meios de combatê-la, a Secção de Pesquisas estuda neste momento as diversas variedades brasileiras de Sapucaínha (*Carpotroche Brasilienses*), no intuito de seleccionar, pela riqueza em óleo e pelos atributos fisiológicos dêste, a variedade que melhor convenha a uma cultura intensiva, capaz de substituir o óleo de Chaulmoogra, importado a um preço que dificulta em extremo a sua larga distribuição.

Certos alcaloides, de natureza ainda indeterminada, de diferentes plantas brasileiras, estão sendo ao mesmo tempo examinados, quer do ponto de vista de sua estrutura química, quer de seus efeitos biológicos. A indústria do carvão vegetal ativado, de emprêgo corrente como descorante e desodorizante, é objeto, também, de estudos que prometem substituir os carvões importados para o branqueamento do açúcar e dos óleos, por carvão obtido das cascas de indaiá, babassú, dendê, etc.

O Instituto de Óleos tem-se tornado ao mesmo tempo um centro de consultas de industriais e agricultores, aos quais oferece uma cooperação eficiente em todas as dificuldades que encontram na exploração das plantas oleaginosas.»

Como se verifica, os trabalhos do Ministério, nos dois primeiros anos do Governo Provisório, além de correrem normalmente, foram produtivos e apreciáveis, apesar do regime de economias adotado.

EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

Ao balancear, na primeira parte desta Mensagem, as realizações do regime monárquico, deixei acentuado que o país, depois de meio século de vida política independente, estava ainda com os dois problemas capitais da sua organização para resolver: o trabalho e a educação. Apresenta-se, agora, o ensêjo de abordar o segundo — a educação — pois do primeiro já tratei no capítulo reservado às atividades do Governo Provisório, através do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nova Secretaria criada juntamente com a de Educação e Saúde Pública, refletindo ambas a preocupação de encarar sèriamente a solução dèsses dois importantes problemas nacionais.

Julgo inteiramente oportunas, e devo transcrevê-las, as considerações que o magno assunto

me sugeriu, quando, em recente discurso pronunciado na capital da Baía, procurei focalizá-lo em toda sua complexidade, relevância e aspectos :

« Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo, por base, a instrução primária de letras e a técnica e profissional.

Nesse sentido, até agora, nada temos feito de orgânico e definitivo. Existem iniciativas parciais em alguns Estados, embora incompletas e sem sistematização. Quanto ao mais, permaneceremos no domínio ideológico das campanhas pro-alfabetização, de resultados falhos, pois o simples conhecimento do alfabeto não destrói a ignorância nem conforma o caráter.

Há profunda diferença entre ensinar a lêr e educar. A leitura é ponto inicial da instrução e essa, pròpriamente, só é completa quando se refere à inteligência e à atividade. O raciocínio, fôrça máxima da inteligência, deve ser aperfeiçoado, principalmente por sabermos que o trabalho manual também o exige, pronto e arguto. Não deixa de haver certo fundo de verdade na afirmação do psicólogo: "O homem que conhece bem um ofício, possui, só por esse fato, mais lógica, mais raciocínio e mais aptidão para refletir do que o mais perfeito dos retóricos".

A instrução que precisamos desenvolver, até o limite extrêmo das nossas possibilidades, é a profissional e técnica. Sem ela, sobretudo, na época caracterizada pelo predomínio da máquina, é impossível trabalho organizado.

A par da instrução, a educação: dar ao sertanejo, quasi abandonado a si mesmo, a conciencia dos seus direitos e deveres; fortalecer-lhe a alma, convencendo-o que existe

solidariedade humana; enrijar-lhe o físico pela higiene e pelo trabalho, para premiá-lo, enfim, com a alegria de viver, proveniente do conforto conquistado pelas próprias mãos.

No Brasil, o homem rude do sertão, sempre pronto a atender aos reclamos da Pátria nos momentos de perigo, é matéria prima excelente e, se vegeta decaído e atrasado, culpemos a nossa incúria e imprevidência. Por vezes, o seu aspecto é miserável, mas, no corpo combalido, aninha-se a alma forte que venceu a natureza amazônica e desbravou o Acre. Em algumas regiões, vêmo-lo quebrantado pelas moléstias tropicais, enfraquecido pela miséria, mal alimentado, indolente e sem iniciativa, como se fôsse um autômato. Dai a êsse espectro farta alimentação e trabalho compensador; criai-lhe a capacidade de pensar, instruindo-o, educando-o, e rivalizará com os melhores homens do mundo. Convençamo-nos de que todo brasileiro poderá ser um homem admirável e um modelar cidadão. Para isso conseguirmos, há um só meio, uma só terapêutica, uma só providência: — é preciso que todos os brasileiros recebam educação.

Relembrai o exemplo do Japão. O imperador Mutuzahito, certo dia, baixou um édito determinando "fôsse o saber procurado no mundo onde quer que existisse, e a instrução difundida de tal forma que em nenhuma aldeia restasse uma só família ignorante e que os pais e irmãos mais velhos tivessem por entendido que lhes cabia o dever de ensinar os seus filhos e irmãos mais moços".

O imperador foi obedecido. O milagre da instrução, em pouco mais de 40 anos, de 1877 a 1919, fez com que a exportação e a importação do país centuplicassem; o Japão vencia a Rússia e entrava para o rol das grandes potências.

E' dever do Govêmo Provisório interessar toda a Nação, obrigando-a a cooperar, nas múltiplas esferas em que o seu poder se manifesta, para a solução dêsse problema.

Anda em moda afirmar-se que a educação é corolário da riqueza, quando o contrário expressa maior verdade. Exemplificam com o caso dos Estados Unidos, onde a difusão do ensino primário consome orçamentos anuais que atingem cêrca de 26 milhões de contos da nossa moeda, e concluem, que, entre nós, a questão é insolúvel pelo vulto das despesas que exige, incompatível com a nossa carência de recursos. Em resumo, sustentam: — educação completa só pode existir em nações opulentas. A argumentação é sofística. A nossa vitória, nesse terreno, consistirá em começarmos como a grande nação americana começou, e continuarmos, resolutos e tenazes, como ela prosseguiu, até o fastígio de hoje.

A verdade é dura, mas deve ser dita. Nunca, no Brasil, a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, em legítimo caso de salvação pública.

E' oportuno observar. Aos Estados coube velar pela instrução primária; quasi todos contraíram vultosos empréstimos, acima das suas possibilidades financeiras. Da avalanche de ouro com que muitos se abarroaram, abusando do crédito, qual o numerário distraído para ampliar ou aperfeiçoar o ensino? Esbanjavam-no em obras suntuárias, em organizações pomposas e, às vezes, na manutenção de exércitos policiais, esquecidos de que o mais rendoso emprêgo de capital é a instrução.

Sem a necessidade de vastos planos de soluções absolutas, porém, impraticáveis na realidade, procuremos assentar em dispositivos eficientes e de aplicação possível todo o nosso aparelhamento educador.

A instrução, como a possuimos, é lacunosa. Falha no seu objetivo primordial: preparar o homem para a vida. Nela devia, portanto, preponderar o ensino que lhe desse o instinto da ação no meio social em que vive. Ressalta, evidentemente,

que o nosso maior esforço tem de consistir em desenvolver a instrução primária e profissional, pois, em matéria de ensino superior e universitário, nos moldes existentes, possuimo-lo em excesso, quasi transformado em caça ao diploma. O doutorismo e o bacharelato instituíram uma espécie de casta privilegiada, única que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando, para segundo plano, a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos, enfim, que vivem do trabalho e fazem viver o país.

E' óbvio que para instruir é preciso criar escolas. Não as criar, porém, segundo modelo rígido, aplicável ao país inteiro. De acôrdo com as tendências de cada região e o regime de trabalho dos seus habitantes, devemos adotar os tipos de ensino que lhes convêm: nos centros urbanos, populosos e industriais — o técnico profissional, em forma de institutos especializados e liceus de artes e ofícios; no interior — rural e agrícola, em forma de escolas, patronatos e internatos. Em tudo, com o caráter prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício que o habilite a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de hygiene e de trabalho, conciente do seu valor moral.

Atingimos ao ponto onde os pessimistas habituaram-se a encontrar dificuldades de toda sorte. Refiro-me aos recursos indispensáveis para organizar e manter semelhante aparelho educativo, cujo desenvolvimento pode ser graduado de acôrdo com as possibilidades financeiras do país.

Nesse terreno, mais do que em qualquer outro, convém desenvolver o espírito de cooperação, congregando os esforços da União, dos Estados e dos Municípios. Quando todos, abstendo-se de gastos suntuários e improdutivos, destinarem, elevada ao máximo, uma percentagem fixa de seus orçamentos para prover as despesas da instrução, teremos dado grande

passo para a solução do problema fundamental da nacionalidade. Comprovando o interesse do Governo Provisório, a respeito, é oportuno ressaltar que o decreto destinado a regular os poderes e atribuições dos Interventores determina que os Estados empreguem 10 %, no mínimo, das respectivas rendas na instrução primária e estabelece a faculdade de exigirem até 15 % das receitas municipais para aplicação nos serviços de segurança, saúde e instrução públicas, quando por eles exclusivamente atendidos.

Concertada a cooperação dos poderes públicos federais, estaduais e municipais, restaria apenas atribuir à União, o direito de organizar e superintender, fiscalizando-os, todos os serviços de educação nacional.

A ação isolada dos governantes não basta, para transmutar em realidade fecunda, empreendimento de tal alcance e tamanha magnitude. É preciso criar uma atmosfera propícia e acolhedora, permitindo a colaboração de todos os brasileiros nesta obra eminentemente nacional.

O Governo Federal pretende instalar a Universidade Técnica, verdadeira cidade e colmeia do saber humano, de onde sairão as gerações de professores e homens de trabalho, capazes de imprimir à vida nacional o sentido realizador das suas aspirações de expansão intelectual e material. »

ENSINO PRIMÁRIO

Devemos repetir que educar não consiste somente em ensinar a lêr. O analfabetismo é estigma de ignorância, mas a simples aprendizagem do alfabeto não basta para destruir a ignorância. A massa de analfabetos, pêso morto para o progresso da nação, constitue mácula que nos deve envergonhar. É

preciso confessá-lo corajosamente, toda a vez que se apresentar ocasião. Cumpre fazê-lo aqui, não para recriminar inutilmente, mas apenas para nos convenceremos de que o ensino é matéria de salvação pública.

Quero referir-me, evidentemente, ao ensino primário, básico para qualquer processo de instrução. Substituindo as palavras pela evidência dos algarismos, restrinjo o comentário sôbre a sua tremenda deficiência e desorganização aos dados e confrontos estatísticos mais recentes.

Sôbre o ensino primário, os informes obtidos pelo Ministério da Educação, correspondendo a 1931, assinalavam o seguinte movimento:

Ensino geral, 20.918 escolas públicas e 7.632 particulares, com 54.337 professores, 2.020.931 alunos matriculados, 1.564.522 freqüentes e 122.458 que terminaram o curso. Além dessas, havia mais 620 escolas de ensino semi-especializado e especializado, com 3.960 professores, 59.416 alunos matriculados, 49.521 em freqüência e 4.980 que concluíram o curso.

Levando em conta sômente o que diz respeito aos alunos dos cursos primários de ensino geral, que é o assunto precípua destas considerações, verificam-se os seguintes resultados proporcionais, de acôrdo com os elementos definitivos de 1931: habitantes — por escola 1.448, por docente 763, por aluno matriculado 21, por aluno freqüente 27,

por aluno que concluiu o curso 338; alunos por escola: matriculados 71, freqüentes 55, que concluíram o curso 4; de 1.000 alunos matriculados, foram freqüentes 774 e chegaram ao final do curso 61; de 1.000 alunos freqüentes, foram aprovados apenas 78 nos exames finais.

Nas condições atuais, a capacidade teórica do nosso aparelho escolar, para o ensino primário, não pode ir além de 10 % da massa demográfica. Segundo o cálculo de 40 milhões para a nossa população, deveríamos contar 4 milhões de educandos. As estatísticas, consignando a matrícula de mais de 2 milhões, demonstram um desenvolvimento superior a 50 % da população total, como curva representativa do estudo das primeiras letras.

Não é tão favorável, no entanto, como poderia parecer, à primeira vista, a significação exata desse índice.

Os dados estatísticos veem contrabalançá-lo, patenteando dolorosas surpresas: de todos os alunos matriculados apenas 77 % auferem, de fato, os benefícios da escola e conseguem a completa educação do primeiro grau, ainda assim tão falha e desigual, na insignificante quota de 6 %. Os restantes que freqüentam as escolas, não vão em geral, além do segundo período de estudos.

De modo mais frisante, pode-se determinar que, entre 1.000 brasileiros aptos para receberem a educação cultural elementar, 513 não ingressam

na escola e dos 487 restantes 110 matriculam-se, mas não freqüentam os cursos; 178 freqüentam o primeiro ano de estudos, não chegando bem a ler; 85 freqüentam somente até o segundo ano, alfabetizando-se muito superficialmente; 84 vão um pouco além, mas não chegam a concluir os estudos; e apenas 30 adquirem integralmente a instrução elementar comum, assim mesmo em condições de grande desigualdade de aproveitamento e reconhecida deficiência, atinente à profundidade do ensino, que não se prolonga, em média, além de três anos, com todas as lacunas pedagógicas da maior parte das escolas do interior.

DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO PRIMÁRIO

Unidades políticas da Federação	Públicas	Particulares	Total
Distrito Federal.....	328	586	914
Alagoas.....	377	170	547
Amazonas.....	348	93	441
Baía.....	1.543	531	2.074
Ceará.....	752	133	885
Espírito Santo.....	778	68	846
Goiás.....	204	18	222
Maranhão.....	403	401	804
Mato Grosso.....	186	113	299
Minas Gerais.....	2.607	813	3.420
Pará.....	593	295	888
Paraíba.....	427	113	540
Paraná.....	1.143	121	1.264
Pernambuco.....	1.469	550	2.019
Piauí.....	145	7	152
Rio de Janeiro.....	1.536	488	2.024
Rio Grande do Norte.....	264	211	475

Unidades políticas da federação	Públicas	Particulares	Total
Rio Grande do Sul.....	3.073	1.443	4.516
Santa Catarina.....	958	313	1.271
São Paulo.....	3.535	1.576	5.111
Sergipe.....	315	52	367
Território do Acre.....	80	11	91
	<hr/> 21.064	<hr/> 8.106	<hr/> 29.170

Diante da realidade destas cifras, não cabem conjecturas otimistas. Não é possível ensinar sem escolas. O número das existentes está muito aquém das necessidades.

O problema da educação do povo continua a ser, ainda e sempre, o nosso magno problema. No momento em que se vai reorganizar a vida política do país, torna-se de evidente oportunidade lembrá-lo e trazê-lo à consideração da Assembléia Nacional Constituinte, que, certamente, procurará dar-lhe solução completa e definitiva. Não temos o direito de postergar indefinidamente essa solução. A dolorosa verdade aí está, desdobrada perante a nação, desafiando, com toda a trama da sua complexidade angustiante, a nossa maior soma de boa vontade e energia.

ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR

O ensino secundário, nos seus diversos graus, comporta orientação semelhante. Entre nós, falhava pelo caráter de exclusiva preparação para o ensino superior. A função de natureza educativa, que lhe

é essencial e consiste em preparar a inteligência e o espírito crítico para o estudo e solução dos problemas impostos pela vida, foi sempre relegada a segundo plano.

Tendo em vista corrigir essa deficiência, o Governo Provisório elaborou a reforma que se acha em vigor e que tem por fim integrar o ensino secundário na sua verdadeira finalidade, isto é, na função de formar a mocidade para agir, com eficiência, no meio em que tiver de aplicar a sua atividade.

A remodelação foi radical e atingiu, também, ao ensino superior, estabelecendo as bases do regime universitário. O Conselho Nacional de Educação, instituído simultaneamente, deverá, atuar como órgão coordenador e orientador de toda atividade oficial concernente aos problemas de educação.

As principais modificações da reforma introduzida na organização do ensino secundário podem ser apreciadas nas seguintes enunciações:

- a) revisão e remodelação dos problemas e planos de ensino;
- b) maior duração do período letivo, que passou a ter sete anos, em vês de cinco e seis;
- c) maior desenvolvimento na parte educativa;
- d) seriação mais racional das matérias e melhor graduação do ensino;

e) divisão do curso em duas partes: a primeira de cinco anos, comum e fundamental, e a segunda, de dois anos, constituindo a indispensável adaptação dos candidatos aos cursos superiores e dividido em três secções, com as matérias respectivas agrupadas de acôrdo com a orientação profissional do estudante, sem prejuízo das destinadas à cultura geral, extensivas às tres secções.

Cuidou-se, ainda, do selecionamento do professorado e da uniformização dos métodos pedagógicos.

As vantagens da reforma são evidentes e a sua execução já produziu, nestes três anos, resultados plenamente satisfatórios.

SAÚDE PÚBLICA

Questões interdependentes e correlatas por natureza e finalidade, as referentes à educação e saúde públicas — já tive ocasião de dizer — só admitem solução comum. O homem valoriza-se, é certo, pela cultura da inteligência, mas não poderá atuar no sentido de eficiência social, si, por efeito de causas congênicas ou adquiridas, estiver fisicamente incapaz ou encontrar meio hostil, impróprio à vida saudável e sem condições de adaptação produtiva.

A ação dos poderes públicos deve desdobrar-se incessantemente para bem atender ao problema da higiene no seu duplo aspecto de saneamento e assistência. O progresso de qualquer país exige-lhe solução pelo menos parcial, traduzida em medidas capazes de assegurar a defesa sanitária das populações. É o que temos feito, utilizando os recursos permitidos pela compressão geral das despesas públicas, sem prejuízo dos serviços respectivos, mantidos com segura e completa regularidade.

A atuação do Departamento Nacional da Saúde Pública continua a exercer-se normalmente.

A assistência sanitária da capital da República tem sido mantida com toda regularidade e segurança.

As organizações especializadas, a cargo do referido Departamento, prosseguiram sua atividade em defesa da higiene infantil e no combate à tuberculose, às doenças venéreas, à lepra e às moléstias contagiosas comuns.

A profilaxia da febre amarela não sofreu continuidade, mau-grado a acentuada redução feita nas despesas com o pessoal e material necessários ao serviço. Para estender ao resto do país os benefícios da assistência sanitária, obteve-se que a Fundação Rockefeller, há anos trabalhando no Brasil com reconhecidos proveitos, ampliasse, ainda mais, o seu raio de ação. Tornou-se possível, assim, distribuir vasta rede de profilaxia anti-larvária, compreendendo numerosas localidades dos Estados do Rio,

Minas Gerais e Espírito Santo. Quanto à profilaxia anti-amarílica, a mesma fundação desenvolveu grandemente os seus trabalhos, instituindo novos postos nos Estados da Baía, Sergipe, Alagôas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Devido às dificuldades financeiras e ao mau funcionamento do Serviço de Profilaxia Rural existente nos Estados, que, além de não produzir resultados práticos, absorvia verbas elevadas no custeio de pessoal excessivo, com prejuízo do aparelhamento material, resolveu o Govêrno Provisório suprimir a contribuição que lhe era destinada até ser possível restabelecê-la com aplicação mais eficiente e proveitosa. Cogitou-se, desde logo, de estabelecer um fundo permanente para custear as despesas necessárias, criando-se, para isso, a taxa de educação e saúde, da qual dois terços serão aproveitados para aperfeiçoar e desenvolver os serviços de saneamento rural no país, obra justamente considerada de grande alcance social e econômico. Enquanto não se leva a termo a reorganização necessária dêsse importante serviço, o Govêrno Federal tem auxiliado os Estados que mais precisam, suprindo numerário para atender aos trabalhos de profilaxia que vem mantendo.

ATIVIDADE DA NOVA SECRETARIA

Criado pelo decreto n. 10.402, de 14 de novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública entrou logo em atividade.

No decurso de 1931, enquanto se procurava completar a estrutura administrativa do novo departamento, várias foram as iniciativas levadas a efeito para reorganizar e imprimir maior eficiência aos serviços de educação e saúde públicas.

Assim, no que diz respeito ao ensino, criou-se, pelo decreto n. 19.850, o Conselho Nacional de Educação, estabelecendo-se as bases estatutárias que devem presidir o regime universitário introduzido no sistema educacional brasileiro.

O decreto n. 19.852 deu nova organização à Universidade do Rio de Janeiro, ampliando-lhe as possibilidades com a inclusão, no respectivo quadro, da Escola de Minas de Ouro Preto, da Escola Nacional de Belas Artes e do Instituto Nacional de Música, e pelo concurso de várias instituições culturais independentes, tais como o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional, o Observatório Nacional, o Serviço Geológico e Mineralógico e outros estabelecimentos que, em virtude dos mandatos universitários, passaram a cooperar no desenvolvimento do ensino superior, facilitando os cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Em relação ao ensino secundário, cumpre citar a reforma promulgada pelo decreto n. 19.890, à qual já nos referimos pormenorizadamente. Completou-se essa reforma com disposições complementares aprovadas pelos decretos ns. 20.496 e 20.630, o último dos quais modificou as condições para o registo provisório de professores.

O ensino comercial passou pela reforma consubstanciada no decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que fixou novos padrões relativos à organização dos cursos, e as exigências indispensáveis para o reconhecimento oficial dos institutos destinados à preparação de candidatos às atividades profissionais de caráter comercial.

Ainda no ano de 1931, deram-se novos regulamentos ao Museu Nacional, ao Departamento de Medicina Experimental (Instituto Oswaldo Cruz); promulgou-se o ato que permitiu o ensino religioso nas escolas e aprovou-se oficialmente o acôrdo que, visando a simplificação ortográfica, fôra firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a de Ciências de Lisboa, e regulou-se o serviço de rádio-difusão educativa.

Por iniciativa e sob o patrocínio do Govêrno, reuniu-se, nesta Capital, em setembro último, a Conferência Nacional de Proteção à Infância, com a presença dos representantes oficiais de todas as unidades federativas. Com subido empêño e alto descortino, revelando ao mesmo tempo notável interêsse pelo complexo problema, a Conferência realizou obra de inestimável mérito, consubstanciando, em cláusulas precisas, sugestões práticas a indicar aos poderes públicos os métodos e diretriz a seguir na obra de proteção da infância brasileira.

TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir, mais diretamente, como órgão de coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social.

Quanto à maior ou menor amplitude dessa intervenção podem divergir as doutrinas; na realidade, porém, ela se apresenta como imposição iniludível, diante da crescente preponderância dos interesses da coletividade sobre os interesses individuais.

Todas as atividades humanas são forças sociais agindo negativa ou positivamente. O Estado, que é a sociedade organizada como poder, não lhes deve ficar indiferente, sob pena de falhar à sua finalidade. Impõe-se-lhe, contrariamente, discipliná-las e dirigí-las. Daí a sua intervenção no campo social e econômico, regulamentando as relações entre o trabalho e o capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, ordenando a produção, a circulação e o consumo e, finalmente, desenvolvendo providências de diversa natureza para prover o bem comum.

Em face da inquietude que domina a vida contemporânea, abalada fortemente por uma crise econômica que se projeta sobre o plano político, não se pode dizer que nos aflijam, em forma aguda, todos os males que tornam angustioso e apreensivo o amanhã da maioria dos povos chamados civilizados.

A nossa situação, relativamente ao desequilíbrio generalizado de outros países, é de maior sossego. Dispomos de abundantes reservas de matérias primas e somos, simultaneamente, grande mercado consumidor. A base da nossa economia ainda é a exploração agrícola e a industrialização apenas absorve pequena parcela da nossa atividade produtora. Em consequência, a densidade da massa proletária industrial não acusa índice elevado, restringindo-se a núcleos urbanos que dispõem de margem suficiente para empregarem a atividade com fácil e compensadora remuneração.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Apesar de tudo, em matéria de organização de trabalho, não poderíamos permanecer no estado de passividade e rotina em que vivíamos.

Já tivemos ensêjo de acentuar que o Império, ao desmoronar-se, deixara intacto êsse problema essencial para a nossa economia. A escravidão viera até às portas da República e o trabalho livre instituiu-se completamente desorganizado.

Aos prohomens do novo regime a premência do problema muito pouco preocupou. A Constituição de 1891 apenas garantia o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual ou industrial. Era um dispositivo que consagrava simplesmente o prin-

cípio da liberdade de trabalho. Só em 1926, 35 anos depois, reformava-se o texto constitucional para autorizar o Congresso a legislar sobre tão importante matéria.

Cristalizara-se a mentalidade política, predominante na orientação governamental, que julgava o problema operário, no Brasil, simples caso de polícia. Era natural que, em ambiente tão pobre de visão social, não encontrassem eco as reivindicações trabalhistas, mesmo as mais elementares, que constituíam conquistas incorporadas à legislação da maioria dos países cultos. Ainda constituíam, entre nós, vagas aspirações as garantias mínimas asseguradas às classes trabalhadoras. Existiam algumas, dessas garantias, raras, displicentemente enfeixadas em leis sem aplicação ou aplicadas a retalho: as outras, em maior número, não chegaram a ser objeto de exame por parte do poder público. Mais explicitamente, tudo quanto se legislara, com referência à matéria, consistia em dispositivos sobre acidentes do trabalho, caixas de aposentadorias e pensões, concessão de férias aos empregados no comércio e proteção de menores.

Muitos desses assuntos arrastaram-se, por longo tempo, através de tentativas frustradas, no seio do Congresso. Assim aconteceu com a legislação sobre os riscos do trabalho. A lei existente, incompleta e inexecutável em várias disposições, somente vingou em 1919. Vários projetos transitaram pela Câmara

e Senado, assinalando etapas bem características: um em 1904, outro em 1908, ainda outro em 1911 e o último em 1915.

A proteção aos menores foi olhada com maior interêsse. Já em 1891 aparece a primeira medida e em 1918 instituem-se os patronatos agrícolas, destinados a recolher, educar e ensinar, no aprendizado dos trabalhos rurais, os pequenos abandonados ou delinqüentes. Não se tratava de medidas pròpriamente de assistência à infância. O objetivo visado era afastar do contacto pervertedor das vias públicas e dos centros de contaminação viciosa os menores desprotegidos da fortuna e sem lar estável, onde a vigilância paterna lhes fôsse amparo e escola. Afinal, compendiando a legislação dispersa em leis e regulamentos diversos, organizou-se o Código de Menores, que ampliou e consolidou dispositivos amparadores dos menores entregues à guarda do Estado. A aplicação do Código de Menores prevê, entretanto, a existência de institutos de recolhimento e educação, aparelhados em condições de satisfazer os fins a que se destinam. E' sabido que êles escasseiam por todo o país, quasi exclusivamente atendidos pela iniciativa particular, conduzida por sentimentos caridosos. Pode-se afirmar, por isso, que, salvo no Distrito Federal, onde se organizaram estabelecimentos apropriados, o Código de Menores sòmente se cumpre muito elásticamente e apenas na parte judiciária, falhando a de vigilância e educação.

Relativamente à previdência, economia e assistência dos trabalhadores e das classes pobres, o pouco que se fizera não representa nada de orgânico e prático. Sòmente em 1923 aparece a lei criando nas empresas ferroviárias do país as caixas de aposentadorias e pensões, lei mais tarde remodelada para estender seus benefícios à classe dos portuários e submeter ao mesmo regime as estradas de ferro a cargo da União, dos Estados e dos Municípios. A classe dos marítimos, tão merecedora de proteção e assistência quanto as outras, ficara à margem, excluídas do amparo do poder público. Coube ao Govêrno revolucionário reparar a lacuna, incluindo-a no regime adotado.

Não escaparam aos males da imprevidência nem mesmo os funcionários públicos. Suspendera-se o montepio federal e os admitidos posteriormente passaram a ficar desamparados diante das incertezas do futuro da família, em caso de morte do seu chefe. O substitutivo do montepio sòmente apareceu em 1927, quando se organizou o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União, cujo aparelhamento e benefícios foram tornados mais eficientes na reforma que lhe introduziu o Govêrno Provisório, em janeiro de 1931.

No terreno da organização do trabalho, estava tudo por fazer. A revolução teve de começar pela providência inicial:— a criação do órgão governamental incumbido da importante tarefa — o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O Brasil, como signatário do Tratado de Versalhes, assumira a obrigação de observar e executar as normas nêle estabelecidas para regulamentar as condições do trabalho, subordinando-as, embora, às necessidades e costumes, tradição industrial e oportunidade econômica do país. Essas normas podem ser assim discriminadas: regulamentação das horas de trabalho; garantia de um salário conveniente; proteção dos trabalhadores contra moléstias ou acidentes do trabalho; proteção à infância, aos adolescentes e às mulheres; pensões à velhice e à invalidez; defesa dos trabalhadores no estrangeiro; liberdade sindical; organização do ensino profissional e técnico, além de outras medidas úteis.

Para orientar a ação governamental nesse terreno instituiu-se em 1923 o Conselho Nacional do Trabalho. Deu-se ao novo aparelho caráter meramente consultivo, marcando-se-lhe vasto programa. Os seus serviços não foram sequer contemplados nas larguezas orçamentárias. Recebia, apenas, uma pequena subvenção como qualquer instituição particular. Como era de prever, por maior dedicação que tivessem os seus membros, jamais chegariam a absorver-se, distraíndo-se de suas atividades, na vasta obra programática que lhes fôra assinalada. Durante muito tempo, perdurou a impressão de que a existência do Conselho Nacional do Trabalho se explicava pela necessidade de cumprirmos, pelo menos aparentemente, o compromisso internacional resultante do Tratado de Versalhes.

A nova Secretaria de Estado tinha, como se vê, função preestabelecida e perfeitamente justificável. Como se tem desenvolvido sua atividade, demonstra-o o resumo dos atos do Govêmo Provisório, contendo numerosas iniciativas em matéria de organização do trabalho:

a) a regulamentação do trabalho nacional, disciplinada pela disposição conhecida por "lei dos dois terços";

b) organização das classes em sindicatos profissionais;

c) a duração do trabalho nas indústrias e no comércio, estabelecendo, definitivamente, em todo o país, o regime dos "três tempos", ou as oito horas para o trabalho, oito para o repouso e oito para as elocubrações intelectuais ou recreação do espírito;

d) convenções coletivas de trabalho, para interessar empregadores e empregados na melhor forma de estipularem, dentro de um regime de perfeita harmonia, as condições em que devam remunerar e executar o trabalho;

e) as comissões mixtas de conciliação e juntas de julgamento, estabelecendo, entre nós, os conselhos paritários de tão bons e úteis resultados no estrangeiro,

como aparelhos destinados a solucionar, amistosamente, os dissídios entre as classes, órgãos que valem ainda como preparo seguro para a instituição, no Brasil, da justiça do trabalho;

f) a condição do trabalho de menores, procurando cercar êsses pequenos operários ou empregados da proteção que exige a sua condição social e da assistência aconselhada e reclamada pelas boas normas da higiene e eugenia;

g) ao trabalho das mulheres, igualmente defendido, não só por algumas prescrições citadas para o caso dos menores, como ainda amparadas com cuidados especiais, segundo a situação e o estado em que se encontrem.

NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

A providência inicial, julgada urgente, consistiu em limitar a entrada no país de estrangeiros, desprovidos dos necessários recursos para as primeiras despesas e sem colocação assegurada. Era uma medida acauteladora dos males do problema dos sem trabalho, felizmente inexistente entre nós. O livre acesso, em momento de crise, de elementos alienígenas poderia agravar as condições, senão angustiosas, pelo menos precárias do trabalhador

nativo. Como complemento, tornara-se, também, imprescindível reservar ao trabalhador indígena maior margem de aproveitamento na exploração das indústrias, sem forçar o desemprego dos estrangeiros já localizados no país, há muitos anos, com família constituída, integrados na população nacional e interessados em nossa economia.

Visando êsse objetivo, adotámos o salutar princípio da nacionalização do trabalho, só agora incorporado ao texto das nossas principais leis. Passou-se a exigir, em virtude do mesmo decreto, que regulou a entrada de estrangeiros, que todos os indivíduos, companhias, emprêsas ou firmas que explorem qualquer ramo de indústria ou comércio, mantenham, constantemente, nos quadros do pessoal dos respectivos estabelecimentos, dois terços pelo menos, de brasileiros natos.

Não inspirou a adoção dessa medida qualquer sentimento egoísta e de hostilidade ao trabalhador estrangeiro. Ela se destina, lógica e naturalmente, a amparar o operariado nacional dos centros urbanos, para onde afluem os imigrantes de profissões idênticas, afastados do país de origem pela falta de trabalho. Ressalvando os interêsses da nossa expansão agrícola, não levantamos obstáculos à penetração, nas zonas do interior, das correntes imigratórias, fornecedoras de braços adestrados no cultivo da terra. Assim, as exigências da lei não prevalecem para a entrada do trabalhador estrangeiro chamado

pelos serviços de agricultura dos Estados ou pelos proprietários de terras ou de emprêsas de colonização. As facilidades concedidas, para o caso, foram ampliadas expressamente, isentando-se a lavoura, a pecuária e as indústrias extrativas da exigência de dois terços de brasileiros natos. Quanto aos agricultores com destino certo, foi assegurada entrada franca no território nacional. Cumpre notar que, apesar das limitações criadas à penetração de estrangeiros no país, não apresenta maior decréscimo, em seu volume, a imigração, pois em 1932 entraram 34.653 imigrantes, contra 31.410 em 1931. As restrições levantadas justificam-se. Não seria aconselhável deixar, por mais tempo, abertas à imigração de toda origem as fronteiras nacionais; ao contrário, o que se impunha era precisamente o seleccionamento dos elementos alienígenas, tendo em vista os seus hábitos e tendências, condições etnográficas e políticas e as conveniências do nosso progresso econômico e social.

SINDICALIZAÇÃO

A organização do trabalho, no sentido que se lhe deve dar, num momento conturbado e de profundas transformações sociais e econômicas, como o atual, não pode realizar-se com proveito para as classes patronais e benefícios para os operários, senão mediante inteligente, ponderada e sistemática

coordenação para conciliar e garantir os seus mútuos interesses.

O fundamento sociológico da vida econômica é hoje a solidariedade. O princípio da livre concorrência cedeu ao de cooperação. As tendências solidárias propiciam a formação dos agrupamentos coletivos, cada vez mais fortalecidos para a defesa dos interesses de grupo, sob o controle e em colaboração com o poder público. Entramos na fase construtora do movimento sindicalista.

No Brasil, onde as classes trabalhadoras não possuem a poderosa estrutura associativa, nem a combatividade do proletariado dos países industriais e onde as desinteligências entre o capital e o trabalho não apresentam, felizmente, aspecto de beligerância, a falta, até há bem pouco, de organizações e métodos sindicalistas, determinou a falsa impressão de serem os sindicatos órgãos de luta, quando realmente o são de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público.

A sindicalização das classes está facultada nos dispositivos de um decreto que regula a matéria e garante aos sindicatos, legalmente constituídos, o direito de defender perante o Govêmo, e por intermédio do Ministério do Trabalho, os seus interesses de ordem econômica, jurídica, higiênica e cultural cabendo-lhes, ainda, a incumbência de cooperar, pelo voto dos seus delegados nos conselhos mixtos de conciliação e julgamento, na aplicação das leis

destinadas a dirimir os conflitos suscitados entre patrões e operários.

RELAÇÕES ENTRE EMPREGADOS E EMPREGADORES

Não é demais repetir que a legislação trabalhista, tal como a entendemos, tem por objetivo dar ao trabalhador de todas as classes um padrão de vida compatível com a dignidade humana e as conquistas sociais e políticas do nosso tempo.

O contrato ou convenção coletiva do trabalho não é somente uma conquista moral e jurídica em favor dos trabalhadores; constitui também norma imprescindível a toda organização industrial, visto condicionar a luta dos interesses individuais e patronais a um conjunto de regras resultantes de um nível comum estabelecido para as condições da produção. Ao legislarmos a respeito, orientamo-nos pelos princípios aceitos mais ou menos pacificamente em todos os países civilizados, procurando, entretanto, realizar obra nossa, dentro das peculiaridades econômicas e sociais brasileiras.

Não devemos esquecer que, no Brasil, o problema se reveste de complexidade toda especial, em atenção a fatores de diversa natureza, principalmente a extensão do país e variedade dos índices de subsistência.

O regime dos contratos coletivos representa a substituição do princípio individualista da mais

ampla liberdade contratual, pelo princípio da regulamentação coletiva das condições do trabalho, cujo estatuto é fixado pela vontade conjugada dos contratantes.

Instruída pela experiência de outros países, a recente legislação brasileira na matéria, isenta de preconceitos de escolas e amoldada à realidade nacional, do mesmo passo que ampara indiscutíveis direitos dos empregados, atende aos justos interesses dos empregadores.

As conseqüências da guerra imprimiram feição nova ao trabalho das mulheres e o elevaram a uma perfeita equivalência com o trabalho masculino. A nossa lei a respeito ratifica o princípio geral consignado no *item 7* do art. 427, parte XIII, do Tratado de Versalhes, de que a todo trabalho de igual valor corresponde, sem distinção de sexo, salário igual.

Consubstancia, além disso, o amparo especial que se deve à mulher e demonstra o cuidado com que se procurou resolver o problema, nos seus diversos aspectos. Não há nesta lei, como não houve nas outras, nenhuma inovação perigosa, adotadas, que o foram, com espírito rigorosamente nacionalista, regras mais ou menos universalmente aceitas.

A criação de uma justiça do Trabalho para dirimir os litígios de natureza individual que, de momento a momento, surgem das relações entre empregados e empregadores, vem dar solução sa-

tisfatória a êsses conflitos, que não encontravam amparo eficiente, tanto na organização judiciária federal, como na dos Estados. Era hábito, até bem pouco, encarar-se tais litígios como casos de polícia, resolvidos arbitrariamente e sumariamente pelas autoridades policiais.

A instituição das Comissões Mixtas de Conciliação e Arbitragem resolveu um dos pontos da questão pela criação de órgãos que solucionam os conflitos coletivos de trabalho. Perdurava, porém, o aspecto individual do problema, em face do qual o Brasil, não obstante ser signatário do Tratado de Versalhes e membro do Bureau Internacional do Trabalho, se conservava em manifesta inferioridade, ante a maioria das nações cultas. A legislação decretada, criando as Juntas de Conciliação e Julgamento para os dissídios individuais, reparou a falha de modo completo e satisfatório.

INICIATIVAS COMPLEMENTARES

A revolução assumiu o compromisso de honra de introduzir nas leis do país as providências aconselhadas para amparar o trabalho e o trabalhador, assegurando-lhes garantias e direitos que não lhes haviam sido reconhecidos. Esse compromisso foi cumprido, como acabamos de ver, através da enunciação de atos praticados por intermédio do Ministério do Trabalho, formando uma legislação

orgânica sobre os problemas sociais. Mas o Governo Provisório não estacionou nessas iniciativas. Prossegue, serenamente, o programa que se traçou. Outras medidas estão em estudo para oportuna adoção, contando-se entre elas:

a) a reforma da lei contra acidentes no trabalho, feita de maneira a poder satisfazer, de modo completo, aos reclamos provocados pela deficiência e falhas apontadas na lei vigente;

b) a remodelação da lei de férias;

c) a regulamentação do trabalho nos portos, com o fim de, não só alterar o estatuto em vigor, reconhecido como impraticável e por isso sem execução, como o de ordenar a extensão desse serviço, existente somente no Distrito Federal, a todos os Estados do Brasil;

d) a elaboração do estatuto do trabalho marítimo;

e) a regulamentação do trabalho dos jornalistas e gráficos;

f) a regulamentação da locação de serviços, para fixar os direitos e deveres de empregadores e empregados;

g) a organização a ser dada ao trabalho agrícola;

h) a elaboração do Código do Trabalho.

Considerado em seu conjunto e alcance o programa desenvolvido pelo Governo Provisório, em matéria de trabalho e organização social, orienta-se num sentido construtor e fugindo a experiências perigosas. Resultaria absurdo concluir que o inspira a intenção de hostilizar as atividades do capital, que, pelo contrário, precisa ser atraído e garantido pelo poder público.

O melhor meio de garanti-lo está, justamente, em transformar o proletariado em força orgânica, capaz de cooperar com o Estado, e não o deixar, pelo abandono da Lei, entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores. Faz-se mister, aos que desfrutam o benefício da riqueza e do conforto, reconhecerem também que a essas prerrogativas correspondem deveres, convencendo-se de que todos quantos cooperam, com o seu trabalho, para semelhante resultado, possuem, também, respeitáveis direitos.

POVOAMENTO E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES

O Brasil continua a ser país de imigração por força da necessidade de povoar o seu vasto território. Precisamos de braços numerosos e adestrados, principalmente no cultivo da terra. A nossa política imigratória não podia prosseguir, entretanto, com a orientação que se lhe imprimira de

longa data. A livre entrada de elementos de toda origem não respondia ao objetivo de povoar para produzir. O selecionamento se impunha, sobretudo no momento em que defluíam, espontâneas e volumosas, as correntes emigratórias dos grandes centros europeus à procura do trabalho que lhes faltava e acossados pela miséria causada pela crise econômica.

As restrições criadas ao desembarque de estrangeiros no território nacional, em virtude do decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, reflete a necessidade de evitar a imigração em forma contrária aos nossos interesses de ordem econômica, étnica e política. A aglomeração de braços em nossos centros industriais viria ser fator de perturbação e constituiria ameaça para o trabalhador nacional e estrangeiro, já localizado no país.

A medida adotada não foi obstáculo para que o movimento imigratório destinado à exploração agrícola se desenvolvesse normalmente, mantendo os índices dos anos anteriores.

Se foi julgada imprescindível a precaução de evitar o acesso de imigrantes que não satisfizessem determinadas condições, não faltou, também, a iniciativa de melhor aproveitamento dos nacionais, amparando-os e fixando-os convenientemente. Com o serviço de fundação de centros e núcleos agrícolas e localização de trabalhadores, o Governo despendeu, desde 1931, diretamente e em virtude

de auxílios concedidos aos Estados, a quantia de 4.493 contos, distribuídos da seguinte forma:

Estados	Importância
Território do Acre.....	350 :000\$000
Amazonas.....	850 :000\$000
Pará.....	300 :000\$000
Piauí.....	500 :000\$000
Ceará.....	500 :000\$000
Rio Grande do Norte.....	300 :000\$000
Paraíba.....	600 :000\$000
Baía.....	300 :000\$000
Espírito Santo.....	50 :000\$000
Paraná.....	443 :000\$000
Mato Grosso.....	300 :000\$000
	<hr/>
	4.493 :000\$000

Persistindo na orientação que se impôs, vem o Govêrno desenvolvendo duas iniciativas que julga realmente proveitosas: as obras do Centro Agrícola de Santa Cruz e do Núcleo Colonial de São Bento. Tratava-se de extensas áreas pertencentes às antigas fazendas do mesmo nome, onde poderão ser localizadas centenas de pequenos agricultores, resolvendo-se o problema do povoamento da zona rural próxima à Capital da República, mercado certo e de fácil acesso para os produtos, de consumo diário, da pequena lavoura.

INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA

A lei das Caixas de Aposentadorias e Pensões, à que tivemos ensêjo de fazer referência anterior-

mente, teve os seus benefícios ampliados com a expedição do decreto n. 20.465, de 1º de outubro de 1931, elevando-se o número dêsses estabelecimentos, de 52, em 1930, para 168, atualmente. O movimento financeiro das Caixas é bem significativo. A receita estimada subiu a 97.714:021\$914, representando-se por 59.728:623\$614 a soma que estão autorizadas a dispender em 1933, de acôrdo com os orçamentos aprovados pelo Conselho Nacional do Trabalho. Os saldos disponíveis, invertidos em títulos da dívida pública, atingem, por sua vez, 176.095:000\$000. O movimento dos recursos dessas instituições de previdência melhor poderá apreciar-se através das importâncias destinadas ao custeio dos benefícios por elas prestados:

Aposentadorias ordinárias.....	24.544:476\$128
Aposentadorias por invalidez.....	5.008:159\$912
Pensões aos herdeiros.....	5.918:825\$188
Serviços médicos e hospitalares.....	6.161:090\$928

Em 1930, o número de associados era calculado em 142.442; já em 31 de dezembro de 1932, elevava-se a 191.343 e, tudo indica, breve ultrapassará de 300.000 com a incorporação dos marítimos, cuja Caixa se instalará dentro de poucos dias. O patrimônio dêsses institutos, representado em títulos federais, pelo seu valor nominal, elevou-se de 167.111:900\$, em 1930, para 209.882:400\$ em 1932.

Cumpre mencionar separadamente a atividade do Instituto de Previdência dos Funcionários Pú-

blicos Federais, cujos benefícios se distribuem atualmente em forma de pecúlios e de empréstimos a longo prazo, aplicáveis à compra e construção de prédios para moradia, mediante condições bastante módicas.

O número de novos contribuintes subiu, em 1932, a 1.551, com pecúlios constituídos no valor de 20.619.000\$000. Em seis anos, o Instituto já pagou aos beneficiários de contribuintes falecidos 18.478.662\$120 de pecúlios, correspondendo ao ano de 1932 a soma de 5.243.293\$045. No mesmo período, as pensões pagas a 2.620 pensionistas somam a quantia de 867.073\$665.

A situação do Instituto é sólida, econômica e financeiramente. A arrecadação geral eleva-se a 22.200.000\$, sendo 14.700.000\$ apurados em folhas de vencimentos no Distrito Federal e 7.500.000\$ nos Estados. As reservas e fundos, que no ano de 1931 foram superiores a 29.500.000\$, em 1932 alcançaram a cifra de 40.700.000\$000. Dessa última importância, 32.938.030\$ constituem reservas técnicas, representando o restante parcelas separadas para formação de fundos e outras reservas que aumentam as garantias das responsabilidades do Instituto. Contando saldos disponíveis e dando emprêgo absolutamente seguro ao capital sob sua guarda e direção, tinha o Instituto em disponibilidade, na sede, no mês de dezembro do ano passado, a importância de 10.400.962\$718, sendo 8.136\$516 em

cofre na tesouraria e o restante em depósitos bancários. Além destas quantias, ainda dispunha o Instituto de cerca de 1.500.000\$ depositados nas sucursais do Banco do Brasil.

ATIVIDADE INDUSTRIAL E COMERCIAL

O nosso movimento comercial, durante os últimos anos, reflete os efeitos da crise geral experimentada pelas atividades produtoras em todo mundo.

O comércio exterior sofreu considerável depressão, em confronto com os resultados apurados nos anos anteriores. Esta depressão se fez sentir, tanto no volume das mercadorias compradas e vendidas, como nos valores que as representam, e se mostra mais sensível se fôr apreciada, comparativamente, através das cifras de exportação, até 1928.

Verifica-se, com efeito, que, em 1931, importámos 3.552.278 toneladas de mercadorias diversas, no valor de 1.880.934.000\$, papel, ou 28.756.000 libras, contra 3.335.927 toneladas, 1.518.705.000\$ e 21.744.000 esterlinos em 1932, ou seja a diferença para menos de 216.351 toneladas, 362.229.000\$, papel, e 7.012.000 esterlinos; na exportação, ao contrário, a diferença é muito mais considerável, porque, tendo-se elevado, naquele ano, a 2.235.988 toneladas, no valor de 3.398.222.000\$, papel, ou 49.545.000 esterlinos, as cifras de nossas vendas aos mercados

estrangeiros, em 1932, se expressaram, apenas, por 1.631.816 toneladas, 2.536.298.000\$, papel, ou 36.622.000 libras, donde a redução de 27 % no volume e de 25 % no valor, tanto papel como ouro, como se vê dos quadros seguintes:

IMPORTAÇÃO

ANOS	TONELAGEM	CONTOS DE	£ 1.000
	BRUTA	RÉIS	OURO
1928.....	5.838.625	3.694.990	90.669
1929.....	6.108.996	3.527.738	86.653
1930.....	4.881.379	2.343.705	53.619
1931.....	3.552.278	1.880.934	28.756
1932.....	3.335.927	1.518.705	21.744

EXPORTAÇÃO

ANOS	TONELAGEM	CONTOS DE	£ 1.000
	BRUTA	RÉIS	OURO
1928.....	2.075.048	3.970.273	97.426
1929.....	2.189.314	3.860.482	94.831
1930.....	2.273.688	2.907.354	65.746
1931.....	2.235.988	3.398.222	49.545
1932.....	1.631.816	2.536.258	36.622

O intercâmbio comercial do Brasil, nas suas múltiplas manifestações, experimentou, como dissemos acima, os efeitos perturbadores da crise econômica que avassala o mundo, sendo oportuno lembrar que a queda dos valores das exportações, no ano passado, deve ser, em boa parte, levada à conta do menor movimento de embarques de café,

em contraste com o que se tinha dado em 1931, pois que o café representa, em dinheiro, a maior cifra das nossas vendas aos mercados exteriores. Tal quédia foi pronunciadamente determinada pela baixa dos preços de quasi todos os produtos então exportados, por isso que o volume a que atingiram em 1932 superou os das exportações de anos anteriores e nos quais foram apuradas, em papel e ouro, maiores somas.

As oscilações depressivas que registam as estatísticas do nosso comércio exterior não se nos afiguram, entretanto, respeitadas as necessárias proporções, tão profundas como as ressentidas por outros povos, na Europa e na América, de grande e forte estrutura econômica e de vastos recursos comerciais e financeiros. Pode afirmar-se que o mal-estar experimentado pelo nosso país é o reflexo, em maior parte, das perturbações ocorridas no exterior.

A instabilidade dos negócios gera a desconfiança, o retraimento dos capitais e a paralisação das atividades; as indústrias moderam o movimento de sua produção e o comércio sofre as conseqüências dêsse retraimento que se revela no anseio de limitar as transações pela falta de garantia absoluta e na preocupação de resguardar dos riscos as reservas disponíveis. As últimas estatísticas referentes aos bancos nacionais e estrangeiros, que operam no Brasil, são bem significativas a respeito.

DEPÓSITOS

BANCOS	VALOR EM MIL CONTOS DE RÉIS		
	1932	1931	1930
Nacionais.....	5.164	4.418	4.216
Estrangeiros.....	1.679	1.544	1.515
TOTAL.....	6.843	5.962	5.731
EM 30 DE JUNHO			
Nacionais.....	4.438	4.621	5.532
Estrangeiros.....	1.527	1.498	1.514
TOTAL.....	5.965	6.119	7.046

Não podia o Brasil furtar-se aos abalos da economia mundial. As nossas dificuldades, embora consideráveis, não tiveram grande profundidade e reagimos sôbre elas vantajosamente. Já se manifestam indícios de melhor situação nos mercados exteriores, para a colocação de certos produtos nacionais. Como se pode verificar, de janeiro a julho, acentuou-se a melhoria do nosso intercâmbio com os demais países:

IMPORTAÇÃO

ANOS	TONELAGEM BRUTA	CONTOS DE RÉIS	£ 1.000 OURO
1932.....	1.997.689	934.657	12.728
1933.....	2.279.667	1.172.398	16.913
Diferença para mais em 1933....	281.978	273.741	4.185

EXPORTAÇÃO

ANOS	TONELAGEM BRUTA	CONTOS DE RÉIS	£ 1.000 OURO
1932.....	989.131	1.591.184	22.030
1933.....	1.093.488	1.626.190	22.318
Diferença para mais em 1933..	104.357	35.006	288

Por outro lado, as cifras representativas do nosso comércio de cabotagem constituem eloqüente expressão da resistência do país. A variedade de artigos permutados entre os Estados, produtos manufaturados, matéria prima para a indústria nacional e produtos agrícolas, demonstra o desenvolvimento que se vai gradualmente operando, tanto na exploração agrícola, como em vários ramos da atividade industrial. Assim o revelam os quadros a seguir:

COMERCIO DE CABOTAGEM DE JANEIRO A DEZEMBRO

Tonelagem

ANOS	MERCADORIAS NACIONAIS	MERCADORIAS ESTRANGEIRAS	TOTAL
1928.....	1.765.651	133.101	1.892.752
1929.....	1.792.879	128.473	1.921.352
1930.....	1.453.410	106.622	1.560.032
1931.....	1.563.347	96.493	1.632.840
1932.....	1.609.780	117.761	1.727.541

Contos de réis

1928.....	2.677.148	349.250	3.026.398
1929.....	2.465.262	322.618	2.787.880
1930.....	1.779.195	279.251	2.058.446
1931.....	1.953.118	281.291	2.234.409
1932.....	2.074.774	271.957	2.346.731

Os algarismos referentes à cabotagem, ao contrário do que acontece com os do comércio do exterior, apresentam aumento em relação aos dois anos antecedentes, tanto no volume, como nos valores,

aumento verificado exclusivamente quanto a produtos nacionais, pois as mercadorias nacionalizadas que navegaram por cabotagem acusam decréscimo no valor, embora o volume, no último ano, seja superior ao do ano precedente. A circunstância de haver sido maior o valor global do comércio de cabotagem, tanto em 1932, como em 1931, em confronto com os algarismos de 1930, quando a queda das cotações mais se acentuou no último biênio, é muito significativa. Indica acréscimo sensível no tráfego, mais digno de registo, quando, como se sabe, o intercâmbio do pôrto de Santos esteve suspenso durante três meses do ano passado.

*SENHORES
MEMBROS DA ASSEMBLÉIA
NACIONAL CONSTITUINTE*

Desta exposição vereis, como verá a Nação, a obra de conjunto realizada pelo Governo Provisório, nestes três anos de reajustamento da vida nacional. Avulta o seu valor, se recordarmos que ela se executou em período de forte convulsão política, após um movimento que abalára profundamente o país, tornando vibrátil a consciência popular e fazendo surgir paladinos de reivindicações, por vezes extremadas, que precisavam ser contidas e canalizadas para a corrente normal das idéias fundamentais da nossa tradição política. Como se não bastasse o na-

tural tumulto cívico provocado pela vitória revolucionária, permitindo a expansão de forças sociais resultantes de velhas aspirações coletivas, recalcadas por abusos do poder, ainda mais se avolumavam as dificuldades do momento com a repercussão dos abalos econômicos, provenientes da perigosa desarticulação da vida universal.

Coube ao Governo Provisório a absorvente e difícil tarefa de conduzir a revolução depois de vitoriosa. Apesar disso, não descurou da administração pública, quotidianamente empenhando-se e agindo por melhorar a nossa grave situação financeira e econômica. A simples recapitulação evidencia, com fatos, a soma de esforços dispendidos.

Manteve a ordem, cultuou o direito e elevou a Justiça; purificou o ambiente moral da Pátria e fortaleceu-lhe o prestígio no exterior; saneou a administração, aperfeiçoando os serviços públicos e premiando a capacidade de seus servidores; ordenou as finanças e estimulou a economia nacional; não contraiu empréstimos e conseguiu reduzir os compromissos do Tesouro; conservou em baixo índice o custo da vida, sem diminuir internamente o poder aquisitivo da moeda; melhorou as condições das classes menos abastadas e regulamentou, valorizando, o trabalho nacional; restabeleceu a hierarquia e a disciplina nas forças armadas; reformou a instrução superior e secundária e delineou as bases para a criação da Universidade do Trabalho; au-

mentou de 6.800 Km. as vias de comunicação do país e de 1 bilhão e 200 milhões de metros cúbicos a capacidade dos reservatórios destinados a irrigar as zonas flageladas do Nordeste; deu seguros alícerces à Nova República com a reforma eleitoral, instituindo o voto secreto e a representação proporcional; estabeleceu o voto feminino; e, para garantir a verdade do sufrágio, entregou, finalmente, à Justiça a inviolabilidade das urnas, a apuração do pleito e o reconhecimento dos candidatos.

Sobrelevando-se a todas estas realizações, o Governo Provisório orgulha-se de haver presidido o processo de organização desta Assembléia, conseguindo formá-la como expressão legítima da vontade do povo brasileiro, e proclama sentir-se forte para garantir a supremacia do seu poder, criando-lhe um ambiente de respeito e absoluta segurança, em que possa entregar-se, serenamente, à magna tarefa de elaborar novas e mais sábias instituições para o país.

A Nação aguarda, em expectativa confiante, a obra que iniciais, e cuja estrutura, expressando-lhe os anseios de ordem e engrandecimento, deverá firmar-se no sentido das realidades da vida brasileira, consolidando, acima de tudo, a unidade da Pátria e a homogeneidade nacional.

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1933.

Getulio Vargas